



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Câmpus de Três Lagoas



YARA DE FRANÇA CATARINO BARROS

**O *ETHOS* DO IDOSO NO BOLSÃO SUL-MATO-GROSSENSE: ENTRE O
ESTATUTO E O ASILO**

Três Lagoas - MS/2008

YARA DE FRANÇA CATARINO BARROS

**O *ETHOS* DO IDOSO NO BOLSÃO SUL-MATO-GROSSENSE: ENTRE O
ESTATUTO E O ASILO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras, área de concentração Estudos Lingüísticos, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Câmpus de Três Lagoas, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS
2008**

Ficha catalográfica

B277e Barros, Yara de França Catarino.

O *ethos* do idoso no bolsão Sul-Mato-Grossense: entre o estatuto e o asilo/Yara de França Catarino Barros. Três Lagoas,Ms: [s.n.], 2008.

104 f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Três Lagoas, 2008.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento.

1. Análise do discurso. 2. Idoso. 3. *Ethos*. 4. Identidade. I. Nascimento, Celina Aparecida Garcia de Souza. II. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Câmpus de Três Lagoas. III. Título.

**O *ETHOS* DO IDOSO NO BOLSÃO SUL-MATO-GROSSENSE: ENTRE O
ESTATUTO E O ASILO**

BANCA EXAMINADORA

Presidente e Orientador: Prof.^a Dr.^a Celina Aparecida de Souza Nascimento (UFMS).

2º Examinador: Prof.^a Dr.^a Eliana Izabel Scurciatto Fernandes (FUNEC).

3º Examinador: Prof.^a Dr.^a Marlene Durigan (UFMS).

Três Lagoas-MS/2008.

A todos os educadores que têm consciência da importância da aquisição de novos conhecimentos por meio de pesquisas, a fim de ampliar seus horizontes profissionais, não apenas como meros transmissores do conhecimento, mas preocupados com a transformação social.

AGRADECIMENTOS

A Deus, em quem confio e que sempre esteve presente em minha vida, dando-me a luz da inteligência e do discernimento para que a concretização deste trabalho fosse possível.

À FUNDECT, pela bolsa de estudos que possibilitou a realização deste trabalho.

Aos idosos entrevistados, que foram os principais colaboradores para a realização deste trabalho, pois, sem eles, tal empreendimento não seria possível.

À Prof.^a Dr.^a Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento, pela dedicação, paciência e, especialmente, por ter acreditado no meu potencial.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Letras, Câmpus de Três Lagoas, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pelos ensinamentos.

Às Professoras Marlene Durigan e Vitória Spanghero, pela leitura cuidadosa e valiosas contribuições.

Aos meus pais, José Cícero Catarino e Quitéria de França Catarino, exemplos de força e determinação, que, com seus ensinamentos, me estimularam sempre a ir em busca dos meus ideais, com responsabilidade e perseverança.

Ao meu esposo Antônio Carlos Barros e minha querida filha Laura, fontes inspiradoras e motivos para querer sempre lutar e adquirir conhecimentos, que são as pedras fundamentais de um futuro melhor.

Às minhas irmãs, Cynara e Jussara, e ao meu cunhado Ricardo, pelo incentivo e estímulo e por me propulsionarem a jamais desistir de lutar pelos meus objetivos.

Aos meus sogros, Renato Marques de Barros e Carlinda Ferreira Duarte de Barros, que me deram apoio nos momentos em que mais precisei.

O curso da vida transforma-se em um espaço de experiências abertas e não de passagens ritualizadas de uma etapa para outra. Cada fase de transição tende a ser interpretada, pelo indivíduo, como uma crise de identidade e o curso da vida é construído em termos da necessidade antecipada de confrontar e resolver essas fases de crise.

Guita Grin Debert

BARROS, Yara de França Catarino. O *ethos* do idoso no Bolsão-Sul-Mato-Grossense: entre o estatuto e o asilo. Três Lagoas: Câmpus de Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2008. 104 f (Dissertação de Mestrado).

Este trabalho descreve e interpreta como o idoso constrói seu *ethos*, as representações que o Estado, por meio do Estatuto, faz sobre o Idoso. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e de campo, em que adotamos, como técnica para coleta, a aplicação de formulário e entrevistas com os idosos, de idade a partir de 65 anos, que se encontram em asilos situados em cinco cidades que compõem o Bolsão Sul-Mato-Grossense. Quanto à fundamentação teórica, adotamos teóricos dos Estudos Culturais, como Silva (2000) e Hall (2005), e da Análise do Discurso (PÊCHEUX, 1988; ORLANDI, 2005; CHARAUDEAU, 2006 e MAINGUENEAU, 2006), de forma que o discurso é visto como “efeitos de sentidos” que são produzidos num lugar de investimentos sociais, históricos e ideológicos por meio de sujeitos interagindo em situações concretas. No capítulo I, apresentamos a fundamentação teórica sobre o discurso e efeitos de sentido, da identidade e sujeito, *ethos*, representação e imagem. No capítulo II, discorremos sobre os procedimentos metodológicos e condições de produção, abordando as instituições asilares e o Estatuto do Idoso. Analisamos o perfil e o *ethos* do idoso no Bolsão Sul-Mato-Grossense no capítulo III. O discurso do Estatuto revela a necessidade de representar-se como “poder fazer”, atribuindo, dessa forma, o *ethos* de credibilidade e de competência de que a lei existe e é exercida; em contrapartida, observamos, no discurso do idoso, que a lei não é colocada em prática. Os dados evidenciaram o *ethos* da credibilidade (competência e virtude), do desamparo, da vitimização, da cidadania e de identificação (humanidade e potência). Constatamos que a maioria dos idosos tem o asilo como a única opção de moradia, uma vez que boa parte não tem residência própria, vive sozinha e é desprezada pela própria família. Suas identidades são construídas de acordo com o meio sócio-histórico-cultural em que vivem, permeadas pela exclusão tanto familiar quanto social.

Palavras-chave: Análise do Discurso; idoso; *ethos*; identidade.

BARROS, Yara de França Catarino. The elder's *ethos* in Bolsão-Sul-Mato Grossense: between the statute and sheltered housing. Três Lagoas: Campus de Três Lagoas, Federal University of Mato Grosso do Sul, 2008. 104 f (Dissertação de Mestrado).

This paper considers how old people construct their ethos, the representations and the way in which the state deals with them through legislation about the elder. Both quantitative and qualitative research methods were utilised in the compilation of this paper, with the latter being conducted through questionnaires and interviews with elders aged 65 and over and that live in sheltered housing situated in the five cities that make up the Bolsão Sul-Mato-Grossense region. The theoretical basis of this work examined cultural studies conducted, by Silva (2000) and Hall (2005), and additionally considered discourse from other academics such as PÉCHEUX, 1988; ORLANDI, 2005; CHARAUDEAU, 2006 and MAINGUENEAU, 2006. Much of the discourse focuses on the way in which the ethos of elders is shaped by ideological, historical and social factors and through old people's interactions with each other. In chapter I, we present the theoretical basis of this paper considering the discourse, the effect of the senses, of the identity, ethos, image and representations of old people. In the second chapter, we discuss the methodology used for compiling this paper, as well as the conditions of production that extend to the sheltered housing and statutes that directly affect old people. We analyse perceptions of old people as well as the ethos of elders in the Bolsão Sul-Mato-Grossense region in the third chapter. Consideration of legislation reveals that it provides protection for old people that assumes their competence and ability to protect and exercise their rights under the law, however, the reality is somewhat different. Through the consideration of issues such as ethos of credibility (competence and value), of the abandonment, of the victimization, of the citizenship and identification (humanity and power). The evidence reveals that sheltered housing is the only option for most old people in Bolsão Sul-Mato-Grossense since a great part of them do not own their property and live alone, isolated or neglected by their families. For these old people, their identities are constructed according to their socio-historical and cultural experiences and particularly through their social and familiar exclusion.

Key-words: Discourse Analyse, elder, ethos, identity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – DISCURSO, REPRESENTAÇÃO, <i>ETHOS</i> E IDENTIDADE SOCIAL: FIOS TEÓRICOS.....	20
1.1 Discurso e efeitos de sentido.....	20
1.2 Identidade e sujeito.....	24
1.3 <i>Ethos</i>	26
1.4 Representação e imagem.....	33
CAPÍTULO 2 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: INSTITUIÇÕES ASILARES.....	36
2.1 Sobre os procedimentos metodológicos.....	36
2.2. Sobre o idoso: Ser idoso é ser velho?.....	39
2.3 Sobre o lugar da pesquisa.....	43
2.3.1 <i>O Bolsão Sul-Mato-Grossense</i>	44
2.3.2 <i>As instituições asilares</i>	45
2.3.3 <i>O perfil do idoso no Bolsão Sul-Mato-Grossense</i>	47
CAPÍTULO 3 – EM TORNO DO ESTATUTO E DO <i>ETHOS</i> DO IDOSO NO BOLSÃO SUL- MATO-GROSSENSE.....	62
3.1 Sobre o Estatuto do Idoso.....	62
3.1.1 <i>Das disposições preliminares</i>	63
3.1.2 <i>Dos direitos fundamentais</i>	65
a) Do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.....	66
b) Do direito à saúde.....	67
c) Da educação, cultura, esporte e lazer.....	68
d) Da Previdência Social.....	69
e) Da assistência social.....	70
f) Do transporte.....	71
3.1.3 Das medidas de proteção.....	71
3.1.4 Da política de atendimento ao idoso.....	72

a)	Das entidades de atendimento ao idoso.....	72
b)	Da fiscalização das entidades de atendimento.....	73
3.1.5	Do acesso à justiça.....	74
a)	Das disposições gerais.....	74
b)	Do Ministério Público.....	75
3.2	Sobre o <i>ethos</i> do idoso.....	76
3.2.1	<i>Ethos da credibilidade: competência e virtude.....</i>	<i>76</i>
3.2.2	<i>Ethos de vitimização.....</i>	<i>82</i>
3.2.3	<i>Ethos do desamparo.....</i>	<i>87</i>
3.2.4	<i>Ethos da cidadania.....</i>	<i>90</i>
3.2.5	<i>Ethos da identificação: humanidade e potência.....</i>	<i>90</i>
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	104
	ANEXOS	
	ROTEIRO DO FORMULÁRIO	
	ROTEIRO DA ENTREVISTA	
	NORMAS PARA TRANSCRIÇÃO DOS DADOS ORAIS	
	DOCUMENTO DE LÍNGUA ORAL: TRANSCRIÇÃO DOS DADOS	

RELAÇÃO DAS TABELAS

Tabela 1 - Média de idade.....	47
Tabela 2 - Estado civil.....	48
Tabela 3 - Visitas dos familiares nos asilos.....	48
Tabela 4 - Local de residência anterior.....	49
Tabela 5 - Período de estada no asilo.....	50
Tabela 6 - Acesso ao atendimento por geriatra.....	51
Tabela 7 - Acesso a medicamentos gratuitos.....	52
Tabela 8 - Acesso a programas educacionais oferecidos pelo poder público.....	55
Tabela 9 - Acesso a cursos oferecidos pelo poder público.....	57
Tabela 10 - Acesso à escola.....	57

INTRODUÇÃO

Os problemas pertinentes ao idoso¹ têm sido um assunto de extrema repercussão em nosso meio social, despertando vários questionamentos, por ser mais uma questão social que necessita ser tratada com mais atenção e respeito, seja pela família, pelo poder público, pela iniciativa privada, seja pela academia.

Embasada em perspectivas teóricas da Análise do Discurso, nossa investigação tem como objetivo descrever e interpretar como o idoso do Bolsão Sul-Mato-Grossense constrói seu *ethos* e, ainda, qual a representação que o Estatuto faz sobre o Idoso, particularmente quanto aos direitos a saúde, educação, esporte e lazer. Tal representação será interpretada ao confrontarmos o discurso dos idosos com os discursos constitutivos do Estatuto (BRASIL, 2003).

Assim, nossa leitura pretende procurar resgatar sentidos possíveis do discurso oficial (Estatuto), dos formulários e das entrevistas com os idosos, de forma a reconstruir seus processos (histórico-discursivos) de formação, a partir de um lugar determinado, ou seja, de uma dada perspectiva teórica, sobre um objeto do conhecimento: o discurso do idoso e o discurso sobre o idoso.

Esta investigação tem cunho qualitativo/interpretativo e foi desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e atividades de campo (aplicação de formulários e de entrevistas). A coleta e análise utilizaram os seguintes procedimentos: a) aplicação do formulário; b) entrevista com os idosos com idade a partir de 65 anos; c) análise e interpretação de diferentes fontes de dados por meio das representações discursivas; d) estabelecimento de um confronto com o discurso Institucional do Estatuto, descrevendo, dessa forma, os pontos convergentes e divergentes existentes no interdiscurso.

Este trabalho encontra sua maior justificativa na necessidade de compreender como as “políticas públicas” atuam no processo de constituição das representações e identidades de cidadãos situados à margem da sociedade. Nesse crivo, a identidade é um feito de circunstâncias específicas, num espaço social, cultural, físico e econômico determinado (numa dada formação discursiva); portanto (re)criada no e pelo discurso; no caso específico do idoso, associa-se aos poderes institucionalizados

¹ Esta é uma pesquisa financiada pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT).

que regulam (controlam) a inclusão ou a exclusão dos sujeitos de uma determinada ordem.

No Orçamento da União² de 2005, existem dois programas que contêm ações (atividades, projeto, ou operação especial) destinadas à população idosa no Brasil.

No primeiro, “Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situações Especiais de Agravos”, está prevista a ação “atenção à saúde do idoso”, de abrangência nacional, com uma dotação orçamentária de R\$ 3 milhões, equivalente a apenas 3,6% do total de recursos desse programa. Segundo o documento, desse montante R\$ 800 mil devem ser repassados para serem aplicados pelos estados e o Distrito Federal; R\$ 1,5 milhão pelos municípios; R\$ 600 mil por entidades privadas e apenas R\$ 100 mil pela União.

O segundo programa, denominado “Proteção Social ao Idoso”, é considerado pelo governo como o mais importante, uma vez que se destina especificamente ao idoso. O montante de recursos é de R\$ 3,6 bilhões, alocados na Secretaria dos Direitos Humanos (SDH) e no Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). A dotação orçamentária da Secretaria dos Direitos Humanos totaliza R\$ 519 mil e se refere à ação “Apoio a Serviços Integrados de Prevenção à Violência e Maus-Tratos contra idosos”. Os recursos devem ser aplicados pelos estados, Distrito Federal e por entidades privadas.

No FNAS, estão alocados R\$ 3,6 bilhões para execução de ações como: a) Remuneração dos agentes pagadores do Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV); b) Serviços de processamento de dados do BPC e da RMV; c) Pagamento do BPC; d) Pagamento de Serviços de Proteção Sócio-assistencial à Pessoa Idosa; e, e) Serviço de Concessão e Revisão de BPC.

O programa informa que cerca de 82% dos recursos (R\$ 2,9 bilhões) são destinados ao programa “Proteção Social ao Idoso”, no que se refere ao pagamento de Benefício de Prestação Continuada à Pessoa Idosa (BPC), conforme previsto no artigo 2º, inciso V, da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que regulamenta esse benefício assistencial, garantindo um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família. A partir da aprovação do Estatuto do

² www.mj.gov.br. Acesso em 24 de janeiro de 2008.

Idoso, foi reduzida a idade (de 67 anos de idade para 65) para se ter condições de acesso a este benefício.

O relatório da V Caravana Nacional dos Direitos Humanos, publicado em março de 2002³, pelo deputado Marcos Rolim, sobre visitas feitas a vinte e oito instituições asilares distribuídas em quatro estados brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Paraná), descreve a atual condição de vida dos idosos nesses asilos, verificando-se que apenas oito desses estabelecimentos estão em perfeitas condições de funcionamento.

Esse relatório sobre o sistema asilar brasileiro foi apresentado à câmara dos deputados em Brasília pelo deputado Marcos Rolim e destaca que os idosos não são vistos como cidadãos, mas como resquícios, lembranças avulsas. Tratados como totalmente incapazes, mesmo gozando de perfeitas condições físicas e mentais, não podem decidir o que quer que seja, devendo sempre responder às normas internas. Em grande parte das instituições, não têm o direito de serem tratados pelo próprio nome, uma vez que aqueles que interagem com eles na maioria das vezes nem sabem seus nomes. O espaço físico que habitam há quartos onde as camas quase se tocam; dormem juntos a outros idosos com os quais jamais tiveram contato antes, não possuem a privacidade de ter seus objetos pessoais guardados em mobílias próprias. A maioria das instituições não possui estrutura física adequada, ou seja, instalações adaptadas a suas condições físicas. Nesses asilos, encontram-se escadas íngremes, sem corrimão, banheiros com pisos escorregadios e sem amparos, de que resultam quedas e ferimentos. Esses resultados indicam uma realidade muito próxima da que constatamos em nossos dados.

Segundo o censo do IBGE/2002⁴, o número de pessoas com idade de 60 anos ou mais no Brasil passou de 7,9%, em 1992, para 9,1%, em 2001, e, para 2030, a previsão é de que os brasileiros idosos serão 16% do total da população, de modo que o aumento da longevidade já se apresenta como um desafio social. Esses dados indicam que o número de idosos no país aumentou 29 vezes desde 1940. Segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), em 2001 havia 15,3 milhões de pessoas de 60 anos ou mais; uma fatia de 9,1% da população total, enquanto em 1940 era de 4,1%. Nas faixas de 60 a 69 anos, concentram-se 56,3% desse grupo. A renda familiar per capita de 41,4 % dos idosos é inferior ao salário mínimo. A desigualdade de renda é

³ <http://rolim.com.br>. Ou www.camara.gov.br. Acesso em 10/01/2008.

⁴ <http://www.ibge.gov.br> síntese de indicadores sociais 2002. Acesso em 16/08/2007.

uma característica marcante de toda a sociedade brasileira e é encontrada, também, entre os idosos. Conforme a mesma pesquisa, 41,4% dos idosos brasileiros estavam, em 2001, em famílias com rendimento familiar *per capita* inferior a um salário mínimo. Essa proporção é ainda maior na região nordeste (63,3%). Entretanto, para o IBGE, esses números são melhores que os de 1992, em que 54,1% das famílias dos idosos do país tinham renda *per capita* de até um salário mínimo (PNAD, 2001).

Segundo dados do IBGE, ao tratar da redução da fecundidade, a taxa caiu de 2,7 para 2,4 filhos por mulher, de 1992 para 2001. A taxa bruta da natalidade também caiu em 1992, houve 23 nascimentos por mil habitantes e, em 2001, 20,9 por mil habitantes (PNAD, 2001). Nosso país não está preparado para o crescente aumento da longevidade num curto espaço de tempo, o que poderá acarretar uma desestruturação social, exigindo a implementação urgente de políticas públicas, com o intuito de amenizar a situação dessas pessoas que, na maioria das vezes, são marginalizadas e, por serem em grande quantidade, requerem cuidados especiais para que tenham condições de vida mais dignas (cf. ALMEIDA, 2005).

Um dos fatores mais preocupantes quanto à longevidade é a saúde, em decorrência dos muitos casos de doenças crônicas degenerativas, cuja assistência médica beneficia na maioria das vezes os idosos que se encontram numa posição financeira mais elevada na sociedade. Essa sociedade, que tem como objetivo principal o lucro a curto prazo e a produção em ritmo acelerado, diminui a oportunidade de pessoas acima de 65 anos terem acesso ao trabalho em indústrias, empresas de um modo geral, contribuindo, assim, para o aumento da mão-de-obra ociosa, uma vez que os idosos não têm mais a mesma agilidade, habilidade e criatividade que tinham quando jovens. (ALMEIDA, 2005, p. 12).

Diante do modelo econômico neoliberal em que se valoriza o lucro, a produtividade, o consumo, o idoso é considerado “inútil”, um peso para a sociedade, um improdutivo. Surgem, dessa forma, questionamentos como: Quais representações o governo faz dos idosos? Quais representações fazem os idosos do governo? Quais *ethos* são constituídos no discurso dos idosos?

O indivíduo, seja ele homem ou mulher, sente o impacto da chegada da velhice, independentemente da classe social na qual se insere, uma vez que junto à avançada idade está a ausência de trabalho. Muitos nem têm aposentadoria, há limitação da saúde, solidão, preconceito e o desprestígio social. No que diz respeito a esses

fatores, a família tem um papel extremamente importante, uma vez que ela é a peça principal na tomada de decisões no que tange às necessidades físicas, psíquicas e sociais dos seus anciãos. No entanto, há inúmeros fatores que interferem na permanência desses junto aos seus familiares. (Idem).

Independente do sexo e em razão da idade avançada, aqueles que não mais fazem parte do mercado de trabalho, encontram dificuldades em adaptar-se a essa nova etapa de suas vidas. Há aqueles que voluntariamente procuram uma instituição que ampara os idosos, no caso, o asilo, as casas de repouso, enquanto há outros que, por razões diversas, são obrigados a “aceitar” a imposição da família para que vivam nessas instituições (cf. ALMEIDA, 2005).

Além dos dados estatísticos mostrados, há outros interesses, como o da academia. No âmbito da pesquisa universitária, é pertinente mencionarmos algumas dissertações, teses e outros trabalhos sobre a questão do idoso, o que demonstra certa preocupação da comunidade acadêmica com a questão do envelhecimento no Brasil e com a qualidade de vida dos idosos, porém parece não haver objetivos interventivos sociais.

Discurso, identidade e representação social do idoso é uma pesquisa de iniciação científica desenvolvida por Lorena Adami da Cruz, sob a orientação da professora Dr^a. Celina Nascimento, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que teve como objetivo descrever a representação social do idoso, a fim de discutir o significado de ser idoso. Foram analisadas entrevistas feitas em dois asilos na cidade de Três Lagoas-MS, em contraponto com o texto da Campanha da Fraternidade 2003 e o Estatuto do Idoso. Constatou-se que os entrevistados representam-se insatisfeitos e revoltados por sentirem-se marginalizados pela sociedade. A representação que fazem do governo é a de que seus direitos não são respeitados, apesar de afirmarem que não conhecem os direitos previstos no Estatuto do Idoso. Quanto ao texto da Campanha da Fraternidade, aparentemente critica o Estatuto em relação à realidade dos idosos. Propõe conscientizar a sociedade ao alertar sobre as condições subumanas em que vivem os idosos e, ainda, intenta sensibilizar o governo e a sociedade quanto ao caos em que vivem. Conclui-se que a identidade dos sujeitos idosos constitui-se, ao longo do tempo, por meio de processos inconscientes, uma vez que se apresenta incompleta e em constante formação. Para as pesquisadoras, “o idoso tem sido excluído dessa sociedade

capitalista, que visa apenas a seus interesses particulares” (cf. NASCIMENTO; CRUZ, 2007, p.9).

Destacamos também a pesquisa de Durigan ; Queiroz (2005) – *Discursos sobre a velhice: da campanha da fraternidade ao estatuto do idoso* – desenvolvida na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em que analisam a representação social do idoso em fragmentos extraídos do Estatuto do Idoso e no texto da Campanha da Fraternidade 2003 – “Vida, dignidade e esperança”. As pesquisadoras constataram que a representação do idoso reveste-se, nos textos da CF 2003 e no EI, de um caráter ambíguo, senão contraditório. Verificou-se o “discurso da segurança”, mas se produz, de fato, o da insegurança: o direito existe, mas não se sabe quem vai fazer que ele valha. No discurso de ambos, observou-se a negação da capacidade. O idoso é representado nesses textos como, não-saudável, não-autônomo, inativo. Elas concluem que “não há deslocamentos de sentido, mesmo quando o texto da CF 2003 insere a “assistência religiosa” e a “ação pastoral” no rol dos direitos do idoso” (DURIGAN; QUEIROZ, 2005, p. 112).

Chaimowicz (1997) pesquisou o perfil socioeconômico e a saúde de idosos em três capitais brasileiras. Segundo o professor, embora se estime que a população de idosos deverá duplicar até 2050, alcançando 15% do total da população de doenças crônico-degenerativas e distúrbios mentais, estas já têm determinado, atualmente, maciça utilização dos serviços de saúde. Acrescenta o autor que o desenvolvimento de doenças, incapacidades e dependência tem sido mais freqüente entre aqueles de baixa renda que, no entanto não têm conseguido garantir a assistência social e de saúde que demandam. Sua pesquisa propõe que se façam ações preventivas coordenadas por unidades básicas de saúde, dando prioridade às necessidades locais, pois, para o autor, é imprescindível o investimento imediato na saúde, na educação, na formação técnica dos jovens, nos programas de apoio aos familiares e na manutenção de idosos em atividades produtivas.

Machado (2003) apresentou uma proposta para a criação de uma Universidade Aberta para a Terceira Idade em Joinville, como forma de resgatar a auto-estima, o potencial criativo e a reintegração do idoso na vida produtiva, tornando-o um ser capaz de manter sua capacidade de reflexão, de fazer e decidir por si próprio, com independência e autonomia. Foram entrevistadas oitocentas e vinte e três pessoas de

ambos os sexos, com o objetivo de conhecer as pessoas com interesse e necessidade de retomar seus estudos.

A autora afirma, que, nas visitas feitas a algumas universidades abertas à Terceira Idade existentes no Brasil, foi possível avaliar a maturidade do público-alvo, de forma que os dados mostraram a disponibilidade, o desejo e a condição econômica das pessoas na faixa etária de 50 a 75 anos de retornarem aos estudos em uma universidade classificada como “aberta”. Ela constatou, ainda, que Joinville está preparada para oferecer cursos para uma universidade aberta para a Terceira Idade e que a educação continuada que conquistou a universidade européia está sendo bem vista no Brasil.

Almeida (2005) tratou de questões a respeito da família e da velhice, realizada no Abrigo São Vicente de Paulo em Goiânia-GO, com ênfase às representações que os idosos constroem sobre a família, em relação às diferenças de gênero. A autora constatou que a ausência da família representa uma grande perda para os idosos. Quanto à discussão sobre a velhice, concluiu-se que essa fase da vida é construída conforme os valores e os costumes da sociedade, prevalecendo o estigma de que ser velho é ser um “estorvo”, algo ultrapassado.

Mazza (2002) investigou o cotidiano dos cuidadores familiares dos idosos de idade a partir de setenta anos e com incapacidade funcional. Nessa pesquisa, foram entrevistados dezessete cuidadores familiares dos idosos, da área de abrangência do Centro de Saúde Pública da USP, e participantes do “Projeto Capacidade”, Programa de Assistência ao Idoso no Domicílio. Observaram-se diferentes representações sociais nos discursos desses cuidadores familiares. Representam-se “preocupados” com que algo errado aconteça com o idoso e consideram que o cuidar é uma forma de “retribuir” ao idoso por tudo o que recebeu na infância, “dever e obrigação”. Quanto às representações que o cuidador faz sobre a possibilidade de colocar o idoso em instituições asilares, destaca-se que “a família ‘cuida melhor’ que a instituição”, uma vez que a instituição representa-se como “maléfica” para os idosos. Para os familiares, a filha mulher representa-se como a pessoa mais “capacitada” para cuidar do idoso, e os filhos “não devem abandonar” seus pais, assim como o Estado não deve “abandonar” seus idosos.

A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais é um artigo baseado na dissertação de mestrado da Profa. Renata Lopes de Siqueira, na Universidade Federal de Viçosa–MG, que analisa algumas obras que discutem o envelhecimento; esse trabalho busca refletir a partir de diferentes perspectivas de

análise e discutir estudos que se ocupam do processo de envelhecimento fisiológico, na perspectiva “biológico/comportamentalista” e “economicista”. A autora faz uma análise do impacto econômico do envelhecimento social, discutindo questões relacionadas à demanda por serviços de saúde, aos benefícios previdenciários e à perspectiva “transdisciplinar”, que representa uma dimensão que se esforça em dar destaque ao conjunto dos aspectos (biológico, econômico, sociocultural) apontados (cf. SIQUEIRA, 2002). Esse estudo mostra que o fenômeno de envelhecimento demográfico e as demandas sociais específicas dele tornaram a velhice um tema privilegiado a ser investigado, o que levou a um aumento significativo na publicação de obras sobre esse assunto nos últimos tempos. Observou-se que esse tipo de assunto esbarra em questões teórico-metodológicas, as quais resumem a velhice em uma diversidade de experiências individuais que impossibilitam retê-la em um conceito ou noção ao investigá-la.

Encontramos também: *Concepção sobre a família na geriatria e na gerontologia brasileiras: ecos dos dilemas das multidisciplinaridades*, artigo baseado na dissertação de mestrado realizada pela Profa. Simoni Lahud Guedes (2002), da USP-SP. Esse artigo apresenta algumas questões, surgidas no interior de um projeto mais amplo sobre categorias etárias, relacionadas ao discurso e à prática de geriatras⁵ e gerontólogos⁶ acerca da temática da família, buscando evidenciar, por esse caminho, alguns dos pressupostos não explicitados que orientam suas atuações. Simoni Lahud Guedes⁷ aconselha que os cidadãos devem aproveitar a ciência geriátrica antes de ficarem velhos ou doentes, realizando um “check-up” geriátrico preventivo, de preferência a partir dos 35 anos de idade.

Uma vez feito um levantamento sobre pesquisas realizadas, passamos à descrição dos capítulos, divididos em três. No primeiro, estabelecemos uma discussão sobre discurso, identidade e sujeito, *ethos* e representação, na perspectiva de Pêcheux (1988), Hall (2005), Maingueneau (2006) e Charaudeau (2006). A seguir, abordamos os procedimentos metodológicos, as condições de produção com foco na região do Bóias Livres-Sul-Mato-Grossense e apresentamos o perfil dos idosos. Caracterizamos cada

⁵ Conforme o dicionário de termos médicos digital, a Geriatria é o ramo da medicina que enfoca a promoção da saúde, prevenção e tratamento das doenças e da incapacidade em idades avançadas. <http://www.dicionarioonline.com/medicina.html>. Acesso em 31/03/08.

⁶ A gerontologia cuida do processo biológico do envelhecimento enquanto a Geriatria ocupa-se de estudar as doenças da velhice e seus tratamentos.

⁷ Artigo sobre a família na Geriatria e na Gerontologia Brasileiras: ecos dos dilemas da multidisciplinaridade. Ver. bras. Ci. Soc. vol.15 n.43 São Paulo June 2000. www.scielo.br. Acesso em 25/01/2008.

Instituição pesquisada, como o Lar dos Idosos “Vicente Marques de Queiroz”, na cidade de Aparecida do Taboado–MS, asilo “Agostinho” ou “Obra Social Nossa Senhora Sant’Ana”, na cidade de Paranaíba–MS, “Lar dos Idosos e Assistência Social São Francisco”, na cidade de Cassilândia – MS, “Lar Paraíso dos Velhinhos”, na cidade de Inocência–MS e a “Vila Vicentina”, na cidade de Três Lagoas-MS. No terceiro capítulo, examinamos o Estatuto do Idoso e o *ethos*, a fim de levantar as representações que fazem do asilo e sobre o Estatuto, buscando observar até que ponto conhecem a lei número 10.741, que institui o Estatuto do Idoso, aprovada pelo Congresso Nacional e promulgada pelo Presidente da República no dia 1.º de outubro de 2003, com o objetivo de beneficiá-los.

CAPÍTULO 1 – DISCURSO, REPRESENTAÇÃO, *ETHOS* E IDENTIDADE SOCIAL: FIOS TEÓRICOS

A diferença é aquilo que separa uma identidade da outra, estabelecendo distinções, freqüentemente na forma de oposições (SILVA, 2000, p. 41).

Tomaz Tadeu da Silva

1.1 Discurso e efeitos de sentido

A *Análise Automática do Discurso* (1969), de Michel Pêcheux, foi considerada a obra inaugural da ciência hoje denominada de Análise do Discurso (AD). Essa obra traz questionamentos relevantes sobre os textos, a leitura e o sentido (MALDIDIER, 2003, p. 23). Michel Pêcheux inicia a escola francesa de análise de discurso, deixando sua marca no campo da lingüística, especialmente no tocante aos conceitos por ele criados, tais como: “processo discursivo”, “condições de produção”, “efeitos de sentido” e “mecanismos de produção”.

O discurso e o sujeito demarcam posições nas instituições; não estão casualmente no meio sócio-histórico. Para que o discurso exista, é necessário que haja um campo que lhe dê condições de existência, denominado de campo discursivo, que é finito no tocante às seqüências lingüísticas formadas, mas infinito de possíveis formulações. Para que o poder instituído não sofra qualquer tipo de ameaça que abale sua permanência, existe a seleção, o controle, a organização e a distribuição dos discursos (PÊCHEUX, 1988).

Importa acrescentar que Pêcheux afirma, aos interessados pela análise do discurso, que “todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente, descritível com uma série (léxico-sintática determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação” (PÊCHEUX, 2006, p. 52).

No processo de construção dos discursos e seus sentidos (ou efeitos de sentido), o crivo da memória torna-se fundamental ao impor o relacionamento inevitável entre a organização/seleção lingüística e o contexto sócio-histórico-ideológico de que se constituem as produções discursivas, construindo diferentes interpretações e remetendo-nos àqueles pontos de deriva de que nos falava Michel Pêcheux. Derivas operadas por aquilo que a AD denominou “condições de produção”, cujos efeitos de sentido interessam a esta pesquisa, posto que são instaurados e percebidos por meio do Poder Público, na forma como elege representantes, como organiza o poder (ORLANDI, 2005, p. 31). A autora acrescenta:

[...] é o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra, ou seja, todos os sentidos já ditos por alguém, em algum lugar.

Nesta esteira, o trabalho de Pêcheux & Fuchs (1997, p.169) esclarece que a característica histórica do sentido de uma seqüência “só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta seqüência como pertencente necessariamente a esta ou àquela formação discursiva (o que explica, de passagem, que ela possa ter vários sentidos)”.

Portanto, o efeito de sentido não está relacionado apenas ao sentido literal de uma palavra, mas associa-se a uma família de outras palavras que mantêm com ela uma certa aproximação e diferentes relações. Segundo Possenti (2003, p. 39), para a AD, o sentido não pode ser produzido no exato momento da enunciação de um texto, mas só terá sentido ao associar-se a um discurso previamente existente. Tal concepção faz-se muito relevante ao nosso intento de reconstruir processos (históricos-discursivos) de formação, no que se refere aos dados analisados.

Isso significa dizer que o processo de elaboração dos sentidos prevê um trânsito obrigatório entre discursos. Noção de que trata a AD sob a designação de *interdiscurso*. O interdiscurso, conforme enuncia Orlandi (2005, p. 33), “é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos”.

Portanto, as palavras só vão ter sentido se elas já tiverem sentido. Acrescenta a autora que:

[...] há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo que é a que existe entre o interdiscurso e o intradiscurso ou, em outras palavras, entre a constituição e a formulação. Courtine (1984) explicita essa diferença considerando a constituição – o que estamos chamando de interdiscurso – representada como um eixo vertical onde teríamos todos os dizeres já ditos – e esquecidos – em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível. E teríamos o eixo horizontal – o intradiscurso – que seria o eixo da formulação, isto é aquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições dadas (ORLANDI, 2005, p. 32-33).

Assim, podemos considerar a formulação (o intradiscurso) como um processo determinado, uma vez que é estabelecida enquanto que se intrinca os dizeres “passados” (interdiscursos, o dizível, a constituição) e aquilo que está se dizendo (o intradiscurso); a constituição determina a formulação, já que só é possível formular, ou seja, dizer, se nos posicionarmos na “perspectiva do dizível (interdiscurso, memória)” (Ibidem, p. 33).

Prosseguindo, na mesma perspectiva, Orlandi (2005, p.29-30) propõe “que se faça uma ‘leitura’ indo além do que se diz, do que fica na superfície das evidências”. A AD, segundo a autora, “considera que a linguagem não é transparente”; ou seja, sempre existe algo não dito, silenciado, que está por trás, pois é por meio do discurso que se percebe como os interlocutores agem no mundo, como eles produzem os significados por meio da linguagem, na qual se materializa a ideologia, como destaca Orlandi (2005, p. 95-96): “o sentido é história. O sujeito se faz (se significa)/na/pela história [...]. É a ideologia que torna possível a relação palavra/coisa [...] em outras palavras, reúne sujeito e sentido”.

Orlandi (2005, p. 78) ressalta que “a interpretação é constitutiva da própria língua. E onde está a interpretação está a relação da língua com a história para significar”. Esse foco faz-se importante a este estudo, pois todo sujeito está inserido num meio sócio-histórico-cultural e possui suas crenças, seus mitos, suas representações, que são expressas em seu discurso, na relação entre linguagem e ideologia. Quando expomos nossas experiências, nossas visões de mundo, estamos

falando a partir de condições dadas, determinadas, ou seja, remetemos à classe social a que pertencemos, a nossas desigualdades e nossas competências profissionais. A AD:

[...] supõe que através das descrições regulares de montagens discursivas, se possa detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados (ibidem, p. 57).

Assim, ao conceber uma história na construção do discurso e dos sentidos que a ele são atrelados via diferentes condições de produção, posicionamo-nos ante uma *discursividade*. Michel Pêcheux trata a discursividade como estrutura ou como acontecimento. Em outras palavras, pode-se dizer que, como forma, a língua constitui uma estrutura, mas, como funcionamento, transforma-se em discurso, um lugar de investimentos sociais, históricos, ideológicos, psíquicos por meio de sujeitos interagindo em situações concretas.

No confronto entre linguagem e mundo, na relação entre simbólico e real, o sujeito e os sentidos se repetem, se deslocam e se constituem. Isso significa dizer que a condição de linguagem é a incompletude. Os sujeitos e os sentidos não estão completos. Constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento. Em termos teóricos, a AD trabalha com a articulação entre estrutura e acontecimento. Nem o exatamente fixado, nem a liberdade em ato. Sujeitos ao mesmo tempo à língua e à história, ao estabilizado e ao irrealizado, os sujeitos e os sentidos fazem seus percursos. Ao falarmos, o fazemos determinados por nossa relação com a língua e a história, por nossa experiência simbólica e de mundo, por meio da ideologia (PÊCHEUX, 2005). A construção de sujeitos, de assujeitamentos moldados pela história, pela discursividade que os cercam e cristalizam sentidos, identidades por meio de processos ideológicos, assumidos e negados, transpassa as linhas teóricas da Análise de Discurso e esbarra em nossos objetivos.

Segundo Orlandi (2005, p. 30), a AD propõe que se descubra aquilo que não está transparente no discurso, pois os dizeres são “efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz”. O que significa, então, ser “sujeito” do discurso? Como compreender a sua identidade?

1.2 Identidade e sujeito

Segundo Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 266-267), em AD, para se definir “identidade”, acrescentam-se duas noções dos domínios filosófico e psicológico, como a de “sujeito” (existência do ser pensante “EU”) e a de “alteridade” (não há consciência de si sem consciência da existência do outro, o que constitui o sujeito), pois

[...] a identidade resulta, ao mesmo tempo, das condições de produção que exercem coerções sobre o sujeito, condições que estão inscritas na situação de comunicação e\ou no pré-construído discursivo, e das estratégias que ele põe em funcionamento de maneira mais ou menos consciente (ibid, p. 267).

Para Stuart Hall (2005, p. 9), o conceito de “identidade” é complexo e ainda pouco trabalhado e compreendido na ciência social contemporânea, de modo que se torna impossível formular afirmações conclusivas e fazer julgamentos seguros quanto às proposições abordadas. Segundo ele, “as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, estão sendo deslocadas, ou seja, fragmentadas e com estas transformações automaticamente nossas identidades pessoais são afetadas”.

Hall destaca a assim chamada “crise de identidade”, que resulta do deslocamento do indivíduo dentro da sociedade, do mundo cultural em que vive e no que diz respeito a si mesmo. As identidades não são propriedades particulares dos indivíduos, mas, sim, construtos sociais, que se moldam de acordo com interesses políticos. Assim, “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”; o que há são várias identidades fragmentadas (ibidem, p. 12-13).

Como destaca o pensador,

As identidades se tornam cada vez mais desvinculadas, desalojadas – de tempos, lugares, história e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”, esses efeitos são atribuídos “aos lugares, imagens, viagens internacionais, sistemas de comunicação globalmente interligados os quais cercam a nossa vida social (HALL, 2005, p. 75).

Estamos, portanto, na modernidade, diante de identidades múltiplas, que nos afrontam dia-a-dia. Em face dos avanços tecnológicos, barreiras (comerciais, econômicas, culturais) foram rompidas em razão das relações existentes entre pessoas e povos das diversas regiões do mundo, pertencentes a etnias, línguas, tradições e histórias diferentes.

Hall comenta ainda que, na era pós-moderna, em cujas sociedades observamos constantes e rápidas mudanças, os sujeitos que nelas se inserem não têm, portanto, uma identidade permanente, pois a identidade se transforma continuamente, já que somos interpelados pelas múltiplas culturas que nos cercam.

Segundo Silva (2000, p. 76), tanto a identidade quanto a diferença originam-se do mundo cultural e social, e são o “resultado de atos de criação lingüística”, uma vez que os sujeitos as produzem na confluência das relações sociais e culturais.

Silva afirma que, apesar de sermos governados pela estrutura da linguagem, isso não significa que esta seja exatamente uma estrutura tão segura. E que “o adiamento indefinido do significado e sua dependência de uma operação de diferença significa que o processo de significação é fundamentalmente indeterminado, sempre incerto e vacilante” (SILVA, 2000, p. 80).

O autor esclarece:

[...] a identidade e a diferença são o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva. O processo de adiamento e diferenciação lingüísticos por meio do qual elas são produzidas está longe, entretanto, de ser simétrico [...]. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas (SILVA, 2000, p.81).

Portanto, o desejo dos diversos grupos sociais de ter acesso às regalias proporcionadas pelos bens sociais traduz a afirmação da identidade e a enunciação da diferença relatadas pelo autor. O poder se faz presente na diferenciação (identidade e diferença) e é por meio da diferenciação que a identidade e a diferença se processam. Existem, portanto, outros processos que traduzem essa diferenciação ou se aliam a ela. Há vários sinais que indicam a presença do poder: incluir/excluir; demarcar fronteiras; classificar (“bons e maus”; “puros, impuros”); normalizar (“nós somos normais”; “eles são anormais”) (SILVA, 2000, p. 81-82).

Como a identidade e a diferença associam-se a sistemas de representação, o significado de identidade está relacionado tanto à cultura quanto ao social. Em suma, a identidade e a diferença são dependentes da representação, ou seja, é a representação a responsável pela existência de ambas. “É também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade” (SILVA, 2000, p. 91).

De acordo com Moita Lopes (2003, p 19), é inviável pensar o discurso sem dar enfoque aos sujeitos que fazem parte de um dado contexto de produção: “todo discurso provém de alguém que tem suas marcas identitárias específicas que o localizam na vida social e que o posicionam no discurso de um modo singular assim como seus interlocutores”.

1.3 Ethos

Segundo Charaudeau (2006), o *ethos* é um assunto estudado desde a antigüidade, quando Aristóteles dividiu em três etapas os meios discursivos que influenciam o auditório: o *logos* (domínio da razão; é possível convencer); o *ethos* e o *pathos* (domínio da emoção; é possível emocionar). Para o autor, tanto *ethos* quanto *pathos* participam das “demonstrações psicológicas, que o público crê que os outros têm em mente e não o estado psicológico real do orador ou do auditório” (CHARAUDEAU, 2006, p. 113). Enquanto o *ethos* está voltado para o orador, o *pathos* está voltado para o

auditório. As categorias da retórica a *tekhnê* (o orador parece “digno de fé”), a *phronésis* (mostra-se fidedigno, prova de ponderação), a *arété* (prova de simplicidade sincera), a *eunóia* (prova de amabilidade) – foram deixadas de lado por algum tempo e ocultadas a partir do século XVII, por uma crítica literária, substituindo-a pela estilística, e reaparecem com o desenvolvimento dos estudos relacionados à argumentação⁸.

Charaudeau (2006, p. 114) afirma que o *ethos* “é um dado preexistente ao discurso” e que “o orador deve mostrar ao auditório independente de sua sinceridade a fim de causar boa impressão”. Já os analistas do discurso parecem crer que há uma concepção discursiva que inscreve o *ethos* no ato de enunciação, isto é, no próprio dizer do sujeito que fala. Assim, o *ethos* surgiria no ato de linguagem. Portanto, *ethos* é o conjunto de voz, caráter, representação que o sujeito faz sobre si e sobre o outro.

Segundo Amossy (2005), a partir do momento em que o indivíduo toma a palavra, este constrói uma imagem de si (sou isto e não aquilo), a qual é exposta por meio de suas competências lingüísticas e enciclopédicas ou suas crenças, fatores responsáveis pela construção da representação do indivíduo. Não há uma técnica definida para que haja a representação de si; ela ocorre naturalmente durante as trocas verbais do dia a dia. Tal noção encaminha-se à mesma direção que a dos analistas de discurso, desviando-se, como se pode perceber, dos apontamentos de Charaudeau.

Amossy (2005, p. 10) define o *ethos* como “a construção de uma imagem de si, como peça principal da máquina retórica, a qual se liga veemente à enunciação, posta no centro da análise lingüística pelos trabalhos de Émile Benveniste”, uma vez que, ao produzir um enunciado, o locutor mobiliza a língua, fazendo-a funcionar, durante sua utilização.

Já Maingueneau (2001, p. 98) define *ethos* como um fenômeno pelo qual a personalidade do enunciador é revelada ao realizar uma enunciação, e a eficiência dele depende de alguma forma do seu envolvimento com a enunciação, sem transparecer no enunciado. Essa noção vem somar à de Amossy e aos analistas de discurso, reafirmando a interação entre *ethos* e enunciação. Esse *ethos*, frisa o autor, é válido para qualquer discurso, inclusive para o escrito. Já o tom pode ser percebido num texto escrito, dando autoridade ao que é dito, e, por meio dele, o leitor/ouvinte é capaz de criar uma representação do corpo do enunciador (e não, evidentemente do corpo do autor efetivo).

⁸ Não discorreremos sobre esses conceitos, por não serem explorados em nossos dados. Trabalhamos especialmente com o *ethos*.

Portanto, entre semelhanças e diferenças teóricas, interessa-nos algo em comum: a construção do *ethos* permeia o processo de enunciação, da manifestação da linguagem, por meio da qual o sujeito constrói uma imagem de si para o auditório que o acompanha; “imagem” que, no entanto, pode não corresponder à realidade de si, daquele que fala, e pode jogar com as palavras e comportamentos. O *ethos*, além de compreender a dimensão vocal, compreende as determinações físicas e psíquicas ligadas pelas representações coletivas à pessoa do enunciador. O “caráter” compreende uma variedade de traços psicológicos enquanto a corporalidade compreende uma constituição do corpo, que envolve humor, temperamento, disposição de espírito, inclusive a forma de se vestir e de agir em meio à sociedade. É o que descrevemos no capítulo III, quando, muitas vezes, durante a entrevista, o sujeito idoso apresenta uma postura física de decisão, com voz elevada, ou é tomado pela emoção, nos meandros do interdiscurso. Esse *ethos* envolve, também, uma disciplina do corpo, adquirida por meio de um comportamento global.

Maingueneau (2001, p. 99) afirma que:

[...] o universo do sentido propiciado pelo discurso impõe-se tanto pelo *ethos* como pelas “idéias” que transmite, na realidade, essas idéias se apresentam por intermédio de uma *maneira de dizer* que remete a uma *maneira de ser*, à participação imaginária de uma experiência vivida.

A noção de *ethos*, para Maingueneau (2005, p. 16), implica o contexto (e é implicada por ele), em que “cada tipo de discurso comporta uma distribuição preestabelecida de papéis, o locutor pode escolher mais ou menos sua cenografia”.

Segundo Maingueneau (2006, p. 53), “a prova do *ethos* consiste em causar boa impressão pela forma como se constrói o discurso, a dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório ganhando sua confiança”. A prova do *ethos* envolve tom de voz, modulação da fala, escolha das palavras e dos argumentos, gestos, mímicas, olhar, postura, adornos, imagens psicológicas e sociológicas transmitidas pelo enunciador, a fim de produzir ao auditório a imagem do orador em questão. Portanto, o destinatário constrói de forma dinâmica a representação do locutor por intermédio da própria fala dele, não sendo esse um processo estático. A investigação dessas representações,

operadas por essas provas do *ethos*, fazem-se muito relevantes e presentes em nossa discussão.

Maingueneau (2006, p. 55) afirma que:

[...] o *ethos* retórico, o primeiro emprego, está ligado à própria enunciação, e não a um saber extra-discursivo sobre o locutor e que a eficácia dele tem a ver com o fato de que ele envolve de alguma forma a enunciação, sem ser explicitado no enunciado.

Assim, o *ethos* é uma característica interna e externa do locutor, ligado à construção da identidade, pois, a cada tomada da palavra, um indivíduo constrói a representação do/para o outro e a estratégia de fala usada pelo locutor em seu discurso. Envolve a forma como o indivíduo age na sociedade, captada por meio de um comportamento físico e verbal que demonstra durante a enunciação. O destinatário identifica-o por meio de um conjunto de representações sociais (MAINGUENEAU, 2006, p. 62).

Ao utilizar-se do termo “incorporação”, o autor refere-se à forma pela qual o destinatário, seja na posição de intérprete, seja na de ouvinte ou leitor, apodera-se desse *ethos*. Afirma que “a incorporação” não é um processo uniforme; ela se adequa aos tipos de discurso e aos gêneros. Deixa claro que o discurso não resulta da associação eventual de um “fundo” e de uma “forma”; é necessário que tanto conteúdos quanto cenas de fala sejam organizados em conjunto, pois um não funciona sem o outro.

A cenografia, por sua vez, é o meio que o discurso adota para ser enunciado, instituindo dessa forma uma situação de enunciação que o torna pertinente, ou seja, ela é o palco onde a enunciação instaura seu próprio meio de fala:

[...] a cenografia é, ao mesmo tempo, aquilo de onde vem o discurso e aquilo que esse discurso engendra: ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cena da qual a palavra é precisamente *a cena* requerida para enunciar nessa circunstância. São os conteúdos desenvolvidos pelos discursos que permitem especificar e validar o *ethos*, bem como sua cenografia, por meio dos quais esses conteúdos surgem (MAINGUENEAU, 2006, p. 68).

Assim, a partir do momento em que há enunciação, alguma coisa que pertença ao *ethos* é exposta por meio da fala. O locutor desperta no intérprete uma certa representação de si mesmo, colocando em risco seu domínio em relação à sua própria fala e procura “controlar o tratamento interpretativo dos signos que ele produz” (ibidem, p. 70).

Amossy (2005) afirma que tanto a identidade discursiva quanto a social resultam no *ethos*. A identidade social do locutor dá ao sujeito o direito à palavra, firmando sua legitimidade de comunicação, enquanto a identidade discursiva de enunciador, cujo papel é atribuído no ato de sua enunciação, é o resultado da situação de comunicação que o sujeito está vivenciando no momento e das estratégias pelas quais ele opta e que procura seguir.

Abordamos, a seguir, alguns tipos de *ethos* mencionados por Charaudeau (2006), uma vez que a análise está fundamentada nos *ethé*. Charaudeau (2006, p. 117) afirma que “é preciso lembrar que a questão da identidade do sujeito passa por representações sociais”. No entanto, para Charaudeau, o *ethos* apóia-se num imaginário duplo: corporal e moral. A credibilidade não é uma qualidade atribuída à identidade social do sujeito; ela é, ao contrário, fruto de uma identidade discursiva produzida pelo sujeito falante, realizada de tal forma que os outros sejam levados a julgá-lo digno de confiança. Segundo o pesquisador, “a credibilidade repousa sobre um *poder fazer*, e mostrar-se crível é mostrar ou apresentar a prova de que se tem esse poder” (CHARAUDEAU, 2006, p. 119). Ela compreende o *ethos* da seriedade, da virtude e da competência.

O *ethos* de “seriedade” depende do tipo de representação que cada grupo social faz de quem tem seriedade ou não. Charaudeau (2006, p. 120-121) aponta vários índices que auxiliam na construção desse tipo de *ethos*:

[...] *corporais e mímicos*: certa rigidez na postura do corpo, uma expressão raramente sorridente na face; *comportamentais*: que revelam capacidade de autocontrole diante das críticas, sangue frio diante da adversidade [...]; *verbais*: um tom firme e comedido, sem muitos efeitos oratórios, sem “frases de efeito”, que freqüentemente desacreditam o sujeito, ainda que suscitem admiração; uma escolha de palavras e de construções simples, apropriadas; uma elocução continuamente serena.

No que se refere ao *ethos* da “virtude”, consiste em que o enunciador demonstre sinceridade e fidelidade, passando uma imagem de um ser honesto. De forma geral, esse *ethos* trabalha lado a lado com uma atitude de respeito para com as pessoas: o “orador” deve ser direto, transparente e não se utilizar de subterfúgios para transmitir seus pensamentos.

O *ethos* de “competência” exige, ao mesmo tempo, segundo Charaudeau (2006, p. 125),

[...] saber e habilidade: seu possuidor deve ter conhecimento profundo do domínio particular no qual exerce sua atividade, mas deve igualmente provar que tem os meios, o poder e a experiência necessários para realizar completamente, seus objetivos, obtendo resultados positivos.

Conforme as atitudes que o político toma em toda sua carreira, ele constrói esse tipo de *ethos*, cujo grau de competência pode ser avaliado durante seu “mandato”. Mas o próprio político, às vezes, é capaz de apresentar esse *ethos* de “competência” ao declarar seu percurso de vida como sua herança, seus estudos, as funções exercidas, sua experiência de vida.

O *ethos* de “potência” é visto como uma “energia física que emerge das profundezas terrestres, anima e impulsiona os corpos na ação” (CHARAUDEAU, 2006, p. 138). Esse *ethos* está presente em um contexto cultural que dá valor ao espírito de conquista, sendo esta uma característica atribuída ao sexo masculino.

O *ethos* de “caráter”, por sua vez, está relacionado mais à força de espírito que à do corpo. Charaudeau (2006, p. 141-142) apresenta-nos algumas características que o constituem, como a vituperação, forma de expressão aos berros. Ao vituperar, o político pode apresentar variantes dessa figura, que são a *provocação* e a *polêmica*:

[...] a provocação é feita com declarações que têm por fim único fazer alguém reagir [...], a polêmica aparece, sobretudo, nos debates, pois os debatedores, que são também adversários, encontram-se em uma situação

conflituosa uns em relação aos outros, cada qual negando o argumento de seu oponente.

Para que a provocação tenha sucesso, é necessário que a dúvida esteja sempre subentendida e, para que haja eficácia na sua utilização, é preciso aparentar sinceridade. A polêmica pode ser uma faca de dois gumes, já que ela depende da forma como um determinado grupo a avalia, podendo voltar-se contra seu próprio autor.

Tem-se também uma outra característica do *ethos* de “caráter”; é a da “força tranqüila” que Charaudeau (2006, p. 143) descreve como “o controle de si”, que “supostamente denota um caráter equilibrado que não se deixa levar por poucas coisas, que mantém a cabeça fria em todas as circunstâncias e não se entrega a uma agitação incosequente”.

Esse *ethos* caracteriza-se ainda pela “coragem”, que conforme afirma Charaudeau (2006, p. 143), “dá a entender ao cidadão que o político que a possui saberá enfrentar a adversidade sem enfraquecer e sem ceder à demagogia”. Uma última característica desse *ethos* de caráter é a “moderação”, que possibilitaria o entendimento entre as personagens conflitantes.

Quanto ao *ethos* de “inteligência”, conforme afirma Charaudeau (2006, p. 145), diz respeito a “uma característica humana difícil de ser definida, mas nesse caso se trata de considerá-la um imaginário coletivo que testemunha a maneira como os membros de um grupo social a concebem e a valorizam”. Nesse *ethos*, existem duas figuras opostas que disputam a liderança. Uma delas é tradicional: “um homem culto não pode ser senão um homem de bem”. Essa figura está relacionada ao político, cuja herança cultural foi herdada pela sua origem social, mas que deve ser compatível com seu comportamento atual. A outra figura, segundo Charaudeau (2006, p. 146), “é a *astúcia*, ou antes a *malícia* que é mais sutil e difícil de ser determinada. A malícia denota um saber jogar com o ser e o parecer: saber dissimular certas intenções” (grifo do autor). A malícia pode ser notada de forma positiva e negativa, mas tais apreciações sobre ela estão longe de ser claras.

No que tange ao *ethos* de “humanidade”, segundo Charaudeau (2006, p. 148), emerge do fato de que “o ser humano é mensurado pela capacidade de demonstrar

sentimentos, compaixão para com aqueles que sofrem, mas o é também pela capacidade de confessar suas fraquezas, de mostrar quais são seus gostos até os mais íntimos”.

O *ethos* de “chefe”, por seu turno, está voltado para o cidadão. Segundo Charaudeau (2006, p. 153),

[...] ele é uma construção de si pra que o outro adira, siga, identifique-se a este ser que supostamente é representado por um outro si-mesmo idealizado. No domínio político, e em regime democrático, essa relação do um ao outro é marcada pela reciprocidade entre a instância política e a instância cidadã.

Finalmente, o *ethos* de “solidariedade”, conforme Charaudeau (2006, p. 163) “faz do político um ser que não somente está atento às necessidades dos outros, mas que partilha e se torna responsável por elas”. A solidariedade tem como característica a vontade de partilhar sempre dos mesmos objetivos e ideais do grupo do qual se faz parte. O autor faz uma ressalva importante ao dizer que “todo movimento de solidariedade passa por um processo de identificação de um grupo por meio de uma idéia, um valor”. Importa destacar que Charaudeau direciona suas discussões ao discurso político, mas deixa claro que o *ethos* diz respeito ao imaginário social e que são as representações do sujeito⁹.

1.4 Representação e imagem

A representação está vinculada ao conceito de imagem de Pêcheux, (1993, p. 82), o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias

⁹ Observamos que, no discurso do idoso, o *ethos* se faz presente também por índices corporais, gestos, mímicas, expressão facial, emocional. Daí a nossa opção teórica.

que designam o lugar que “A” e “B” se atribuem cada um a si e ao outro, e a imagem que eles fazem do seu próprio lugar e do lugar do outro.

Para Michel Pêcheux (1997), o discurso parte de um mecanismo em funcionamento; pertence a um sistema de normas que derivam da estrutura de uma ideologia, correspondendo a um certo lugar dentro de dada formação social, ou seja, “o discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas” (PÊCHEUX, 1997, p. 77). Ele deve ser remetido às relações de sentidos nos quais é produzido, de modo que o processo discursivo não tem início, conjuga-se sempre a um discurso prévio. “É impossível analisar um discurso como um texto; é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção” (Ibidem, p. 79).

Os elementos estruturais pertencentes às condições de produção partem de dois esquemas. O primeiro, racional (skinneriano: estímulo-resposta), domina o pensamento atual e está na direção de uma “apreensão da linguagem na organização do sistema nervoso e não naquilo que é sua função: a comunicação” – o que anula o papel dos interlocutores. O segundo é informacional e apresenta a “vantagem de pôr em cena os protagonistas do discurso bem como seu referente”. A mensagem não é apenas vista como transmissão de informação entre ‘A’ e ‘B’, mas efeito de sentido (discurso) entre os dois (Ibidem, p. 80-81).

Os diferentes elementos estruturais da produção do discurso seriam, inicialmente, ‘A’ e ‘B’ – dois elementos não físicos, “mas lugares determinados na estrutura de uma formação social”. Esses lugares estão representados nos processos discursivos (PD) que são colocados em jogo. “O que funciona nos PDs é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que ‘A’ e ‘B’ se atribuem cada um a si e ao outro”. Existem mecanismos que estabelecem as relações entre as situações e as posições, provavelmente não biunívocas (diferentes situações: mesma posição ou uma situação: várias posições) (Ibidem, p. 82).

O referente também pertence às condições de produção. Trata-se de um objeto imaginário. Todo processo discursivo supõe hipóteses de antecipação das representações: de que lhe falo assim? De que ele me fala assim? A percepção é sempre atravessada pelos já ditos por meio dos quais se constitui a substância das formações discursivas (Ibidem, p.83). Os elementos que constituem o estado de produção do discurso (não são apenas justapostos) mantêm entre si relações que variam conforme a

sua natureza no jogo. Certos termos podem tornar-se dominantes e têm a propriedade de determinar a natureza, o valor e o lugar dos demais (Ibidem, p. 86).

Pêcheux faz o esboço de uma representação formal dos processos discursivos, propondo três regras: a primeira, que a produção do discurso resulta da composição de suas condições de produção. A segunda refere-se à emissão de seqüência discursiva (codificação). A terceira refere-se à recepção (decodificação) e comporta duas modalidades de funcionamento: decodificação externa e decodificação interna, o que explica o caso particular (discurso monólogo, em que destinatário só se encontra presente na situação pela imagem que o destinatário faz de si) em relação ao geral (Ibidem, p. 90).

Destaca o autor ainda que:

Cada discurso é tido como diferente do precedente por uma só substituição, sendo que o conjunto do contexto é cada vez mais conservador. A série de efeitos metafóricos permite a ancoragem semântica através de uma variação da superfície do texto. Assim, o confronto das formas variadas da superfície permite, ao multiplicar a presença do discurso por ele mesmo, manifestar a estrutura invariante do processo de produção pra um estado dado, estrutura esta cujas variações são o sintoma (PÊCHEUX, 1997, p. 97-98).

No tocante à passagem da superfície discursiva à estrutura do processo de produção, Pêcheux (1997, p. 99) diz que: “não se passa necessariamente de uma seqüência discursiva a outra apenas por substituição, mas as duas seqüências estão, em geral, ligadas uma à outra por uma série de efeitos metafóricos”.

CAPÍTULO 2 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO: INSTITUIÇÕES ASILARES

[...] a velhice não poderia ser compreendida senão em sua totalidade; ela não é somente um fato biológico, mas também um fato cultural.

S. Beauvoir

2.1 Sobre os procedimentos metodológicos

As tomadas de depoimentos ocorreram em um contexto¹⁰ cênico de linguagem falada, e a entrevistadora conduziu esses depoimentos, uma vez que as perguntas tinham um objetivo – obter informações que ela julgava pertinentes à pesquisa. Os dados orais precisavam, todavia, converter-se em texto escrito, seja porque esta dissertação constitui-se em um conjunto de informações escritas, seja porque a “verdade” buscada pela pesquisadora obriga(va)-a a analisar materialidades formalizadas pela escrita. Isso pode ter acarretado perdas, acréscimos e seleção com relação à “fala” original, especialmente no caso dos formulários.

Quando a pesquisadora foi a campo, já conhecia o Estatuto e outras informações sobre idosos em asilo, o que já pressupõe, em suas perguntas, a presença de outro(s) locutor(es) ou enunciador(es). Materializou discursos de saber e de poder que “dizem” o que somos e o que devemos ser; construiu em seu(s) discurso(s), representações do idoso, cuja identidade inscreve-se à margem. Assim como a mídia, a Academia (representada pela pesquisadora) colocou-se a serviço das instituições que puseram em circulação o Estatuto do Idoso, cuja execução (transformação em prática social) caberia ao Estado.

¹⁰ Contribuições feitas pela Prof.^a Dr.^a Marlene Durigan no exame de qualificação.

Para a realização desta pesquisa foi elaborado um formulário¹¹ contendo um total de catorze perguntas estruturadas e semi-estruturadas, por meio do qual traçamos o perfil de cada entrevistado. Entre essas, cinco direcionaram-se ao direito à saúde, educação, esporte e lazer e as outras versaram sobre a idade, o estado civil, local de residência antes do asilo, recepção de visitas da família, acesso a medicamentos e a consultas com o geriatra, além de acesso à escola. Esses dados foram dispostos em forma de tabelas e mostrados no presente capítulo. O roteiro para a entrevista contém onze questões semi-estruturadas que versam sobre justiça, cidadania e preconceito, identidade e família. Para a coleta das entrevistas, utilizamos o MP3, a fim de facilitar a posterior transcrição dos dados. Esses dados são analisados no capítulo III.

O primeiro passo para a coleta de dados foi o contato com os dirigentes dos respectivos asilos, para que fôssemos autorizados e obtivéssemos dados dos idosos que nos permitissem selecionar os sujeitos da pesquisa, conforme o perfil pretendido: ser residente no asilo, aceitar ser entrevistado, estar lúcido, ter idade igual ou superior a 65 anos. Além da autorização (concedida), os dirigentes das instituições expuseram aos idosos que participariam de um trabalho de pesquisa, por meio de entrevistas gravadas e, ainda, responderiam a um formulário (preenchido pela pesquisadora), pelo fato de a maioria não ser alfabetizada ou ter restrições para a escrita. O contato foi feito entre os meses de outubro e novembro de 2006 e a aplicação dos formulários e das entrevistas foi realizada nos meses de dezembro de 2006 e janeiro de 2007.

Os dados foram coletados em cinco cidades do Bolsão Sul-Mato-Grossense, a saber: Aparecida do Taboado (AT), Cassilândia (CA), Inocência (IN), Paranaíba (PA) e Três Lagoas (TL). Os sujeitos entrevistados são identificados por seqüências discursivas (Seq.) enumeradas de (28) a (76), a fim de resguardá-los.

Foram entrevistadas cinco pessoas de cada asilo, exceto em Aparecida do Taboado, cujo total foram seis. Após a seleção dos entrevistados, realizada com a colaboração dos dirigentes de cada instituição, passamos ao preenchimento das questões do formulário e, em seguida, gravamos as entrevistas. O tempo de duração de cada entrevista foi em média de trinta minutos, em face das dificuldades dos entrevistados para argumentar sobre o assunto abordado.

¹¹ Confira roteiro do formulário e da entrevista nos anexos.

A entrevista, na pesquisa qualitativa, ao privilegiar a fala dos atores sociais, permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo. Fraser e Gondim (2003) apresentam um contraponto entre a abordagem qualitativa da pesquisa ou idiográfica e a abordagem nomotética e defende a quantificação e o controle das variáveis, a fim de que o conhecimento do mundo seja alcançado. A abordagem qualitativa ou idiográfica:

[...] parte da premissa de que a ação humana tem sempre um significado (subjetivo ou intersubjetivo) que não pode ser apreendido somente do ponto de vista quantitativo e objetivo (aqui entendido como independente do percebedor e do contexto da percepção). O significado subjetivo diz respeito ao que se passa na mente consciente ou inconsciente da pessoa (individualismo metodológico – o nível de análise é a pessoa) e o significado intersubjetivo se refere ao conjunto de regras e normas que favorecem o compartilhamento de crenças por grupos de pessoas inseridas em determinado contexto sociocultural (holismo metodológico – o nível da análise é a estrutura e os sistemas) (FRASER; GONDIM, 2003, p. 3).

Já a abordagem nomotética, cujos esforços de investigação empírica incluem a escolha e uso de técnicas, funda-se na crença de que tanto os fenômenos psicológicos quanto os fenômenos físicos devem ser estudados da mesma forma, conforme os procedimentos de pesquisa a serem adotados: padronização, controle de variáveis e grau de distanciamento do pesquisador em relação ao seu objeto de estudo. A abordagem qualitativa ou idiográfica defende que as ciências sociais têm como objetivo principal a compreensão da realidade humana vivida socialmente. A essência está em captar os significados e não quantificar e mensurar.

Observamos que essa dicotomia entre qualitativo e quantitativo instiga inúmeras controvérsias que buscam definir qual paradigma seria o mais adequado e quais são seus critérios de validade científica. Nesta pesquisa, procuramos evitar juízos de valor e adotar, de cada um, os procedimentos pertinentes à análise do objeto.

Por ser uma modalidade de interação verbal, a entrevista permite, na pesquisa qualitativa, por intermédio da fala ou do discurso dos atores sociais, atingir um bom nível de compreensão da realidade do ser humano. Assim, é apropriada para

investigações cujo objetivo seja conhecer como as pessoas percebem ou representam o mundo a sua volta. É por meio da entrevista que o pesquisador tem acesso às opiniões, aos valores, crenças e aos significados que as pessoas atribuem a si, ao próximo e ao mundo do qual fazem parte (2003, p. 2).

2.2. Sobre o idoso: ser idoso é ser velho?

A Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) iniciou suas atividades a partir de 1978, cedendo espaço para gerontólogos e hoje possui cerca de um mil e quinhentos associados entre médicos e não médicos. A publicação de suas revistas ocorre a cada três meses; é filiada à International Association of Gerontology e tem autorização, por parte da Associação Médica Brasileira, de credenciar o especialista em geriatria. Em 1982, foi fundada no Brasil uma outra associação semelhante, a Associação Nacional de Gerontologia, que reúne por volta de setecentos profissionais não médicos e realiza, regularmente, cursos de formação de especialistas e encontros de profissionais da área (DEBERT, 2004, p. 196-197).

A gerontologia é uma área do conhecimento científico que, no Brasil, vem atuando nos últimos vinte anos e que ainda não produziu uma noção nítida do que é ser velho num país como o nosso, cujos aspectos econômicos, étnicos e culturais são bastante diversificados. Segundo Debert (2004), em 1961 foi fundada, no Brasil, a primeira sociedade de geriatria.

Porém, é somente a partir dos anos 70 que a velhice torna-se um assunto de interesse para a ciência e a academia. A preocupação por parte dos gerontólogos brasileiros é de transformar a velhice em uma questão política e propor que atitudes sejam tomadas a fim de promover ao idoso um envelhecimento bem-sucedido, o que ratifica as conclusões da cientista social Ecléa Bosi (1994, p. 81) de que o velho não tem “armas” e, pois, cabe a nós defendê-los.

O aumento da população idosa é motivo de preocupação¹² tanto para os países ricos quanto para os pobres, visto que esse dado também é o grande vilão da seguridade social no mundo inteiro: um problema político, econômico e social.

Segundo Debert (2004, p. 22-23):

[...] o prolongamento da vida humana é, sem dúvida, um ganho coletivo, mas também tem se traduzido em um perigo, um risco, uma ameaça à reprodução da vida social. Os custos da aposentadoria e da cobertura médico-assistencial da velhice são apresentados como indicadores da inviabilidade de um sistema que, em futuro próximo, não poderá arcar com os gastos de atendimento, mesmo quando a qualidade dos serviços é precária, como no caso brasileiro.

Schirmacher (2005, p. 74) comenta: “para os que estão envelhecendo e que estão prestes a serem expulsos da sociedade por causa da sua idade, é um choque”, uma vez que poderão ser sujeitos cuja nova identidade será de doente, impotente, chato, antipático, preguiçoso, mal-humorado. Receberá da sociedade todos os estereótipos possíveis. Segundo o pesquisador (ibidem, p. 75), o médico canadense Willian Osler declarou, em uma palestra proferida no início do século XX, que “as pessoas de quarenta anos seriam inúteis, se quiséssemos apostar na renovação intelectual”.

Essa fala de um intelectual causou, à época, tanto impacto que “desencadeou uma onda da discriminação da velhice que durou até os anos 70” (SCHIRRMACHER, 2005, p. 76). Observa-se que tais palavras repercutem até nossos dias na forma como a sociedade trata o idoso, além de continuarem, ainda, a ter uma forte influência nas sociedades do mundo inteiro, não apenas a brasileira, em que as pessoas, a partir dos quarenta anos de idade, encontram-se praticamente fora do mercado de trabalho, por serem consideradas incapazes de produzir, como se os mais velhos já tivessem desaprendido muita coisa e não fossem capazes de adquirir novos conhecimentos. Conforme afirma Schirmacher (2005, p. 77),

¹² Site <http://www.scielo.br>. Acesso em 03/08/07.

[...] a verdade é radicalmente outra. Só há pouquíssimos estudos que comprovam que o envelhecimento leva a uma diminuição da capacidade de desempenho na vida profissional e, quando isso acontece, as experiências dos mais velhos podem compensar suas falhas mecânicas.

A despeito disso, há, na sociedade, um processo de discriminação. O ser humano, independente de etnia ou classe social passará por essa fase de transição da vida marcada pela desvalorização. Bosi (1994, p. 77), que reconhece o envelhecimento como uma categoria social, afirma que “a sociedade industrial é maléfica para a velhice”:

A noção que temos da velhice decorre mais da luta de classes que do conflito de gerações. É preciso melhorar a vida, recriar tudo, refazer as relações humanas doentes para que os velhos trabalhadores não sejam uma espécie estrangeira. Para que nenhuma forma de humanidade seja excluída da humanidade é que as minorias têm lutado, que os grupos discriminados têm reagido. (BOSI, 1994, p. 81).

Na esteira do pensamento de Bosi, Haddad (2001, p.12) define a velhice como:

[...] etapa natural do ciclo biológico da vida, como momento inexorável da existência que todos estão virtual e igualmente expostos, como fenômeno independente do modo pelo qual a sociedade capitalista explora a força de trabalho, condenando o trabalhador não apenas a uma antecipação do processo de depreciação natural de sua capacidade de labor mas, antes de tudo, a uma depreciação social que afeta o conjunto da classe trabalhadora.

Conforme declara Beauvoir (1990, p. 40), existem vários fatores que colaboram no processo do envelhecimento e esse processo desenvolve-se de forma diferente entre os sujeitos de uma mesma idade: “a idade cronológica e a idade biológica estão longe de coincidir sempre: a aparência física informa mais que os

exames fisiológicos sobre a nossa idade. Esta não pesa da mesma maneira sobre todos os ombros”.

O que difere o idoso do velho é que “idoso” é aquele cuja idade é avançada, enquanto “velho” é aquele que perdeu a juventude e em quem a idade provoca a degenerescência das células, de que decorre a velhice, que afeta, não raro, a auto-estima do indivíduo.

Segundo prevê o relatório da ONU¹³, a população mundial de idosos deve triplicar até o ano de 2050. A organização alerta que esses idosos vão depender da aposentadoria para sobreviver e que hoje mais ou menos 60% da população da América Latina têm entre 15 e 59 anos, na idade de trabalhar e pagar impostos. Ainda com relação aos aspectos sociais sobre a velhice, são correntes na mídia e nas relações cotidianas representações do idoso como um ônus para a sociedade: eles são representados como economicamente dependentes. Há, todavia, outras imagens produzidas pelos meios de comunicação, mostrando sua “recente” pró-atividade (idosos namorando, praticando esportes, dançando), além da visibilidade desses sujeitos produzida pela “substituição” de “velhice” por “terceira idade” (cf. DURIGAN; QUEIROZ, 2005, p. 118).

Segundo Debert (2004, p. 199), “o Brasil será o quinto ou sexto país com maior população idosa no mundo, uma situação alarmante e desafiadora para a sociedade civil e para o Estado, especialmente, num país que ainda se autodefine como de jovens”.

Paralelamente, os sistemas públicos e privados de assistência à saúde são precários¹⁴, os Estados não estão preparados e nem terão condições, em curto prazo, de dar amparo às necessidades da população idosa.

Sob o signo da assim chamada “inclusão social”, tem havido, no entanto, algumas experiências bem sucedidas de investimentos em educação e lazer não-formal a idosos, por intermédio dos trabalhos realizados pelo SESC¹⁵, que já existem há mais de trinta anos e que são indicados como providências sociais preciosas.

¹³ <http://jornalnacional.globo.com/jornalismo>. Acesso em 16/08/07.

¹⁴ Site <http://www.scielo.br>. Acesso em 03/08/07.

¹⁵ SESC - Serviço Social do Comércio. “O Sesc de Mato Grosso do Sul está oferecendo o projeto *Era uma vez... Atividades intergeracionais*. Este projeto vem sendo desenvolvido em diversos estados do Brasil. A experiência do SESC na área do trabalho social com idosos apontou para a necessidade de

Conforme Debert (2004, p. 15),

No Brasil proliferam, na última década, os programas voltados para os idosos, como as “escolas abertas”, “as universidades para a terceira idade” e “os grupos de convivência de idosos.” Estes programas, [...] abrem espaços para que uma experiência inovadora possa ser vivida coletivamente e indicam que a sociedade brasileira é hoje mais sensível aos problemas de envelhecimento.

Essas iniciativas parecem sinalizar para uma revisão dos estereótipos relacionados ao envelhecimento, em favor de novas representações da velhice. Concebido como um novo mercado de consumo, a velhice começa a despertar o “interesse” de financiadoras de crédito, de empresas de turismo e da mídia em geral, que divulga matérias e produtos que têm como principal objetivo combater o envelhecimento, atraindo os consumidores idosos. De acordo com Debert (2004, p. 212):

A velhice nas revistas não é, portanto, a fase mais dramática da vida nem o momento em que o velho é relegado ao abandono, ao desprezo e ao desdém. As revistas tratam de criar um novo ator, definindo um novo mercado de consumo em que a promessa da eterna juventude é o subtexto através do qual um novo vestuário, novas formas de lazer e de relação com o corpo, com a família e com amigos são oferecidos. Não há espaço para imagens de doença, de decadência física e de dependência como destino dos que envelhecem.

Não é, todavia, esta a imagem do idoso que se constrói no discurso da/pela qualidade de vida e no discurso da lei, como veremos no capítulo III.

2.3. Sobre o lugar da pesquisa

2.3.1 O Bolsão Sul-Mato-Grossense

O termo Bolsão Sul-Mato-Grossense¹⁶ aplica-se a uma região de Mato Grosso do Sul, compreendida entre as regiões leste e nordeste do Estado, ocupando 14% de sua área e fazendo divisa com os estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. As cidades que fazem parte do Bolsão são: Três Lagoas, Brasilândia, Água Clara, Selvíria, Paranaíba, Aparecida do Taboado, Inocência (também conhecida como Bocaina), Cassilândia e Chapadão do Sul (GOMES, 1994, p.11-15).

Começou a ser adotado o termo “Bolsão” para indicar o isolamento da região em relação à antiga capital, Cuiabá, antes da divisão do estado de Mato Grosso¹⁷. As dificuldades de comunicação com o centro político-administrativo do antigo estado levaram os municípios a estreitarem as relações entre si, fortalecendo sua união. Sua proximidade fica clara durante as guerras civis da primeira metade do século XX, conflitos em que os municípios do Bolsão atuaram de forma independente, quase como cidades-estados, especialmente no caso de Três Lagoas (GOMES, 1994, p.11-15).

A origem da designação Bolsão Sul-Mato-Grossense encontra-se em campanhas políticas do Partido Social Democrático (PSD), que, na década de 1950, tinha como representante na Câmara Federal o doutor Filadelpho Garcia, muito próximo a Filinto Müller, deputado federal por Mato Grosso. Ele considerava a região um “fundo de bolso” esquecido por Cuiabá, capital do Estado à época, porque ainda não havia sido dividido. De qualquer maneira, foi nas eleições de 1954 e 1958 que se popularizou a denominação “Bolsão”. Esse nome foi consolidado em 1964, quando Pedro Pedrossian , então candidato ao governo do Estado, foi escolhido para representar a região na eleição. A partir desse momento, o nome Bolsão Sul-Mato-Grossense passou a constituir uma “identidade regional” cada vez mais fortalecida. (GOMES, 1994, p. 11-15)

Também, a denominação Bolsão Sul-Mato-Grossense designa grandes diferenças sócio-econômico-culturais entre o leste sul-mato-grossense e o restante do

¹⁶ (Cf. QUEIROZ, 1994).

¹⁷ A divisão do Estado de Mato Grosso deu-se no dia 11/10/1977.

Estado. Chapadão do Sul destaca-se pela produção de grãos; Aparecida do Taboado e Paranaíba são cidades que têm suas atividades econômicas diversificadas e têm desenvolvido uma política de crescimento industrial, sendo a agropecuária sua atividade de destaque. A economia de Cassilândia está voltada à agricultura e pecuária. Já Inocência tem como principal atividade econômica a pecuária. Três Lagoas, no entanto, além da atividade agropecuária destaca-se por ser o principal pólo industrial da região. No meio acadêmico, observa-se, atualmente, o uso constante do termo Bolsão (Ibidem, p. 35).

2.3.2 *As instituições asilares*

Observamos que os residentes nos asilos tinham idades variadas e que não havia, ali, apenas idosos, mas também pessoas com deficiências físicas e mentais. É importante ressaltar que todas essas instituições têm “por obrigação”¹⁸ acolher pessoas que tenham algum tipo de deficiência física ou mental, não importando a idade.

O Lar dos Idosos “Vicente Marques de Queiroz”, na cidade de Aparecida do Taboado–MS, recebe donativos, particularmente de instituições privadas, como empresas, e do Rotary Club, além de repasses municipais e federais. O Lar foi fundado em 29-06-1973, abriga pessoas de ambos os sexos e, à época da coleta dos dados, contava com quarenta pessoas no total. É uma entidade isenta do INSS patronal, tendo um gasto de cerca de três mil reais por mês, com medicamentos e fraldas geriátricas.

O asilo “Agostinho” (nome fantasia), fundado em 29-09-1976, ou “Obra Social Nossa Senhora Sant’Ana”, na cidade de Paranaíba–MS, recebe recursos da Prefeitura, do Estado e da União. Abriga pessoas de ambos os sexos e recebe também donativos da comunidade. Quanto aos medicamentos, recebe alguns do posto de saúde (os que são disponíveis no estoque) e os outros são comprados. O número total de idosos que residem nesse asilo é de setenta e quatro, sendo apenas doze deles sem algum tipo de deficiência. Mais precisamente, são vinte e sete com deficiência física e trinta e cinco deficientes mentais. Eles não têm acesso livre à rua e o portão do asilo

¹⁸ Informação dada pelo Diretor do asilo de Paranaíba ao esclarecer sobre o fato de haver pessoas com problemas físicos e mentais na Instituição.

mantém-se fechado, especialmente pelo fato de a instituição abrigar pessoas com deficiência. Nosso tempo de permanência nesse asilo foi de meio período, oportunidade em que conhecemos integralmente o prédio e verificamos problemas quanto à limpeza.

O “Lar dos Idosos e Assistência Social São Francisco”, na cidade de Cassilândia – MS, é mantido “por conta própria” e com uma pequena ajuda do Estado. Abriga pessoas de ambos os sexos, independente de terem ou não aposentadoria. O lar repassa uma pequena verba para os idosos irem à feira; eles têm acesso à rua livremente, saem na hora em que querem e também às vezes frequentam o clube da terceira idade. O asilo foi fundado em 1987 e possui dezoito deficientes, entre físicos e mentais, de um total de sessenta moradores.

O “Lar Paraíso dos Velhinhos”, na cidade de Inocência–MS, recebe ajuda da Prefeitura, às vezes do Rotary Club e também da comunidade. Abriga pessoas de ambos os sexos, com deficiência física e mental e alcoólatras. Foi fundado em 1993, possui vinte e uma pessoas no total. Além dos recursos repassados pela prefeitura, cerca de 70% da aposentadoria de oito aposentados asilados complementam a “verba” de manutenção. Quanto aos acamados, o lar recebe deles a aposentadoria total, para dar-lhes assistência. A diretora que preside o lar é técnica em enfermagem e, quando há necessidade de atuar como tal, exerce seu papel dentro da instituição.

“Vila Vicentina”, na cidade de Três Lagoas-MS, mantida por meio de doações e promoções, recebe ajuda de custo da Prefeitura. O estabelecimento abriga pessoas de ambos os sexos e apóia pessoas carentes de todas as faixas etárias ou etnias, tendo como finalidade o exercício da prática da caridade no que concerne à assistência social e à auto-estima. Quanto à assistência material, recebe donativos, tais como alimentos e vestuários. Há uma igreja, onde os internos praticam a reza do terço duas vezes por semana e participam de missas todas as sextas-feiras à noite. Enquanto os idosos tiverem condições de se manter sozinhos (cozinhar, limpar a casa, tomar banho), eles permanecerão no local. Essa entidade foi criada pela Igreja Católica, a fim de dar apoio aos idosos desamparados, no entanto são pessoas que, apesar da idade, têm condições de realizar seus afazeres domésticos e, quando não têm mais condições físicas para isso, são encaminhados para o asilo de Três Lagoas. Acrescentamos que, entre os asilos visitados, com exceção de um, todos passavam por um processo de limpeza geral.

2. 3. 3 O perfil do idoso no Bolsão Sul-Mato-Grossense

Iniciemos com dados da idade dos idosos no bolsão Sul-Mato-Grossense, com a finalidade de confrontarmos o discurso desses sujeitos que se encontram nas instituições asilares, quanto à educação, saúde, esporte e lazer, em relação ao discurso institucional do estatuto do idoso.

Tabela 1 - Média de idade

IDADE	ASILO AT	ASILO CA	ASILO IN	ASILO PA	ASILO TL	TOTAL %
65 a 75	3	5	4	2	3	17 65,38%
76 a 86	2	--	1	2	2	07 26,92%
87 a 92	1	--	--	1	--	02 7,7%
TOTAL	06	05	05	05	05	26 100%

Nessa tabela, observa-se que a idade é bem diversificada, pois atinge de sessenta e cinco a noventa e dois anos, o que aponta, ainda que timidamente, para o envelhecimento da população, uma questão política, social e econômica, como destaca Debert (2004). Predomina, em todos os asilos, a faixa etária de 65 a 75 anos, com discreta ocorrência de idosos mais velhos: apenas dois em um universo de vinte e seis. Os idosos com idade entre sessenta e cinco e setenta e cinco anos correspondem a 65,38%, comprovando a longevidade, que vai demandar, provavelmente, maiores utilizações dos serviços de saúde, educação, esporte e lazer.

Tabela 2 – Estado civil

ESTADO CIVIL	ASILO AT	ASILO CA	ASILO IN	ASILO PA	ASILO TL	TOTAL %
SOLTEIRO	4	--	3	2	3	12 46,15%
CASADO	--	--	--	--	--	--
VIÚVO	--	--	1	1	1	03 11,54%
DIVORCIADO/ DESQUITADO/ SEPARADO	2	5	1	2	1	11 42,31%
TOTAL	06	05	05	05	05	26 100%

Quanto ao estado civil dos idosos, apresentou-se bem diversificado, sendo que a percentagem entre solteiros foi de 46,15% e a de divorciado/desquitado/separado foi de 42,31%, somando-se um total de 88,46% de idosos que se encontram “excluídos” das relações familiares, os quais declararam viver no asilo por não terem para onde ir. Os resultados na tabela se confirmarão na Tabela 3.

Tabela 3 – Visitas dos familiares nos asilos

	ASILO AT	ASILO CA	ASILO IN	ASILO PA	ASILO TL	TOTAL %
SIM	--	--	--	--	--	--
NÃO	5	4	4	4	3	20 76,92%
ÀS VEZES	--	1	1	2	2	06 23,08%
TOTAL	06	05	05	05	05	26 100%

Na tabela (3), é relevante mostrar que a maioria dos idosos que residem nos asilos não recebe visitas dos seus filhos. Observamos que 76,92% dos idosos não recebem visitas, sendo esse um indício de que há abandono por parte dos familiares, e, apenas 23,08% recebem visitas esporádicas.

Almeida (2005) constatou em sua pesquisa que a maioria afirmou serem muito raras as visitas de seus familiares. Mesmo dentre aqueles que têm filhos, apenas um recebe visitas esporadicamente. Observa-se nessa tabela, que os dados do Bolsão Sul-Mato-Grossense não são muito divergentes dos de Goiânia, *locus* da pesquisa de Almeida (2005).

Tabela 4 – Local de residência anterior

	ASILO AT	ASILO CA	ASILO IN	ASILO PA	ASILO TL	TOTAL %
FILHOS	--	1	1	1	2	05 19,23%
SOBRINHOS	2	--	--	--	--	02 7,7%
IRMÃOS	--	--	--	--	--	--
SOZINHO	3	4	3	3	3	16 61,53%
FAMÍLIA	1	--	1	--	--	02 7,7%
AMIGOS	--	--	--	1	--	01 3,84%
TOTAL	06	05	05	05	05	26 100%

Observa-se que 61,53% moravam sozinhos antes de virem para o asilo. Alguns deles procuraram a instituição asilar por não terem uma residência própria; outros foram conduzidos até às instituições pelos familiares¹⁹, que, segundo o diretor de

¹⁹ Informação dada pelo diretor da instituição de Paranaíba.

uma das instituições, instruíram-no a não contatar a família em caso de morte do interno. Isso ratifica as palavras de Schirmacher (2005): esse idoso poderá ser um sujeito com nova identidade, de “doente”, de “impotente”, por não ser aceito pela família.

O Estatuto do Idoso estabelece o direito de moradia aos idosos. No § primeiro do artigo 37, por exemplo, “garante-se” que a assistência integral na modalidade de entidade de longa permanência será prestada quando verificada inexistência de grupo familiar, casa-lar, abandono ou carência de recursos financeiros próprios ou da família.

Tabela 5 – Período de estada no asilo

	ASILO AT	ASILO CA	ASILO IN	ASILO PA	ASILO TL	TOTAL %
1 a 3 MESES	--	--	--	--	--	--
4 a 11 MESES	1	2	1	2	--	06 23,08%
1 a 7 ANOS	1	3	3	3	5	15 57,69%
8 a 15 ANOS	3	--	1	--	--	04 15,38%
16 a 23 ANOS	1	--	--	--	--	01 3,85%
TOTAL	06	05	05	05	05	26 100%

Observa-se que a maioria, 57,69%, está no local há mais de um ano e, quanto à questão se gosta de viver no asilo, confirmamos, na entrevista, que expressaram sua insatisfação em ter que passar o resto de suas vidas num asilo, onde prevalece a “opressão”, a falta de medicamentos, a falta de médicos geriatras, o não acesso à educação, ao esporte e ao lazer, a falta de “liberdade”, “saúde”, “educação”,

“esporte” e “lazer”, ou mesmo até falta de alimento adequado a sua atual condição de idade.

Tabela 6 – Acesso ao atendimento por geriatra

	ASILO AT	ASILO CA	ASILO IN	ASILO PA	ASILO TL	TOTAL %
SIM	--	--	--	--	--	--
NÃO	6	5	5	5	5	26 100%
ÀS VEZES	--	--	--	--	--	--
TOTAL	06	05	05	05	05	26 100%

Quando fizemos a pergunta ao idoso se ele tem ou teve acesso ao atendimento geriátrico, explicamos que se trata de um médico especialista em lidar com doenças que normalmente ocorrem na terceira idade e constatamos que nenhum deles tem acesso ao benefício. Confira algumas respostas:

Seq. 28: “Tem os que trabalham, mas não sei se ele é geriátrico. No médico daqui eu não passo nele, senão eu já tinha morrido. Os medicamentos dele não vira”. (CA)

Seq. 29: “Não, tem um médico que visita a gente de trinta em trinta dias, mas é um médico que nunca me pediu uma radiografia. Portanto, o atendimento médico aqui é péssimo”. (CA)

Seq. 30: Não. Só com o doutor que vem aqui no asilo, o doutor aqui é muito custoso, depois que eu vim para o asilo, ele só veio aqui uma vez. (CA)

Seq. 31: “Não tem nada. É a cidade mais atrasada que tem, só se chamar aparece um médico aqui, do contrário não vem não”. (IN)

Seq. 32: “Não tem. Vem um médico aqui no asilo, só põe a mão na gente e está tudo certo”. (IN)

Nas seqüências de (28) a (32), observa-se que a maioria não sabe que o geriatra é um especialista em doenças que comumente surgem na terceira idade e que sua especialidade é com pessoas idosas. Verifica-se, nessas seqüências, que os discursos

são semelhantes: a identidade construída pelos sujeitos é de descaso, abandono (“senão eu já tinha morrido”), eles se sentem marginalizados, sem perspectivas de uma vida melhor. O trecho “doutor aqui é muito custoso” confirma o que diz Debert (2004): não há gerontólogo suficiente para atender às necessidades brasileiras, o que desmente o discurso do Estatuto do Idoso, o “garantido” no artigo 15 – Do direito à saúde.

Na tabela 7, expõe-se a atual realidade do idoso do Bolsão Sul-Mato-Grossense que vive no asilo, quanto ao acesso a medicamentos gratuitos:

Tabela 7 – Acesso a medicamentos gratuitos

	ASILO AT	ASILO CA	ASILO IN	ASILO PA	ASILO TL	TOTAL %
SIM	5	4	5	5	2	21 80,77%
NÃO	--	1	--	--	3	04 15,38%
ÀS VEZES	1-	--	--	--	--	01 3,85%
TOTAL	06	05	05	05	05	26 100%

Nessa tabela, verifica-se que 80,77% recebem algum tipo de medicamento, mas não os de uso continuado, o que se confirma nas respostas dessa questão:

Seq. 33: “Não. Porque o remédio que eu tomo vem de Paranaíba. O medicamento gratuito que vem aqui, não vale nada”. (CA)

Seq. 34: “Todo medicamento que eu tomo aqui, tenho que comprar”. (CA)

Seq. 35: “O asilo que fornece o medicamento, sou aposentado e pago a metade, porque eu ajudo na cozinha do asilo”. (IN)

Seq. 36: “Eu nunca procurei isso aí, medicamento é só no dinheiro mesmo”. (TL)

Seq. 37: “Tenho, isso aí eu recebo, agora essas coisas aí não, não tenho, não vou mentir, né”. (TL)

Seq. 38: “Nunca tive, nunca”. (TL)

As seqüências (33) e (37) apresentam semelhanças quanto à imagem que os sujeitos fazem de si, a qual é de abandono, de descaso por parte do poder público; o que, de certa maneira, ocorre com todas essas seqüências, especialmente a 38. Temos, nesses discursos, a presença do *ethos* da “virtude”, que se inclui na credibilidade, uma vez que os enunciadores relatam o que acontece em seu dia-a-dia e buscam fazer crer que são “verdadeiros”, como se pode observar no trecho “não vou mentir, né?”. Na seqüência (33), quando o sujeito diz “o medicamento gratuito que vem aqui, não vale nada”. Esse sujeito representa-se abandonado, menosprezado pelo governo.

Nas seqüências (34), (35) e (36), observa-se que os sujeitos representam-se como desamparados e responsáveis pela compra dos remédios de que necessitam. Suas identidades se constroem por meio do contato que eles têm, seja com a sociedade, seja com o poder público. Importa destacar, na seqüência (35), algo que contradiz a imagem (e o discurso) que prevê o idoso como alguém “inútil”, e, em uma outra perspectiva, a de que ele necessita de condições de vida especiais, pois o sujeito da seqüência afirma contribuir com os afazeres da cozinha do asilo, trabalho de que resulta o benefício de ter metade do custo de seus remédios financiado pela instituição. Sem a pretensão de realizar qualquer julgamento de valor com relação à postura adotada pelo asilo, importa destacar que esse idoso é (re)inserido no contexto de trabalho. Hall (2005) diz que não existe uma identidade única; ela se molda de acordo com o meio sócio-histórico-cultural no qual o sujeito está inserido.

Na Seqüência (38), observa-se o uso marcante do item lexical “nunca”, o qual se repete no discurso do sujeito que se representa firme e decidido, convicto. Talvez seja a representação de maior abandono das seqüências apresentadas.

Alguns deles afirmam receber medicamentos nos postos de saúde; outros afirmam que o asilo fornece os medicamentos²⁰, já que eles buscam esses medicamentos nos postos de saúde. Vejamos o que diz o Parágrafo 2º do Artigo 15 do Estatuto do Idoso:

²⁰ Informação dada pelos dirigentes dos asilos durante a entrevista com os idosos.

Incumbe ao Poder público fornecer aos idosos, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação (grifo nosso).

Nesse parágrafo, o verbo **incumbir**, com o sujeito representado por uma forma verbal de infinitivo, projetada para a terceira posição no enunciado, o processo de “incumbir” surge como não associado a um agente, de que deriva um efeito de que não há de quem “cobrar” o cumprimento das promessas.

É por meio do *ethos* que a personalidade de quem enuncia é revelada, segundo Maingueneau (2005), e “cada tipo de discurso comporta uma distribuição preestabelecida de papéis, o locutor pode escolher mais ou menos sua cenografia”. Ali, o poder público é o palco cenográfico, onde se desencadeia a ação governista, cujo discurso deixa bem claro que tanto o direito ao medicamento quanto os recursos relativos ao tratamento, habilitação e reabilitação existem, porém o que se assevera nos discursos dos sujeitos idosos não encontra sintonia entre teoria e prática. Eles se vêm abandonados, vivendo na condição de exilados pela própria sociedade e, especialmente, pelo poder maior.

Na tabela (8), são apresentados os números pertinentes ao acesso do idoso a algum tipo de programa educacional fornecido pelo poder público.

Tabela 8 – Acesso a programas educacionais oferecidos pelo poder público

	ASILO AT	ASILO CA	ASILO IN	ASILO PA	ASILO TL	TOTAL %
SIM	--	--	--	1	--	01 3,85%
NÃO	5	5	2	5	4	21 80,77%
ÀS VEZES	--	--	3	--	1	04 15,38%
TOTAL	06	05	05	05	05	26 100%

Verificamos, a seguir, algumas respostas:

Seq. 39: “Existe o professor que ensina fazer tapete, tem aula de alfabetização, mas participa somente os que querem”. (CA)

Seq. 40: “Não tem. Veio uma mulher dar aula três dias apenas e não veio mais”. (CA)

Seq. 41: “Não fornece nada. Leva em algum bailinho que eles fazem aí e pronto”. (IN)

Nas seqüências de (39) a (41), observa-se que a maioria das instituições asilares não oferece nenhum tipo de atividade física ou esportiva, lazer, passeio, cursos proporcionados pelo poder público, embora conste no artigo 20 e 21 do capítulo V do Estatuto que:

O idoso **tem** direito à educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

O Poder Público criará oportunidades de acesso ao idoso à educação adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

Nos Artigos 20 e 21, está previsto proporcionar ao idoso educação, cultura, esporte e lazer, porém os discursos desses sujeitos indicam que a lei não está sendo cumprida.

Vale lembrar que a política neoliberal trouxe os temas “soberania popular” e “democracia” para serem discutidos no governo, e esses foram os propulsores para que o Estatuto do Idoso fosse aprovado, apresentando-se como resultado de uma conduta política, que traduz a luta de governos que dizem ser “verdadeiramente” democráticos, humanos e populares.

Nos discursos das seqüências (39) e (40), verificamos que parece não haver interesse em oferecer ao idoso estímulo para convencê-lo de que exercitar a mente faz bem para o cidadão. Também há idosos que não o querem. A identidade construída por esses sujeitos é que, por serem idosos, as pessoas criam um estereótipo de que são velhos e que “velho” “não serve para nada”, “não aprende mais nada”; portanto acham que é perda de tempo fazer algo por eles. O que parece ser um espelhamento da fala de Willian Osler, citada por Schirmacher (2005).

Na seqüência (41), observa-se que o idoso sente falta de atividade física e de lazer e mais uma vez o estereótipo de “velho” surge nesse discurso. As identidades se moldam conforme o meio sócio-histórico-cultural do qual somos participantes; é o que Hall (2005) denomina de “crise de identidade”.

Na tabela (9), mostramos a porcentagem de idosos que têm acesso a curso oferecido pelo poder público.

Tabela 9 – Acesso a cursos oferecidos pelo poder público

	ASILO AT	ASILO CA	ASILO IN	ASILO PA	ASILO TL	TOTAL %
SIM	--	--	--	--	--	--
NÃO	6	5	5	5	5	26 100%
ÀS VEZES	--	--	--	--	--	--
TOTAL	06	05	05	05	05	26 100%

Verifica-se que 100% dos idosos não têm apoio algum por parte do Poder Público para proporcionar-lhes qualquer tipo de curso básico, seja quanto ao uso dos computadores que hoje estão em todo lugar, seja quanto ao conhecimento geral sobre as técnicas de comunicação e até mesmo o acesso às informações sobre os demais avanços tecnológicos.

O artigo 20, capítulo V do Estatuto do Idoso, dispõe sobre o direito à educação e à cultura, conforme já analisado na tabela (8).

Tabela 10 – Acesso à escola

	ASILO AT	ASILO CA	ASILO IN	ASILO PA	ASILO TL	TOTAL %
SIM	1	--	--	--	--	01 3,85%
NÃO	5	5	5	5	5	25 96,15%
TOTAL	06	05	05	05	05	26 100%

Essa última tabela expõe a atual realidade do idoso no Bolsão Sul-Mato-Grossense, em relação à educação: 96,15% deles dizem não ter acesso à escola. Confira algumas respostas:

Seq. 42: “Não tem. Acho interessante. Porque é sempre bom uma distração, saber não toma espaço. Quanto mais sabido for é melhor. Analfabeto de tudo não dá”. (AT)

Seq. 43: “Só tive acesso ao Mobral. Não acho mais importante. Porque a idade já está avançada demais”. (AT)

Seq. 44: “Não. Se ele aprender e ter interesse é bom. Porque na minha cabeça não pega isso aí, depois de velho não vira não”. (CA)

Seq. 45: “Estudei até a 4ª série quando criança, agora não estudo mais. Eu acho importante. Porque aprende mais, se a pessoa é fraco da idéia, a doença pode sair um pouquinho”. (CA)

Seq. 46: “Sou analfabeto de tudo, assino com o dedão. Não. A idade chegou, a idade não ajuda mais pra estudar”. (CA)

Seq. 47: “Não. Acho que tem futuro. Porque a gente vê na televisão que é importante. Porque também aprender computação é um serviço leve e não precisa limpar chão”.

Seq. 48: “Nunca fui à escola. Eu considero a escola a melhor coisa do mundo. Porque a pessoa aprende a ler, sabe andar no mundo, eu me considero um cego e acho a educação a melhor coisa do mundo”. (IN)

Seq. 49: “Eu não tenho leitura de jeito nenhum. É importante. O estudo é importante pra tudo não é? A pessoa que não tem estudo não vale nada”. (PA)

Seq. 50: “Nenhuma. Opa! Em primeiro lugar. Porque uma pessoa que não sabe ler e escrever, é uma pessoa morta, carrega a morte no bolso”. (PA)

Seq. 51: “Nunca tive. Eu acho que nada serve pra mim, que a gente quando fica de idade, assim, a idéia não ajuda, então isso aí é besteira, pra mim agora. Para o idoso mais novo, isso aí às vezes é bom, eu acho que é bom”. (TL)

Seq. 52: “Não. Nunca fui à escola. Aqui começou uma e acabou logo. Eu acho que sim. Porque tem muitas coisas que você fica parado aí, em vez de estar imaginando outra coisa, tá trabalhando, aprendendo a assinar o nome ou escrever qualquer coisa, não é? Mas, não tem”. (TL)

Conforme mencionamos, 96,15% dos idosos não tiveram acesso à escola e não têm atualmente, apesar de constar no Estatuto do Idoso, precisamente no Art. 21,

que “O Poder Público **criará** oportunidades de acesso ao idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a eles destinados”. Observa-se que, apesar de a maioria não ser letrada, eles consideram importante que o cidadão tenha conhecimento, seja para saber escrever o próprio nome, seja para conseguir um emprego melhor, seja como distração. Constitui-se, na verdade, uma forma de adquirir novos conhecimentos e de manter a vitalidade mental.

Nas seqüências (42) e (44), esse sujeito vê a escola não apenas como um local de aquisição do conhecimento, mas também como distração, como uma forma de ocupar a mente de forma positiva. Temos, no excerto (42), a presença da credibilidade na educação, que não se atribui à identidade social do sujeito; pelo contrário, é o resultado de uma identidade discursiva produzida pelo sujeito falante (CHARAUDEAU, 2006, p. 119). Na Seqüência (44), observa-se o *ethos* de “solidariedade”, que se caracteriza pelo fato de o indivíduo compartilhar com os ideais do grupo ao qual pertence. Esse sujeito constrói a identidade de um ser ativo que não se deixa abalar pelas dificuldades que a idade possa lhe “proporcionar”.

Representam-se, também, como “impotentes”, “desmotivados” por serem “velhos”; acabaram-se as esperanças. Assim, não vêem no estudo perspectiva nenhuma de um futuro melhor, apesar de considerarem importante o estudo para quem tem vontade e interesse em aprender. A identidade construída por esses sujeitos é a de que são “velhos”, e por essa razão não têm estímulo para adquirir novos conhecimentos. É o discurso do senso comum já cristalizado.

Na Seqüência (43), observa-se um sujeito conformado com o conhecimento que ele adquiriu quando cursou o Mobral, já que sente dificuldade para adquirir novos aprendizados. Temos nessa fala a presença do *ethos* da virtude, que se inclui na credibilidade, passando imagem de fidelidade. Em (45), também se verifica a presença do *ethos* de credibilidade. Esse sujeito representa-se “confiante”, “motivado”, ao declarar que vê a educação como algo importante.

Em (46), esse sujeito se representa analfabeto. Nota-se em seu discurso a presença do *ethos* de identificação. A representação que faz de si é a de que é “velho”, e, por ele ser “velho”, é como um “produto descartável”, ou seja, atribui à “idade” o papel de “vilão” para a incapacidade da aprendizagem.

Na Seqüência (47), o sujeito deixa transparecer que, para se ter um futuro melhor, é importante ter acesso à escola, “exemplo” este que ele diz ter tirado do discurso televisivo. A imagem que faz de si é a de um sujeito que não teve oportunidade, “[...] e não **precisa limpar o chão** [...]”, sua representação parece ser: se estuda, “**não limpa o chão**” (ascensão social), se não estuda, “**limpa o chão**” (queda social) (grifo nosso). Observa-se o *ethos* de inteligência (CHARAUDEAU, 2006); pela sua forma de expressar-se, insinua que, apesar de não ter instrução, consegue discernir que quem não estuda acaba “limpando o chão”.

Na Seqüência (48), observa-se que a identidade construída pelo sujeito é a de que é um iletrado quando diz “eu me considero um cego” e, por não ter tido acesso à escola, representa-se como um sujeito “sem cultura” e “indefeso”, tornando-se fácil de ser manipulado pela Instituição onde vive ou por qualquer um. Observam-se vários efeitos de sentido nesse excerto, uma vez que “[...] porque a pessoa **aprende a ler** [...]”, sabe “[...] **andar no mundo** [...]”, ou seja; é capaz de opinar, aceitar ou não determinadas imposições; sabe, ainda, decodificar as informações visuais verbais escritas que os cercam e, assim, podem ser independentes, podem andar por onde quiserem, dado que, na maioria das atividades do dia-a-dia, necessitamos de nos guiar por informações escritas; ter educação significa “enxergar” o que se passa a sua volta; não ter educação é ser “cego”, “[...] me considero **um cego** e acho a **educação a melhor coisa do mundo** [...]” (grifo nosso).

No discurso da seqüência (49), o idoso se vê como quem “não vale nada”. Já na Seqüência (50), há uma analogia entre educação e vida, entre a não-educação e morte; quem sabe ler e escrever é uma pessoa “viva”, que carrega a “vida no bolso”, ou seja, quem não sabe, carrega a “morte”; “[...] uma pessoa que não sabe ler e escrever [...] **carrega a morte no bolso** [...]” (grifo nosso). A morte é a metáfora da ausência de educação. Segundo Orlandi, “na análise do discurso a metáfora significa basicamente “transferência”, estabelecendo o modo como as palavras significam” (ORLANDI, 2005, p. 44). Esses trechos representam, portanto, a “morte”, a não-cultura, não-liberdade e não-dignidade, em contraste com o discurso do Estatuto do Idoso.

Na Seqüência (51), a imagem que o sujeito faz de si é a de um ser impotente, julgando ser tarde para aprender, pois se vê como um “velho” e atribui a capacidade de aprendizado apenas aos idosos com idade menos avançada. Observa-se,

em: “eu acho que **nada serve para mim**” (grifo nosso), que o sujeito representa-se como um ser “incapacitado” e “analfabeto”.

E, finalmente, na Seqüência (52), defronta-se com um discurso típico do *ethos* de credibilidade (competência e virtude): o sujeito se julga capaz de poder fazer algo positivo na vida, neste caso, estudar, colocando sua mente em ação. Representa-se como capaz de adquirir novos conhecimentos, vê-se como “útil”, “ativo”, “esperto”, pronto para novos desafios.

Verifica-se que esses sujeitos possuem identidades fragmentadas, resultado das condições em que os discursos são produzidos, segundo Charaudeau e Maingueneau (2004). Neste caso, trata-se de sujeitos que convivem em instituições asilares diferentes, mas que apresentam *ethé* semelhantes, independentemente do lugar físico de onde falam. Eles constroem suas identidades assinaladas pela exclusão social, uma vez que parecem identificar-se com grupos socialmente censurados pela sociedade. Importa destacar que, dentre as seqüências (42) a (52), apenas três (43, 46 e 51) manifestam desencanto pelo estudo, e os outros demonstraram espírito de luta.

Enfim, os dados evidenciam até aqui, especialmente os apresentados nas tabelas de (5) a (9), que as representações que os idosos fazem do governo é de que “não é digno de confiança”, não cumpre o Estatuto, uma vez que não há saúde, educação, esporte, lazer e respeito ao idoso. Quanto à representação que o governo faz do idoso, com a criação do Estatuto, é a de que foram “incluídos” no meio social, com acesso a todos os direitos previstos, que somente o Estatuto pode lhes proporcionar e garantir.

CAPÍTULO 3 – EM TORNO DO ESTATUTO E DO *ETHOS* DO IDOSO NO BOLSÃO SUL-MATO-GROSSENSE

[...] tanto ao longo da história como hoje em dia, a luta de classes determina a maneira pela qual um homem é surpreendido pela velhice; um abismo separa o velho escravo e o velho eupátrida, um antigo operário que vive de pensão miserável e um Onassis.

S. Beauvoir

Como mencionado na Introdução, na primeira parte deste capítulo, faremos uma análise do Estatuto do Idoso e, a seguir, mostraremos dados da entrevista, que versou sobre direitos, preconceito, justiça, cidadania, vida no asilo como o idoso se vê e ainda, apresentamos fatos narrados por eles.

3.1 Sobre o Estatuto do Idoso

O Estatuto do Idoso, promulgado em 2003, é composto de 118 artigos, distribuídos em sete títulos: Título I – Disposições Preliminares; Título II – Dos Direitos Fundamentais, subdividido em dez capítulos; Título III – Das Medidas de proteção, subdividido em dois capítulos; Título IV – Da Política de Atendimento ao Idoso, subdividido em seis capítulos; Título V – Do Acesso à Justiça, subdividido em três capítulos; Título VI – Dos crimes, subdividido em dois capítulos; e, Título VII – Disposições Finais e Transitórias. Procuraremos dar enfoque a alguns capítulos pertinentes aos objetivos dessa pesquisa.

Observa-se que o Estatuto foi criado não só para beneficiar os idosos que estão à deriva, “excluídos”, mas também aos governantes que caminham para a velhice,

já que, por volta de 2030, a população idosa²¹ do nosso país atingirá cerca de 16% do total da população, graças à longevidade.

Na condição de discurso legal, o discurso do Estatuto caracteriza-se, primeiro, por sua natureza prescritiva, que cria/produz obrigações, proibições, permissões (e, pois, sanções). Como tal, situa-se no âmbito daquilo que deve ser (discurso deôntico) e procura apagar as relações entre enunciador e enunciatário (como constatamos nas análises que seguem) para conduzir este último a cumprir o que está prescrito.

3.1.1 Das disposições preliminares

Seq. 1 – Art. 2 – “ O idoso **goza** de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, **sem prejuízo da proteção integral** de que trata esta lei, **assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios**, todas as **oportunidades e facilidades**, para **preservação** de sua **saúde** física e mental e seu **aperfeiçoamento** moral, intelectual, espiritual e social, em condições de **liberdade e dignidade** (grifo nosso).

Seq. 2 – Art. 3 – “**É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder Público assegurar** ao idoso, **com absoluta prioridade**, a efetivação **do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, o trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência** familiar e comunitária (grifo nosso).

Aqui, o uso do presente “**goza**” produz efeito de verdade atemporal e existencial, sentido que vai percorrer todo o enunciado e que vai reforçar-se na construção reduzida de gerúndio. Ao “escolher” a construção reduzida – de classificação discutível –, oculta-se o sujeito desencadeador do processo e o responsável por ele, o que também se constata na construção passiva sintética. Os aparentes sujeitos seriam a lei e outros meios, como fazem parecer as construções introduzidas pelo conectivo “por”, porém “por lei” e “ou por outros meios” são, na verdade, marcadores circunstanciais de instrumento. O efeito de sentido da construção é: não há um ser que assegure; os direitos instituídos ali – e pelo fato de estarem ali – são assegurados “e pronto”; não há um agente; há apenas uma verdade posta como incontestável.

²¹ Síntese de indicadores sociais 2002 <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 16/08/2007.

É o discurso da promessa (ou do milagre); promessa de proteção integral, de oportunidades e facilidades, preservação da saúde, aperfeiçoamento, liberdade e dignidade; itens lexicais revestidos de valores positivos, dialogando, sob a forma de réplica, com o não-dito: assegurar tudo isso significa reconhecer que, até a promulgação do Estatuto, nenhum desses direitos – afirmados na Seq. 1 – existia de fato, a despeito dos inúmeros incisos do Art. 5º da constituição Federal de 1988.

O “sujeito” responsável pela efetivação das promessas só vai surgir na próxima seqüência (não sob a forma de parágrafo acrescido ao artigo anterior – Seq. 1 – mas de um novo artigo), “disfarçado”, camuflado pela construção “assegurar ao idoso [...] comunitária”, cujos agentes, de fato, surgem sob a forma de adjuntos adnominais ao nome obrigação, dispostos de modo que o poder Público seja a última instância a cumprir as obrigações e a família, a primeira.

Produz-se, ainda, um efeito de distanciamento em relação ao enunciatário, embora se evidenciem os princípios republicanos e, assim, se produza um efeito de socialização e democracia.

Verifica-se a presença do *ethos* de “credibilidade” (CHARAUDEAU, 2006) nas seqüências (1) e (2): o discurso dos governantes foi produzido de tal forma a fazer aqueles que tenham acesso a ele considerá-lo digno de confiança. Verifica-se, também, o *ethos* da “competência”, haja vista que os sujeitos produtores desses discursos, ao produzi-los, procuram provar que têm poder ao utilizarem os verbos no presente do indicativo, para indicarem certeza da ação: “o idoso **goza**”; “**é** obrigação da família”; e meios de dizer que seus objetivos são colocados em prática.

A materialidade lingüística apresentada no Estatuto do Idoso pelos verbos no presente (“goza”, “é”) marca a convicção: o discurso apresenta, em seu cenário, o discurso daquele que tem poder, saber, autoridade e legitimidade não apenas para dizer, como também para fazer.

Os efeitos de sentido resgatados nas entrelinhas são o efeito de “confiabilidade”: o governo “realmente” cumpre suas leis. Como destaca Possenti (2003), o efeito de sentido associa-se não apenas ao sentido de uma palavra, mas a uma família de outras palavras que mantêm com ela uma determinada relação.

Na seqüência (1), o lexema “**gozar**” também contribui para convencer o (suposto) destinatário/interlocutor do documento de que, ao ser promulgado, produzirá uma situação positiva. Ainda na seqüência (1), ao utilizar-se dos seguintes itens

lexicais: **sem prejuízo da proteção integral**, verifica-se que há ênfase marcada pelo *ethos* de credibilidade, conforme Charaudeau (2006, p.119), em que o sujeito quer transmitir sua condição de sincero e transparente, levando o outro a crer que os direitos instauraram-se como num passe de mágica. Quando o sujeito utiliza “**assegurando-se-lhe**”, a imagem que constrói é a de que se produz segurança e se garantem **oportunidades e facilidades**, além de proporcionar a **preservação da saúde**, o **aperfeiçoamento**, por meio da **liberdade e dignidade**.

Verifica-se também nessas seqüências uma das figuras opostas (malícia) que compreende o *ethos* de inteligência, relatadas por Charaudeau (2006, p. 146), fazendo um jogo com o ser e o parecer; o estatuto existe e, na prática, parece eficiente.

Já na seqüência (2), o *ethos* construído pelo sujeito é o de “virtude” (CHARAUDEAU, 2006, p.122), cuja imagem é a de um ser honesto, sincero. Ao utilizar-se do adjetivo **absoluta**, produz o efeito de sentido de inclusão: o idoso deve ser tratado sem restrições, com **prioridade**, ou seja, em primeiro lugar, a fim de efetivar o **direito**, isto é, o que é legal.

Observa-se, nas seqüências (1) e (2), o efeito de sentido de inclusão, uma vez que, no discurso do Estatuto do Idoso, o que prevalece é um discurso assistencialista: é de interesse político fazer políticas sociais normatizadas, mostrar-se “preocupado” com a população idosa do país, que está na condição de excluída dentro de um processo de produção capitalista.

Verificam-se, nesses discursos, os papéis de dominantes e dominados. Importa acrescentar que a palavra “deveres” não aparece (é silenciada), já que o Estatuto nasce sob o signo da liberdade. O efeito de “obrigação” é mais forte e parece conferir ao discurso maior credibilidade.

Em “Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado”, Althusser (apud BRANDÃO, 2004, p.23) afirma que a classe dominante, para manter seu domínio, cria meios de propagação ou “de reprodução das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração”. O governo identifica-se como um dos aparelhos repressores do Estado.

3.1.2 Dos direitos fundamentais

a) Do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade

Seq. 3 – Art. 10 – “**É obrigação do Estado, garantir** à pessoa idosa a **liberdade, o respeito e a dignidade** como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis” (grifo nosso).

Seq. 4 – Parágrafo 3º - “**É dever de todos zelar pela dignidade** do idoso, **colocando-o a salvo** de qualquer tratamento **desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor**” (grifo nosso).

Na Seq. (3), a estrutura sintática é a mesma da Seq. (2), porém o sentido desloca-se de segurança para garantia: de tornar algo seguro e certo para “responsabilizar-se por”, construindo o *ethos* de potência, da competência, da seriedade, pois só pode “garantir” aquele que tem o poder e dispõe dos meios/competências para tal.

Já na Seq. (4), em que o efeito de sentido é o de proteção, ocorre um outro deslocamento: o da obrigação (do Estado) ao dever (de todos), produzindo-se um efeito de poder: o do Estado é maior, mesmo porque é ele que institui os “direitos” e “deveres” por meio de um documento oficial (Estatuto: leis do Estado), em cuja ordem a sociedade deve manter-se, evocando o “sujeito-forma” de que nos falou Michel Pêcheux. Evoca-se, ainda, a construção de uma identidade ancorada na interpelação ideológica que aponta para a marginalização do idoso, (re)tomando “já-ditos” e formatando sua imagem.

Observamos nesses dois discursos, também, a construção do *ethos* de solidariedade, em que o governo representa-se como “bonzinho”, “preocupado” com o outro, neste caso, o idoso “é a imagem “que ‘A’ e ‘B’ atribuem-se um ao outro”, construindo uma série de formações imaginárias, conforme Pêcheux (1997, p.82). Os adjetivos escolhidos: **desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor** parecem substituir uma palavra interdita: tortura, silenciada no documento.

A idéia de solidariedade nas seqüências (3) e (4) identifica-se com a postura de “amor ao próximo”, do governo em relação ao sujeito/idoso. Trava-se o interdiscurso com a voz da formação discursiva religiosa, cristalizada, e materializada linguisticamente pelo/no discurso bíblico. O valor expresso de solidariedade, e o efeito

de sentido que provoca, no entanto, é o de que o governo pode (tem poder para) fazer tudo e o outro, a sociedade, tem apenas que obedecer, “solidariamente”.

b) Do direito à saúde

Seq. 5 – Art. 15 – “**É assegurada a atenção integral à saúde** do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, **garantindo-lhe o acesso universal e igualitário**, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a **atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos**” (grifo nosso).

Seq. 6 – Parágrafo 2º - “**Incumbe ao Poder Público fornecer** aos idosos, **gratuitamente**, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação”(grifo nosso).

Nas seqüências (5) e (6), constatam-se, além dos efeitos já identificados nas seqüências anteriores, os sentidos criados pelo uso da 3ª pessoa – a “não-pessoa” de Benveniste (1995, p. 250-251) -, por meio da qual se faz desaparecer ou se oculta o agente “real”. “Poder Público” é o agente indireto (e não o sujeito do enunciado da Seq. 6).

É por meio do *ethos* que a personalidade de quem enuncia é revelada; segundo Maingueneau (2005), “cada tipo de discurso compreende uma distribuição preestabelecida de papéis, o locutor pode escolher mais ou menos sua cenografia”. No Estatuto, o poder público é o palco cenográfico onde se desencadeia a ação governista, cujo discurso político deixa bem claro que tanto **a atenção integral à saúde, o direito ao medicamento gratuito, aos recursos relativos ao tratamento, habilitação e reabilitação** existem. A imagem que o enunciador busca transmitir é a de que ele é digno de crédito.

Observa-se, nas seqüências (5) e (6), o *ethos* de credibilidade (CHARAUDEAU, 2006, p. 119), característica que traduz não apenas o poder de criar a lei como também o de colocá-la em prática: “**É assegurada a atenção integral à saúde**”, “**garantindo-lhe o acesso universal e igualitário**”, “**fornecer gratuitamente**”, efeito produzido pelo uso do presente e pelos lexemas “assegurar” e “garantir”.

Quando o sujeito enunciador utiliza os verbos “ser” e “incumbir” no tempo presente, produz um efeito de sentido de competência por parte do governo, porém não há, nos itens lexicais escolhidos, a garantia da realização. O efeito de inclusão é produzido pelos itens lexicais “**atenção integral**”, “**acesso universal**” e “**igualitário**”. As representações descritas na Seq. (5) ratificam as constatadas por Queiroz; Durigan (2005), em que a imagem que o governo faz do idoso é a de doente.

Verifica-se também nesses excertos o *ethos* de humanidade e de solidariedade: o governo representa-se “bom”, “preocupado”, “solidário” com o sujeito idoso.

c) Da educação, cultura, esporte e lazer

Seq. 7 – Art. 20 – “**O idoso tem direito** à educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua **peculiar** condição de idade” (grifo nosso).

Seq. 8 – Art. 21 – “**O Poder Público criará oportunidades** de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais **a ele destinado**” (grifo nosso).

Seq. 9 – Art. 25 – “**O poder Público apoiará a criação de universidade** aberta para as pessoas idosas e **incentivará a publicação** de livros e periódicos, de conteúdo padrão editorial **adequados** ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual” (grifo nosso).

Em (7), observe-se que os efeitos de poder do Estado e de segurança e garantia desaparecem, cedendo lugar a algo subjetivo, representado pelo sintagma “ter direito a”, que o uso do presente do indicativo não é capaz de recuperar.

Já em (8) e (9), o presente convicto, atemporal e existencial, cede lugar ao futuro, associado a lexemas, que numa gradação, se deslocam da certeza para a possibilidade.

Nota-se, nessas seqüências de (7) a (9), a presença do *ethos* de humanidade, que, segundo Charaudeau (2006, p. 148), “é mensurado pela capacidade que o ser humano tem de demonstrar seus sentimentos”. O sujeito/governo mascara um sentimento de “compaixão” para com aqueles que possuem idade avançada e representa-se como o “salvador da pátria” dos oprimidos que podem contar com os

préstimos dele para que os sonhos de acesso à educação sejam realizados, uma vez que diz ser “bom” e “solidário” para aqueles que se encontram marginalizados.

Observe-se, na seqüência (7), o verbo “**ter**” no presente, o qual indica imposição por parte do poder público em convencer o sujeito de que possui “poder” para que se cumpra o exercício de tal direito. Já nas seqüências (8) e (9), apesar de os verbos usados estarem no futuro do presente (“**criará**”, “**apoiará**”, “**incentivará**”) produzem efeito de verdade, mantendo o enunciado n formação discursiva da promessa. O discurso do governo determina que tem autoridade e capacidade para pôr em prática a lei (o poder-fazer e o saber-fazer), porém a criação de universidade aberta e a publicação de livros não estão no rol de suas obrigações. Essas são formações imaginárias que, segundo Pêcheux (1997), apontam as atribuições que ‘A’ e ‘B’ fazem cada um a si e ao outro a imagem que o governo faz de si é a de que tem “poder e autoridade” perante a sociedade, enquanto o idoso é desprovido de tudo.

Observa-se, também, um efeito de sentido de separação, talvez aquela que marginalizava, que excluía o idoso outrora. O uso de expressões como “sua **peculiar** condição”, “programas **a ele destinados**” e “**adequados** ao idoso”, que se repetem, respectivamente, nas três seqüências, reforçam uma imagem de não igualdade entre as pessoas (dado que o interlocutor do documento não se restringe aos idosos e prevê a sociedade em geral), mas que posta os idosos em uma condição específica de vivência. São nuances de contradição que expõem o embate entre o parecer-ser democrático do documento (a voz do governo) e a ideologia que o cerca, de que se constitui, ainda que pretenda rejeitá-la.

d) Da Previdência Social

Seq. 10 – Art. 29 – “**Os benefícios de aposentadoria e pensão** do Regime Geral da Previdência Social **observarão**, na sua concessão, critérios de cálculo que preservem **o valor real dos salários** sobre os quais incidiram contribuição, nos termos da legislação vigente” (grifo nosso).

Seq. 11 – Art. 30 – “**A perda da condição de segurado não será considerada** para a concessão da aposentadoria por idade, desde que a pessoa conte com, no mínimo, o tempo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência na data de requerimento do benefício” (grifo nosso).

O *ethos* presente nas seqüências (10) e (11) é o de solidariedade, que, segundo Charaudeau (2006, p. 163), “faz do político um participante das necessidades de outrem, sentindo a necessidade de partilhar e de ser responsável por ela”. Os verbos “observar” e “ser” estão conjugados no futuro do presente e denotam convicção sobre os **benefícios**. Nesses discursos, o governo representa-se como “solidário”, “justo”, “honesto” para com os cidadãos que dependem do benefício da aposentadoria e da pensão para sobreviver. A solidariedade é identificada pela idéia de que o sujeito idoso terá seus benefícios de aposentadoria corrigidos, de acordo com o valor vigente, determinado pela legislação; valor “concedido” a todo cidadão brasileiro que esteja devidamente aposentado. Vale notar: quem estabelece esses “critérios de cálculo”? Quais são esses critérios? Ao dizer “critérios de cálculos”, omite-se ou silencia-se uma série de operações que não são (ou não devem/podem ser) levadas ao conhecimento dos interlocutores; os “critérios de cálculo” são reservados ao governo e já impedem qualquer possibilidade de contestação, pois devem ser obedecidos.

e) Da assistência social

Seq. 12 – Art. 33 - “**A assistência social aos idosos será** prestada, de forma articulada, conforme os princípios e diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, na Política Nacional do Idoso, no Sistema Único de Saúde e demais normas pertinentes” (grifo nosso).

Seq. 13 – Art. 34 – “**Aos idosos, a partir de 65** (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, **é assegurado** o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS” (grifo nosso).

Nas seqüências (12) e (13), nota-se a presença do *ethos* de chefe, em relação ao cidadão. O governo representa-se como “companheiro do cidadão”, “preocupado com o bem-estar do próximo”, efeito que percorre todo o texto e acentua-se aqui. Em (12), verifica-se, também, um tom assistencialista, uma vez que a origem do salário é da assistência social. É recorrente nesses excertos o *ethos* de solidariedade na postura de ‘A’ em relação a ‘B’, sendo ‘A’ representado pelo governo e ‘B’ pelo idoso. O governo (A) constrói uma imagem de si de “atento”, “preocupado” com o bem-estar do outro (B); é uma forma de antecipar para o outro (interlocutor) as representações que

caberiam ao governo, já que é o detentor do “poder” e determina, por meio de seu discurso, a posição de cada um, governo e idoso, ou seja, dominante e dominado.

Na seqüência (12), o futuro do presente produz efeito de convicção, manifestando o discurso da promessa. Já na seqüência (13), o verbo “**ser**” está conjugado no tempo presente, criando a imagem de que a lei é verdadeira, ou seja, “digna de fé”. Tal imagem que o sujeito/governo constrói de si é a de que é “justo”, “correto” e “preciso” em suas atribuições.

f) Do transporte

Seq. 14 – Art. 39 – “Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos **fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos** urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares” (grifo nosso).

Seq. 15 – Art. 41 – “**É assegurada** a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de 5% (cinco por cento) das **vagas nos estacionamentos públicos e privados**, as quais **deverão** ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso” (grifo nosso).

Observa-se, nas seqüências (14) e (15), o *ethos* de potência, que “não se atém apenas às promessas, ele se consolida na prática”. Há também nessas duas seqüências o *ethos* de seriedade, cuja característica, segundo Charaudeau (2006), pode ser observada por meio de “índices verbais: sem frases de efeito e a escolha de palavras simples”.

Também em (14) e (15) os verbos “**ficar**” e “**ser**” estão conjugados no tempo presente indicando convicção. E na seqüência (15) o verbo modal “**dever**”, empregado no futuro do presente, indica possibilidade de a lei garantir (ou não) a melhor comodidade ao idoso. O governo representa-se como “sério”, “autoritário”, “exigente”. A imagem que ele faz de si é de que as leis não ficam apenas no papel; elas são postas em prática.

3.1.3 Das medidas de proteção

Seq. 16 – Art. 44 – “**As medidas de proteção ao idoso** previstas nesta lei **poderão** ser aplicadas, isolada ou cumulativamente e **levarão** em conta os fins sociais a que se destinam e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários” (grifo nosso).

Seq. 17 – Inciso IV – “**Inclusão** em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, ao próprio idoso ou à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação” (grifo nosso).

Verifica-se, nos discursos das seqüências (16) e (17), o *ethos* de competência que, segundo Charaudeau (2006, p. 125), exige saber e habilidade, e seu possuidor “tem o poder e a experiência necessários para colocar seus planos em prática”: o governo tem “**as medidas de proteção ao idoso previstas na lei**” e proporciona a “**inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio**”. O idoso precisa ser protegido e necessita de vínculos familiares. Observa-se que o efeito produzido é o de imputar à família uma parcela de deveres em relação ao idoso e, de certo modo, diminuir a responsabilidade do Poder Público.

Na seqüência (16), a representação que o governo faz de si é a de que é “firme”, “decidido”, “competente”, “seguro”, “responsável por seus atos”. Já na seqüência (17), observa-se que o emprego do substantivo **inclusão** remete à idéia de inserção do idoso em programas que beneficiem não somente o idoso, como também aqueles que de alguma forma causam-lhe transtornos. O governo representa-se com uma proposta “inclusiva” e solidária, de proteção, produzindo-se o efeito de sentido de um Estado paternal.

3.1.4 Da política de atendimento ao idoso

a) Das entidades de atendimento ao idoso

Seq. 18 – Parágrafo Único – “**As entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso ficam sujeitas à inscrição** de seus programas, junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária e Conselho Municipal da pessoa Idosa e em sua falta, junto ao Conselho Estadual ou Nacional da Pessoa Idosa, especificando os regimes de atendimento” (grifo nosso).

Seq. 19 - I – **“Oferecer instalações físicas em condições adequadas** de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança” (grifo nosso).

Seq. 20 - IX – **“Promover atividades** educacionais, esportivas culturais e de lazer” (grifo nosso).

Nas seqüências (18), (19) e (20) observa-se o *ethos* de credibilidade, do “poder fazer” e de ter condições de concretizar esse poder. A imagem que o governo faz de si é a de que é um órgão competente, capaz de pôr em prática as leis que formula. Na seqüência (18), o verbo **“ficar”**, no presente do indicativo, produz efeito de convicção e conduz o outro a crer. Já nas demais seqüências, os verbos **“oferecer”** e **“promover”** denotam um governo que se representa como detentor do poder de fazer o outro (as entidades de assistência ao idoso) fazer algo. Em outras palavras, o governo tem competência para delegar poderes, camuflando o discurso autoritário, já inscrito no item lexical “Estatuto”.

b) Da fiscalização das entidades de atendimento

Seq. 21 – Art. 52 - **“As entidades governamentais e não-governamentais serão fiscalizadas** pelos Conselhos do Idoso, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outros previstos em lei” (grifo nosso).

Seq. 22 - Parágrafo 1º - “Havendo danos aos idosos abrigados ou qualquer tipo de fraude em relação ao programa, **caberá o afastamento** provisório dos dirigentes ou a interdição da unidade e a suspensão do programa” (grifo nosso).

Observa-se, nas seqüências (21) e (22), a recorrência do uso do tempo verbal no futuro do presente em que os verbos “ser” e “caber” apontam para a concretização das ações, promessas em torno das quais, se constitui o discurso político do Estatuto.

Em (21) e (22), aparecem os *ethé* de competência, de solidariedade e de humanidade em que o sujeito-governo não apenas sabe fazer a lei como também tem a competência, ou seja, tem os meios para colocá-la em ação, produzindo-se o efeito de sentido de “solidariedade”, “responsabilidade”. Apesar do efeito de “voz sem rosto” que

se instaura nas construções verbais, o governo representa-se “humanizado” em face dos problemas que atingem diretamente os idosos e, sobretudo, como aquele que garante proteção “policial”: ele não faz, tem poder para delegar poderes a outros, que serão vigiados e punidos. Segundo Foucault (2004, p. 160), “quanto mais o homem é detentor do poder ou de privilégio, tanto mais é marcado como indivíduo por rituais, discurso, ou representações plásticas”. A representação que fazemos do Estatuto pode ser comparada com o “panóptico²²” de Bentham, em que se delega poderes e se “vigia” por meio do Estatuto.

3.1.5 Do acesso à justiça

a) Das disposições gerais

Seq. 23 – Art. 70 – “O Poder Público **poderá criar varas especializadas e exclusivas do idoso**” (grifo nosso).

Seq. 24 – Art. 71 – **É assegurada prioridade** na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância (grifo nosso).

Nas seqüências (23) e (24), observa-se a presença do *ethos* de seriedade (CHARAUDEAU, 2006, p.120): o enunciador demonstra empenho em relação a garantias de ordem política e social. Em (23), o operador modal **poder**, produz efeito de possibilidade. E em (24), o verbo no tempo presente remete à imagem de convencimento, de firmeza, de seriedade, retornando aos efeitos produzidos nos artigos iniciais. Faz-se relevante observar o jogo de sentido com o adjetivo **exclusivas** (seqüência 23). Contradições do discurso... o não-controle dos sentidos...o sujeito sempre assujeitado. O termo **exclusivas**, qualifica positiva ou negativamente as varas especializadas dentro do contexto de produção do Estatuto? Na acepção dos dicionários, “exclusivo” significa ‘aquilo que tem força ou direito para excluir’, de que derivam

²² Segundo Foucault (2004, p. 160-169), o panóptico é uma “máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder”.

efeitos ambíguos, senão contraditórios: o que é exclusivo para o idoso, ao “incluir-lo”, exclui todos os demais, negando que sejamos todos “iguais perante a lei”. O efeito positivo é uma ilusão.

b) Do Ministério Público

Seq. 25 – V – “**Instaurar** procedimento administrativo e, para instruí-lo: a) [...]; b) **requisitar** informações, exames, perícias e documentos de autoridades municipais, estaduais e federais, da administração direta e indireta, bem como promover inspeções e diligências investigatórias” (grifo nosso);

Observa-se, no discurso da seqüência (25), que há novamente um jogo de “ocultação” do sujeito, ou melhor, de “disfarce” do agente. Esse jogo nasce da linguagem “estereotipada”, do discurso legal: “do Ministério Público”, (‘sobre o Ministério Público’), é, gramaticalmente, adjunto, embora, na prática, venha a ser ele o agente. É a instância “governo”, aqui representada pelo MP, que vai cumprir o que determina a Lei: é ele quem vai vigiar e punir. É o panóptico de Bentham que constitui em aparelho de controle sobre seus próprios mecanismos, e, ainda, funciona como uma espécie de laboratório de poder. (FOUCAULT, 2004, p. 167-172).

Observa-se que as seqüências analisadas do Estatuto do Idoso como um todo apresentam palavras-chave que remetem a oposições semânticas, produzindo, dessa forma, outros sentidos, vejamos: **liberdade**, cujo sentido remete ao de **opressão**; **dignidade**, cujo sentido evoca **não-dignidade**; **saúde** *versus* **doença**; **alimentação** *versus* **fome**; **educação** *versus* **não-educação**; **cultura** *versus* **não-cultura**; **esporte** *versus* **inatividade**; **lazer** *versus* **não lazer**; **trabalho** *versus* **incapacidade para o emprego**; **convivência** *versus* **isolamento**; **aposentadoria** *versus* **atividade**; **moradia adequada** *versus* **falta de moradia**, dado que todos esses itens lexicais remetem a uma oposição semântica mais abrangente que é **vida** *versus* **morte**, toda afirmação prevê uma negação e vice-versa. A vida, no Estatuto do Idoso, é representada pelo direito à liberdade, à dignidade, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à aposentadoria, à moradia adequada, ao trabalho e à convivência familiar e comunitária. E a morte traduz-se por “tratamento desumano”, “violento”, “aterrorizante”, “vexatório”, “constrangedor”. Portanto, a representação que o governo

faz do idoso é de que “antes” da criação do Estatuto, o sujeito/idoso era considerado excluído da sociedade e com sua “nova” criação integrou-o à sociedade, que um dia o desprezara.

Nota-se que o discurso que prevalece no Estatuto do Idoso é o assistencialista, visto que é de interesse político fazer políticas sociais normatizadas, mostrar-se “preocupado” com a população idosa do país, que está na condição de excluída dentro de um processo de produção capitalista.

As representações do governo contidas no Estatuto é a de “vigiar e punir”. E os *ethé* mais recorrentes foram o da credibilidade (competência e virtude), da competência e da solidariedade, entre um jogo constante de ocultação do enunciador.

3.2 Sobre o *ethos* do idoso

3.2.1 Ethos da credibilidade: competência e virtude

Nesse item, tratamos das respostas da entrevista que versou sobre direitos, respeito, preconceito, justiça, cidadania, a vida no asilo, como o sujeito idoso se vê e sobre um fato ou acontecimento que marcou a vida do entrevistado. A pergunta feita inicialmente foi se acha que os direitos dos idosos são respeitados.

Seq. 53 : “[...] eu acho que sim...devido eu ser idoso [...]” (TL).

Na seqüência (53), é possível observar segurança ao falar sobre a condição de ser idoso. A análise do discurso propõe que se descubra aquilo que não está transparente no discurso, os “efeitos de sentido que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz” (ORLANDI, 2005, p. 30).

Verifica-se o *ethos* da credibilidade, quando o idoso diz: “[...] devido eu ser idoso [...]”. Para ele, é uma “virtude” ser idoso. Segundo Charaudeau, “a credibilidade repousa sobre um poder fazer, e mostrar-se crível é mostrar ou apresentar a prova de que se tem esse poder”, ou seja, a própria condição atual em que o sujeito encontra-se, automaticamente, pelo contexto sócio-histórico-cultural do qual faz parte, é a “garantia” do respeito.

Seq. 54: “[...] olha...falando a verdade...eu não tenho queixa de ninguém...todo mundo me respeita... eu não sei matratá ninguém... sabe...a minha vida é trabiá () ajudo um ajudo oto... no que eu posso fazê...porque que eu não tô agüentando trabalha mais...mais faço alguma coisinha que eu posso... sabe [...]” (TL).

Em (54), destaca-se, entre os direitos, o fato de que importa apenas o respeito nas relações interpessoais, o que significa uma crise de identidade que, segundo Hall, “é atribuída a este deslocamento do indivíduo dentro da sociedade, do mundo cultural em que vive”. Nos dizeres desse idoso, num certo período, ele viveu numa fazenda; ao encontrar-se na cidade, representa-se deslocado de seu contexto sócio-histórico-cultural, cujo ponto de vista normalmente é construído de acordo com o meio do qual faz parte, ou seja, o lugar do qual é participante, pois não conhece outra realidade. Verifica-se o *ethos* de virtude.

O uso de “eu” por diversas vezes durante a entrevista: “[...] **eu** não tenho queixa de ninguém [...]”, “[...] **eu** não sei matratá “() ajudo oto...no que **eu** posso fazê...porque que **eu** não tô agüentando [...]” tem a função de apresentar o ponto de vista do sujeito, conforme a qual: se eu “sei tratar bem todas as pessoas”, “auxiliar o outro no que for preciso”, mesmo não tendo saúde para trabalhar, “mereço” algo. Esse sujeito deixa transparecer em seu discurso que o respeito é algo recíproco: “eu não sei matratá ninguém”; espera ser respeitado sempre.

Portanto, ao fazermos a relação entre palavras e coisas, encontramos-nos com a ideologia que produz determinados sentidos, levando, no entanto, o sujeito a pensar que é autor do seu próprio dizer.

Seq. 55: “[...] sô...nossa senhora:...em primeiro lugar...é...eu toda vida fui uma pessoa do nome limpinho...tive um bom crédito nos bancos...eu nunca deixei um negócio meu passar do dia pra acertá...quarquê lugar que eu chegar...quisé compra fiado eu tenho crédito...com toda especialidade...por toda vida...sempre tive nome bão:...e por toda a vida sempre foi assim desse jeito [...]”(CA).

O discurso na seqüência (55) aproxima-se do da seqüência (53), apresentando o *ethos* de “credibilidade”, por construir uma imagem de si, de uma pessoa extremamente correta em seus negócios.

O “eu”, no trecho ora analisado: “[...] **eu** toda vida fui uma pessoa do nome limpinho...**eu** nunca deixei um negócio meu passar do dia pra acertá...quarquê lugar que **eu** chegar [...]”, mostra a imagem que constrói de si: de uma pessoa íntegra na sociedade, que cumpre suas obrigações e honra seus compromissos.

Observa-se, nessa seqüência, o que ocorreu na seqüência (60) que vislumbraremos mais adiante: o sujeito, ao expor seu ponto de vista, está passando por um processo de interpelação, segundo Pêcheux (1988, p. 163). Esta interpelação pode ser observada quando o sujeito idoso diz “[...] sempre tive nome bão [...]”, sendo esta sua ideologia, que ao mesmo tempo o interpela e o constitui.

Seq. 56: “[...] sofro nada...não...eu não sinto nada...as pessoas não respeita de jeito nenhum...eu não martrato ninguém...as pessoas pode me xingá:: pintá:: bordá:: eu não xingo ninguém...não bato...não bato...eu agüento o que eu pudé...güento...mas eu não tenho boca pra falá::nada [...]” (AT).

Conforme o discurso da seqüência (56), observa-se que o idoso, apesar de se ver enquanto sujeito que não é respeitado de forma alguma, como denuncia o trecho: “[...] sofro nada...não...eu não sinto nada...as pessoas não respeita de jeito nenhum [...]”, parece não saber como fazer valer seus direitos; dessa forma, para não maltratar ninguém, aceita tudo que vem do outro “[...] eu **não martrato** ninguém...não bato...não bato...eu **agüento o que pudé**...güento...mas eu **não tenho boca pra falá::nada** [...]” (grifo nosso). Charaudeau (2006, p. 137) afirma que é construída uma “interação entre identidade social e identidade discursiva, entre o que o sujeito quer parecer e o que ele é em seu ser psicológico e social”. Esse sujeito se representa como impotente, inerte, sem ação, quando alguém o desrespeita, como se vivesse alienado; viver no asilo, para ele, é

vegetar. O poder fazer traduz-se em ficar “inerte”, ou seja, se não reaje, não instiga, os problemas cessam. Essa fala do sujeito /idoso assemelha-se ao resultado da pesquisa de Mazza, ao declarar que, para os cuidadores, a família representa-se como quem “cuida melhor” do idoso, uma vez que a instituição asilar representa-se como “maléfica” para eles.

Entre todas as respostas dadas a essa questão pelos idosos, chegamos a essas designações possíveis ao item lexical “direito”: a) “ter direito de passagem, ter aposentadoria, passe de viagem” significa o que é justo; o direito, para esses idosos, é representado pelo benefício proveniente da aposentadoria, que permite viver a velhice obtendo uma remuneração mensal do governo; b) “ser respeitado”: esses sujeitos representam-se como sem direitos: aposentadoria, ser tratado com dignidade por todos os cidadãos, independentemente da idade; c) “ser bem tratado”, esse sujeito quer ser aceito pela sociedade, tendo todas as regalias que sua condição de idoso, por si só, lhe permite.

Seq. 57: “[...] a justiça²³ pra mim é um delegadu...um sordadu...é justiça pra mim di um pontu agi...de um certo pontu não agi não...porque eu sô véio...vamo supô...si eu tive com dinheiro...um mulequi aí na rua...mi pega aí...mi meti o coro...mi toma o dinheiro...e eu não posso dá uma pancada nele qui eu sô processadu...e ele podi até mi matá:...e a lei é errada...não é?...porque aqui mesmo já aconteceu...matô um pobre di um veio por causa di dez conto...DEZ reais...” “...uai...justiça nunca reclamei di justiça...claro que tem justiça aqui...tem justiça [...]” (AT).

No recorte (57), observa-se que o sujeito atribui a justiça às funções de um delegado, de um policial. Observe este trecho: “[...] é justiça pra mim di um pontu agi...de um certo pontu não agi não...si eu tivé com dinheiro...um mulequi aí na rua...mi pega aí [...] e eu não posso dá uma pancada nele qui eu sô processadu...e ele podi até mi mata [...]” Esse sujeito se vê injustiçado, pelo que presencia em nosso país; trata-se de um sujeito informado sobre fatos atuais; é o discurso sobre a justiça: “[...] uai...justiça nunca reclamei di justiça [...]”; sua fala aponta que, do lugar de onde fala, há justiça: “[...] claro que tem justiça aqui...tem justiça [...]”

Seu discurso nos leva a interpretar a justiça de duas maneiras: uma que se resume a/nas funções do delegado e do policial, quando diz: “[...] **tem justiça** [...]”, e a

²³ A questão feita foi o que entende sobre a justiça, e se há justiça no Brasil.

outra é a de que a justiça é falha, quando o sujeito diz “[...] é justiça pra mim di um pontu agi...de um certo pontu não agi [...]”. A imagem que constrói da justiça é contraditória. Observa-se o *ethos* de credibilidade (virtude), uma vez que o sujeito tenta dar crédito ao seu dizer.

Esse sujeito vê a justiça ao mesmo tempo “positiva” e “negativa”. Isso pode ser observado “quando temos o objeto discursivo como lugar específico em que se pode apreender como a língua se materializa na ideologia e como esta se manifesta em seus efeitos na própria língua” (ORLANDI, 2005, p. 96). Verifica-se que o sujeito constrói sua imagem transmitindo confiança de si mesmo, ao falar de suas crenças e valores, conforme relata Amossy (2005) sobre o *ethos* na teoria da argumentação.

A identidade construída por esse sujeito é a de um velho “indefeso”, “fraco”, em contraposição ao do passado; sua identidade só se define em oposição a outras identidades em questão.

Segundo Silva (2000), tanto a identidade quanto a diferença dependem da representação, haja vista que é por meio dela que tanto uma quanto outra produzem sentidos; por conseguinte, a representação é a responsável pela existência de ambas.

Seq. 58 - : “[...] óia...hoje o que eu faço²⁴...é só buscá um pão lá de manhã cedu...MAS...quando eu vim pra cá di novo... então...eu mexia com horta...não tinha enfermeira aqui di noiti...era eu qui oiava aqui di noiti...morria veio aí...era eu qui dava banho...trocava...depois...qui ligava lá pra presidência...se sinto muito contente...não se sinto mais contente agora...porque se acho doente né:...graças a Deus [...]” (AT).

O *ethos* da credibilidade (competência), segundo Charaudeau (2006, p.125), “exige de seu possuidor saber e habilidade”. O sujeito se vê útil quando diz: “[...] não tinha enfermeira aqui di noiti...era eu qui oiava aqui di noiti...morria veio aí...era eu qui dava banho...trocava...depois...que ligava lá pra presidência[...]”.

Verifica-se também o *ethos* de “solidariedade”, pois o sujeito não apenas está atento às necessidades dos seus companheiros, como também procura compartilhar de suas dificuldades, servindo o próximo de alguma forma. Charaudeau (2006, p.163) afirma que “a figura da solidariedade se constrói em uma relação de reciprocidade entre atos e declarações”.

²⁴ A pergunta feita para o idoso foi: o que faz no asilo e como se sente?

Seq. 59: “[...] eu não sei respondê²⁵ viu...olha uma veis eu tava num asilo em AT...chegô um parente meu...ele candidatô a prefeito...chama o José...como é que é o nome dele...eu tem hora que eu vacilo...ah::minha cabeça ta muito fraca já...é o douto JM... agora lembrei...foi mi buscá no asilo...J você é parente meu aí...eu candidatei prefeito...eu quero ganha...então as veis por falta de um voto mais...eu quero ti levá lá...eu falei...mas eu sô analfabeto...eu não sei assina...NÃO mas tem a folha de votação...o sinhô vota sem precisa assina...é...porque se fô depende de assinatura eu não dô conta [...]”(PA).

Na seqüência (59), esse sujeito nos dá seu conceito de cidadania ao descrever um fato que ocorreu em sua vida durante o período de eleição, demonstrando sinceridade em seus dizeres. Para o idoso, cidadania era exercer o voto. Segundo Charaudeau (2006, p. 124), “o *ethos* da virtude faz-se acompanhar por uma atitude de respeito para com o cidadão”. Nesse discurso, temos também a presença de um tom de voz marcante, quando o entrevistado diz: “[...] eu não sei assiná..NÃO [...]”. O tom de voz, segundo Maingueneau, é uma característica de representação do *ethos* que “consiste em causar boa impressão, [...] a dar uma imagem de si capaz de convencer o auditório ganhando sua confiança (2006, p. 53). O efeito de sentido produzido nessa fala é a exclusão do idoso na sociedade.

A identidade construída por esse sujeito é a de um “velho analfabeto”, “desinformado” que, se foi constituindo conforme as circunstâncias que foram aparecendo no decorrer de sua vida. É importante ressaltar que a identidade está relacionada tanto ao fator cultural quanto ao social.

Os enunciados mencionados pelos sujeitos para definir cidadania foram: a) “votar”; é o discurso do exercício da cidadania; b) “ter consideração pelo próximo”; é o discurso da solidariedade e reciprocidade pelo semelhante; c) “amizade”; é o discurso da benevolência, da afeição, do companheirismo; d) “ter palavra”; é o discurso da honestidade, cumprir uma determinada promessa que um cidadão faz ao outro; e) “ordem e progresso”; discurso do patriotismo. Cidadania é tida como um ato de organização para que conseqüentemente haja prosperidade e desenvolvimento, e, f) “ser documentado”, trata-se do discurso da identidade: a documentação comprova a existência, e, automaticamente, esse sujeito pode cumprir seu papel de cidadão.

²⁵ A pergunta foi: o que o senhor entende por cidadania?

Seq. 60: “[...] olha::...tem que ser respeitado²⁶...e eu também sô respeitado...porque eu respeito todo mundo e todo mundo eu respeito...e ota...o povo da lei eu respeito cada vez mais...entendeu? ((fala com um tom áspero))...sei que merece todo mundo...tê respeito...mas se a pessoa for da lei...não tem nem como...né [...]” (IN).

Na seqüência (60), o sujeito demonstra uma expressão facial de seriedade, sendo esta a virtude característica do *ethos* de credibilidade. Além de dizer que respeita a todos, independentemente de serem pessoas que trabalham num departamento de justiça ou não, frisa que, se a pessoa for um cidadão que trabalha, seja na polícia, seja num tribunal, o respeito é maior: “o povo da lei...eu respeito...”. Respeitar a todos parece ser seu lema de vida. Observa-se o processo de interpelação, que o constitui como tal pela ideologia, quando diz que o “povo da lei”, ele respeita cada vez mais.

3.2. 2 *Ethos de vitimização*

Seq. 61: “[...] não né:: faze o que...((risos))...porque já começa pelos fios ((quis dizer filhos)):...não respeita...não respeita a gente que é de idade:: ainda MÃE [...]” (TL).

Na seqüência (61), verifica-se, a princípio, que o sujeito fala sobre o “respeito” que deve haver entre pais e filhos, e nos enunciados “[...] não respeita...não respeita [...]” o idoso faz uma crítica à comunidade jovem. A imagem que ele faz dessa comunidade é a de que os jovens hoje não respeitam ninguém e nem têm nenhuma consideração pelas pessoas de idade. O *ethos* de vítima aparece nesse discurso, uma vez que o sujeito se representa vitimizado pela forma que vê seus filhos.

Nesses discursos, constata-se o quanto a identidade se transforma constantemente; hoje, na era pós-moderna, esse sujeito visualiza que o comportamento dos jovens mudou em relação à sua época, quando ele menciona a questão do respeito

²⁶ Fizemos a questão: acha que seus direitos são respeitados?

por parte dos jovens, ratificando o exposto por Hall (2005): “o sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado”. Ou seja, um mesmo sujeito compreende identidades diversas.

Seq. 62: “[...] tem veis que sim...tem veis que NÃO...as veis eles fala assim que os idosos...tem que ir na frente né... e eu fui na frente no bancu e a moça me falou:...asnera né::... qué dize quem tava na fila ...que era mais nova que eu... agora eu vo:: e fico lá trás porque... eu fico com vergonha de levar chatiada no mei di genti [...]” (TL).

No discurso da seqüência (62), ele se representa com incerteza, ao dizer “tem veis que **sim**...tem veis que **NÃO** [...]”, porém a negativa “NÃO” foi proferida em tom de voz marcante, sendo esta uma das características do *ethos* observada neste enunciado. Esse argumento utilizado pelo sujeito idoso leva-nos a crer que age conforme a educação que teve e ao ser repreendido, constrói o *ethos* de vítima e, por medo de nova repreensão, se vê obrigado a ser atendido por último.

Essas representações negam o cumprimento do Estatuto do Idoso: “o idoso tem direito ao atendimento preferencial”; no parágrafo único, artigo 3º: a garantia de prioridade compreende: I – “atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população”. Importa lembrar que o não-cumprimento do Estatuto refere-se à “moça”, que, numa perspectiva maior, poderia representar uma parcela da sociedade que não respeita os direitos dos idosos, uma vez que os estabelecimentos bancários costumam atender a essa ordem.

Seq. 63: “[...] a justiça²⁷ pra mim é::... tudo o que eu vejo na televisão::... né... sobre os advogados... é sobre as autoridade maior... né... e um pouco tá de uma banda certa...e um pouco pra mim... tá do lado errado... ta havendo muita coisa que a gente já vê na televisão... que a gente vê que tá muito errados... quase tudo que eu posso entendê::... há muito pouca... porque eu tiro assim::... né... eu tiro assim... quando eu assisto televisão... eu assisto jornal né... então eu tiro assim sobre esses **colarinho branco**::... que se diz né... vão preso hoje... amanhã já tão na rua::... né... não tem justiça pra eles... e porque que o pobre...como eu tenho um filho né... que já cumpriu a pena dele no presídio daqui de [...] e faz muitos anos que tá preso... e vai morrê... lá dentro... porque não tem advogado competente pra tira... meu filho de lá...porque que o pobre...é que não pode pagá um advogado... os

²⁷ Perguntamos ao idoso: o que entende sobre a justiça ?

filhos:... o marido que seja... eu não tenho marido... mas:... vejo muitas...
**por que que o pobre tem que morrer... pagando a pena dos ricos...
 porque eles tem esse aqui** ((gesticula com os dedos))... então a justiça é comprada... pelo que eu posso entende...ela é comprada [...]”(TL).

Na seqüência (63), observa-se que esse sujeito vê a justiça como algo paradoxal, uma ação positiva e negativa ao mesmo tempo, quando nos diz: “[...] e um pouco tá de uma banda certa...e um pouco pra mim...tá do lado errado [...]”; representa-se como um sujeito esclarecido e atualizado que avalia o discurso da mídia: “[...] quando eu assisto televisão...eu assisto jornal né...então eu tiro assim sobre esses **colarinho branco**:...que se diz né...vão preso hoje...amanhã já tá na rua:...né...não tem justiça pra eles [...]”.

Para esse sujeito, a justiça significa os advogados, as autoridades maiores, as quais beneficiam os colarinhos brancos, aqueles que possuem a “máquina do poder” nas mãos e que dificilmente são punidos pelas más ações que cometem perante a sociedade. O sujeito usa as expressões: “autoridade maior” e “colarinho branco” ao referir-se ao governo.

Quando o sujeito diz que a justiça é comprada, os sentidos são de que somente aqueles que têm condições de pagar os melhores advogados têm maiores oportunidades de permanecer em liberdade. Esse sujeito apresenta-se com uma postura rígida, falando com seriedade, sinceridade, expondo dessa forma o *ethos* da credibilidade; quando menciona **“porque que o pobre tem que morrer ...pagando a pena dos ricos [...]**”, remete ao *ethos* de vítima.

A identidade construída é a de um sujeito “não-potente”; por não ter condições financeiras para ajudar na defesa do filho, julga-se um “fraco” e “inútil”, cuja identidade se adapta, se transforma, se define conforme “as novas circunstâncias que vão surgindo”. Essas representações nos remetem a Silva (2000, p. 81), para quem o desejo dos diversos grupos sociais de ter acesso às regalias proporcionadas pelos bens sociais traduz “a afirmação da identidade e a enunciação da diferença”.

Observamos que as representações do conceito de justiça foram: a) “é pra quem tem dinheiro”; é o discurso financeiro, capitalista e mercadológico; b) “é um procedimento de direito, de lei”: o que está em conformidade com que é legal. É o discurso jurídico positivista, a aplicação da lei em prol do cidadão que foi lesado de alguma forma por outrem; c) “é algo bom”: se a lei for aplicada com rigor beneficiando

as pessoas injustiçadas, tem um sentido positivo; d) “é o direito do cidadão”: é o discurso jurídico, que está previsto no Estatuto do Idoso; e) “é o respeito”: os efeitos de sentido são de que uma vez que a justiça é exercida com firmeza, conseqüentemente virá o respeito aos cidadãos; f) “ordem e progresso”: é o discurso patriota; g) “advogados e autoridades”: é o discurso jurídico. Esses sujeitos constroem diferentes significados que representam descontentamento por não haver justiça. Segundo Maingueneau, “o universo do sentido propiciado pelo discurso impõe-se tanto pelo *ethos* como pelas ‘idéias’ que transmite” (MAINGUENEAU, 2001, p. 99).

Seq. 64: “[...] nada...aqui dentro²⁸ eu não faço nada...não güento tamém...eu **me sinto um homem morto**...vou falá pra senhora bem a verdade...eu tem dia que eu **choro dentro do quarto...eu me sinto um homem morto**...porque eu trabaiava aqui perto mesmo...ia daqui pra [...] minha vida era trabaiá...chegava da rua era cuzinhero...dava certo né...que eu era sortero...não tinha mulhé na época...vortava e agora não güento trabaiá...um home desse **é morto né?**...sô bem tratado...**eu me sinto morto assim...porque não tem diversão**...tem diversão assim porque elas leva...**hoje não tenho dinheiro...não tenho nada** [...]” (IN) (grifo nosso).

A imagem que esse sujeito faz de si é de “desiludido”, sem expectativa de melhoria; “incapacitado”, já que, nesse momento da sua vida, encontra-se “inerte”, “impotente”. É o discurso da autocomiseração. Importa destacar, que ele se representa exatamente como é representado no Estatuto.

Observa-se nesse sujeito um declínio corporal e espiritual pelos fatores doença e fracasso, como cita Dénard-Toulet (apud BEAUVOIR, 1990), por não ter acesso ao lazer, a não ser quando a própria dirigente da instituição proporciona-lhe alguma atividade extra. Quando diz “[...] **um home desse é morto** [...]”, é como se não falasse de si, mas do outro (ou de todos), o sujeito parece não querer incluir-se nesse rol. É o discurso pesaroso e da tristeza pela atual condição, contrapondo-se ao discurso do Estatuto do Idoso, que institucionalmente representa a “vida”.

Ao contrapor o discurso do idoso com o do Estatuto, observa-se que há diferenças entre a lei e a prática, haja vista que o discurso desse sujeito ratifica que o Estatuto do idoso é uma ilusão, especialmente no que tange aos artigos 20 e 21:

²⁸ Perguntamos o que o idoso faz no asilo e como se sente.

“O idoso tem direito à educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade”.

“O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados”.

Quando o sujeito idoso declara que “[...] **eu me sinto morto assim...porque não tem diversão** [...]”, revela que o seu dia-a-dia no asilo é monótono, que a instituição não lhe proporciona nenhum tipo de atividade, seja esportiva, educacional, cultural, de lazer, para que ocupe o tempo sentindo-se mais útil. Ao dizer “**hoje não tenho dinheiro...não tenho nada**”, verifica-se novamente o discurso da autocomiseração.

Seq .65: “[...] não...ah::porque hoje...não existe respeito²⁹ mais...se não me respeita...o asilo por exemplo...sô um internado...MAS...acho que sou mal respeitado...dana mais com a gente...chama a gente a atenção...por uma coisa que a gente não deve...então...no meu modo de entende...acredito que seja isso [...]” (CA).

Já em (65), o sujeito fala sobre as suas limitações, deixando implícito em suas palavras que se sente reprimido e excluído, quando diz: “[...] sô um internado....MAS...acho que sou mal respeitado...dana mais com a gente...chama a gente a atenção [...]”. Repete-se o discurso da autocomiseração.

O tom de voz é um item característico na construção do *ethos*, o qual pode ser observado quando o entrevistado diz: “[...] MAS [...]”, item lingüístico que é proferido com um tom de voz forte, de descontentamento, indicando o *ethos* de “vítima”.

Seq. 66: “...eu vivo aqui porque é preciso...eu **não gosto**...porque aqui...a **gente não manda na gente**...” (CA) (grifo nosso)

²⁹ Para as seqüências de 59 a 64 foi feita a questão se “acha que os direitos dos idosos são respeitados”.

Nessa seqüência, o idoso fala com um tom firme e com palavras simples (gesticula indicando negação). Esse *ethos* se constrói quando o sujeito faz declarações a respeito de si mesmo, indicando indignação em relação a sua atual condição de vida dentro do asilo. Nesse discurso, verificam-se alguns efeitos de sentido, os quais se traduzem pelo fato de o idoso estar vivendo no asilo, submetido à ordem Institucional, não tendo nenhuma liberdade de ação. A imagem que ele faz de si é a de um sujeito “impotente”, que não tem voz ativa para nada; representa-se como uma pessoa entregue ao desânimo sem perspectivas de uma vida melhor; ou seja, deprimida e desiludida. Ressaltamos que a maioria construiu uma imagem negativa dos asilos, por sentirem-se ainda mais solitários ali.

O sujeito, ao afirmar: “[...] **eu não gosto** [...]”, “[...] **a gente não manda na gente** [...]”, deixa transparecer insatisfação com o atual local de morada, representando-se como “submisso”, “sem liberdade”, “reprimido”, quando diz “[...] a gente não manda na gente [...]”. Esse discurso confirma as observações de Almeida (2005), quando afirma que a ausência da família representa uma grande perda para os idosos.

3.2.3 *Ethos do desamparo*

Seq. 67: “[...] ah::sofro³⁰...ah::porque::a farta das coisa que a gente passa né...tanta fartura que já possuí na minha vida...coiseira e hoje a minha família...fazê isso com a gente...que eu fiquei velho...e ninguém ligã::a gente tem vontade de possuí aquelas coisa...comê bem...as comida que a gente usava...e hoje tudo é diferente...hoje tudo é diferente...hoje tudo é mandado...se manda a gente come lavagem tem que come...desse jeito[...]”(CA).

Esse sujeito vê-se como alguém que sofre preconceito e privações dentro da instituição. Os efeitos de sentido aparecem, quando faz um contraponto entre a vida que possuía junto de sua família e a imagem que constrói de si, vivendo hoje no asilo. A imagem que ele faz de si é que já teve uma vida farta e hoje se encontra asilado. Observa-se que apresenta uma expressão facial rígida e um tom de melancolia pela ausência de sua família, e a imagem que faz da instituição é a de um local de abandono,

³⁰ Perguntamos se o idoso “sofre algum tipo de preconceito na sociedade”.

que o exclui da sociedade, sem direito a uma vida digna, o que contraria o discurso do Estatuto, segundo o qual os idosos devem viver em asilos, para sentirem-se melhores.

A identidade construída por esse sujeito é a de um sujeito “abandonado”, “impotente”, que um dia já possuiu tanta fartura e liberdade de ação e hoje se encontra sob as ordens da instituição, sem autonomia de ação; portanto, sua identidade é fragmentada (HALL, 2005, p. 12-13).

Vimos que, em relação ao *preconceito*, os sujeitos o definem por meio dos seguintes conceitos: a) “não sofrer malcriação”; “não xingar as pessoas”; b) “somos todos iguais”: o discurso institucional da igualdade, da democracia; c) “sofrer por falta de “fartura”: é o discurso do não-ter; d) “ser tratado pelo nome certo”: coisificação; e) “ser chamado a atenção”: disciplina. Em todos os trechos, aparece o discurso da exclusão. Verifica-se que o conceito de preconceito atinge até a alimentação.

Seq. 68: “[...] acho que são respeitado³¹...assim sobre a maneira das pessoas me tratem...porque eu tô achando...que não ta sendo respeitado pela minha idade...é que eu não consigo incostá no INSS...e eu tenho problema de saúde sério...e eles não tão me dando uma força lá...e então eu acho que isso daí...tá me prejudicando que eu to...precisando e eu preciso [...]” (TL).

Nota-se que o sujeito tem uma concepção ampla de “respeito”, seja em relação aos seus direitos, seja pelo fato de ser bem tratado ou não pelas pessoas, mas, a seguir, ele remete ao significado de respeito com o fato de não ter sido aposentado pelo INSS, evocando o direito objetivo, previsto em lei.

O “eu” empregado diversas vezes nessa fala: “[...] porque **eu** tô achando [...]”, “[...] é que **eu** não consigo incostá no INSS...e **eu** tenho problema de saúde sério [...]”, “[...] e então **eu** acho que é isso aí [...]”, está conjugado ao verbo “**achar**” (“**achando**” e “**acho**”) que descreve, sem convicção, o ponto de vista pessoal do sujeito. Ele se representa como respeitado por ser uma pessoa de idade e por estar com problemas de saúde, mas “acha” que é obrigação do INSS aposentá-lo, independente de sua idade, pois, para ele, só o fato de não ser saudável lhe dá essa condição. Trata-se do discurso de autocomiseração. A imagem que o sujeito faz de si é a de um ser “desamparado”, “desprezado” pela sociedade, pelo governo.

³¹ A pergunta foi se os direitos dos idosos são respeitados.

Seq. 69: “[...] de **jeito nenhum**³²...ah::porque a vida aqui é **muito preso**[...]” (CA). (grifo nosso)

Na seqüência (69), observa-se que o sujeito não está satisfeito com o seu atual local de morada, o asilo, e justifica sua insatisfação pela falta de liberdade. Recorremos a Orlandi (2005, p.30), quando afirma que “os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz”. A representação que faz é a de que o asilo se assemelha a uma prisão. O sujeito representa-se “sem liberdade” de ação, “limitado” às regras da instituição, representações essas responsáveis pela formação identitária do sujeito. Segundo Silva (2000, p. 89), “a teoria cultural contemporânea afirma que a identidade e a diferença estão estreitamente associadas a sistemas de representação.

A identidade construída por esse sujeito é a de um sujeito privado de liberdade, que, por viver sob ordens da instituição, vive sob vigília. Isso mostra um novo sujeito, que adquiriu uma nova identidade e se transformou com o passar dos anos.

O sujeito afirma que não tem livre arbítrio para agir, vê-se “represado”, “sem liberdade”. Nesse discurso, o sujeito expõe sua atual condição de vida dentro da instituição, levando o outro a “julgá-lo digno de crédito”.

Seq. 70: “[...] eu me vejo³³ assim...uma pessoa acoagido ((quis dizer coagido))...num tenho...minhas brincadeira que eu usava tanto...a gente fica aqui oh::até sem jeito de brinca...é danado pra **tomá rebocada** ((quis dizer ser chamado a atenção))...é danado pra pessoa inventá coisa...reclamá pra ela..**chama a gente a atenção**...tem muita dificuldade [...]” (CA)

Em (70), o *ethos* revelado pelo sujeito é o de um sujeito constrangido, cujo lugar da enunciação é o asilo. Para Maingueneau (2006), a estratégia de fala de um locutor por intermédio do discurso induz por meio dele certa identidade, exposta em: “[...] eu me vejo assim...uma pessoa acoagido [...]”: “reprimido”, “deprimido”, “vigiado”, “constrangido”. Esse sujeito sente-se desamparado dentro da instituição asilar.

³² Perguntamos se o idoso gosta de viver no asilo.

³³ Perguntamos ao idoso “como ele se vê”.

3.2.4 *Ethos da cidadania*

Seq. 71: “[...] cidadania³⁴:...a cidadania é boa né:...é bom sendo que a gente vai lá e vota...é bom né...tá passando...tá andando né...então é bom [...]”(IN).

Na seqüência (71), observa-se a presença da formação discursiva de “patriota” por sentir-se um participante ativo na sociedade.

Nesse discurso, o sujeito tem o “poder fazer”, o qual se inscreve no poder exercitar a cidadania. O sujeito representa-se como um “cidadão”, “responsável” pelo futuro da nação. Para Silva (2000), a identidade e a diferença são uma relação social na qual elas não são apenas definidas, mas impostas no tocante a sua definição discursiva e lingüística, não havendo um convívio harmônico entre elas.

Seq. 72: “[...] eu não entendo³⁵...eu sempre que eu...agüentá::...ir lá na rua...eu quero ser brasileiro...posso está com oitenta ano...si eu agüenta::ir lá...eu voto [...]”(AT).

Esse sujeito apresenta uma imagem de si que constrói o *ethos* de cidadania, por exercer seu papel na sociedade. O efeito de sentido nesse discurso é observado pelo patriotismo e a sua valorização como participante na escolha dos representantes políticos do país.

Representa-se “ativo”, “dinâmico”, considera importante poder participar do seu direito de cidadão. Verifica-se, no seu discurso, a construção da identidade do sujeito por meio da representação, a qual, segundo Silva (2000, p. 89), “está associada a sistemas de representações”.

3.2.5 *Ethos da identificação: humanidade e potência*

³⁴ A questão foi “o que entende sobre cidadania”.

³⁵ Perguntamos o que o idoso entende sobre cidadania

Seq. 73: “[...] um cidadão brasileiro?³⁶...é que quando eu fui pra servi o exército em 1944...o comandanti falou pra mim...olha você é bom di tiro...você vai na guerra briga...só que ocê não tem denti...cê vai morre di fome...em veis di morre você morre crivado de bala...cê vai morre di fome...porque você não tem denti...porque lá ce ta brigando...ocê vai comer carne de cavalo...é o que tem lá [...]” (PA).

A formação ideológica materializa-se na formação discursiva, a qual regula o que “pode ser dito” e é no interdiscurso que essas formações se processam levando os dizeres do sujeito a significarem num processo de comunicação entre os interlocutores. (BRANDÃO, 1991). Portanto, quando o idoso recorda o tempo em que serviu o exército em 1944, a imagem a que nos remete é a da Segunda Guerra Mundial, que se deu no período de 1939-1945. São experiências vividas no passado, que se tornam presentes quando o sujeito enuncia: “[...] é que quando eu fui pra servi o exército em 1944 [...]”.

O efeito de sentido apresentado é o de “patriota”, pois, como afirma Possenti (2003), o efeito de sentido está relacionado não apenas ao sentido de uma palavra, mas associa-se a uma família de outras palavras que mantêm com ela certa aproximação.

Ele se identifica como um cidadão brasileiro ao descrever que serviu o exército. Para Charaudeau (2006, p. 137), “a identificação relaciona-se às expectativas vagas dos cidadãos, por meio de imaginários que atribuem valores positivos e negativos”. Portanto, a maneira de ser de cada indivíduo pode apresentar-se mais tradicional, moderna, sincera, poderosa, já que, por meio das palavras do locutor, o ouvinte tende a captar essa ou aquela característica do falante. Os efeitos de sentido desses dizeres são de um cidadão consciente do patriotismo, mas que recebe certas críticas em tom de “deboche”, por não ter tido acesso ao tratamento dentário.

Pêcheux afirma que a “interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 1988, p. 163). Dessa forma, o sujeito do discurso identifica-se com a forma-sujeito, com o sujeito histórico e, por sua vez, com a formação discursiva que se responsabiliza pela organização do dizer. Nesse discurso, notamos a presença do discurso do exército, em que predominam a ordem, a disciplina, e as sanções.

³⁶ Perguntamos o que é ser um cidadão brasileiro.

Seq. 74: “[...] sobre justiça?³⁷...como eu vô tê idéia de responde isso aí hein?...eu acho que a justiça é boa...porque tem que tê justiça...o mundo pega fogo...porque com a justiça é do jeito que é:...e se não tivé ?...óia:...muito poca em?...muito poca...eu avalio porque a justiça as veis tira o direito de um pra dá pro oto...e não pode né [...]”(IN).

O discurso em (74) vê a justiça como algo positivo: “[...] eu acho que a justiça é boa [...]”, mas afirma que no Brasil não há justiça: “[...] óia...**muito poca em?...muito poca [...]**”; utiliza da metáfora para dar ênfase à idéia, “[...] **o mundo pega fogo [...]**”. Ao usar essa metáfora, representa a justiça como decisiva para a manutenção da ordem. É por meio da metáfora que o entrevistado transfere o que realmente quer dizer, uma vez que o discurso não é transparente (ORLANDI, 2005, p. 79). Observa-se nesse excerto o *ethos* da humanidade em relação àquele que menos necessita ser beneficiado pela justiça quando diz “[...] eu avalio porque a justiça as veis tira o direito de um pra dá pro oto ...e não pode né [...]”.

Segundo Charaudeau (2006, p. 148), “o ser humano é mensurado pela capacidade de demonstrar sentimentos”, como, por exemplo, ter compaixão pelos oprimidos. No discurso desse sujeito, observam-se os efeitos de sentido em relação à justiça: ela é falha, beneficia uns em detrimento de outros e, age de forma injusta dando apoio, em parte, àqueles que não têm dignidade e nem muito menos respeito pelo ser humano, neste caso o sujeito idoso.

Seq. 75: “[...] o que marcô a minha vida?³⁸ ((ele repete a questão))...olha a única coisa que eu recordo...na minha vida...eu fui casado...a mulhé era...muito boazinha...MAS...só que depois **ela ficou muito braba comigo...aí...o que marco na minha vida...aí eu vim pra Coxim...a coisa mais linda que marcô na minha vida foi vê o Pantanal...eu queria mora lá ((risos)) mas eu não podia...porque eu tinha a perna quebrada ((possui uma das pernas amputada))...eu não podia mora lá...o que marcô mais na minha vida foi aquele Pantanal [...]**” (CA) (grifo nosso)

Na seqüência (75), o sujeito demonstra seus sentimentos, e, segundo Charaudeau (2006, p.148), o “ser humano é mensurado pela capacidade de demonstrar sentimentos, compaixão para com aqueles que sofrem”, sendo capaz de revelar seus

³⁷ Perguntamos “o que entende sobre justiça e se há justiça no Brasil”.

³⁸ Pedimos ao idoso para contar um fato ou acontecimento que marcou sua vida.

gostos, inclusive os mais íntimos, o que se verifica nos enunciados: “[...] a coisa mais linda que marcô na minha vida foi vê o Pantanal...eu queria mora lá ((risos)) mas eu não podia...porque eu tinha a perna quebrada...eu não podia mora lá...o que marcô mais na minha vida foi aquele Pantanal [...]”. Quando retoma várias vezes a palavra “Pantanal” acompanhada dos dêiticos “aquele” e “lá”, o efeito de sentido é o da liberdade; o “lá” é o Pantanal, que representa a liberdade, e o “cá” é o asilo, onde não se tem liberdade (relações lingüísticas cujos efeitos se consagraram nos punhos de Gonçalves Dias e sua “Canção do Exílio”), e, ainda, em “Vou-me embora pra Pasárgada” de Manuel Bandeira, em que aparece o jogo entre o “lá” (é bom) e o “aqui” (é ruim), escrito num momento de profundo desânimo pela doença aguda a que foi acometido Manuel Bandeira.

No Estatuto, observa-se que a “vida” é representada na materialidade lingüística, por “**liberdade**” e “**dignidade**”, enquanto a morte é representada pelo idoso pela **não preservação da saúde física e mental, não aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, não liberdade e não dignidade.**

Seq. 76: “[...] iche tem muita coisa³⁹ que a gente guarda por lembrança ((risos))...possuí muita coisa boa...**possuí fazenda...possuí gado...possuí muita casa...possuí crédito...eu...quando**::...eu quebrei eu tinha um nome tão grande::que eu peguei mais de 200 mil de endosso...aqui em Cassilândia...e esse filho que me largou na tapera...me comeu o resto do meu capital tudinho...porque sobrou dinheiro de cento e poucas vaca que eu tinha...eu emprestei duas folhas de cheque que eu tinha...pro meu genro...ele foi no banco cato meu dinheiro tudinho...**eu tive que procura o asilo mesmo...não teve jeito [...]**” (CA). (grifo nosso)

Nessa última seqüência, observa-se o *ethos* da “potência”, quando o sujeito diz “[...] possuí muita coisa boa...possuí fazenda...possuí gado...possuí muita casa...possuí crédito [...]”, que, segundo Charaudeau (2006, p.139), é visto como uma “energia física [...], que anima e impulsiona os corpos na ação”. Aparecem representados os discursos do “poder” e do “ter”. Segundo Charaudeau (2006, p.115), “o sujeito aparece, portanto, ao olhar do outro, com uma identidade psicológica e social que lhe é atribuída” e essa dupla identidade funde-se numa única, constituindo, dessa forma, o *ethos*. No decorrer desse discurso, a imagem que o sujeito faz de si é a de um

³⁹ Pedimos para falar sobre um fato ou acontecimento que marcou sua vida.

ser “impotente”, quando diz “[...] e esse filho me largou na tapera...me comeu o resto do meu capital tudinho [...]”. A metáfora faz parte do processo de construção do sentido e da constituição do sujeito, a qual é vista como transferência e não como desvio, segundo Orlandi (2005, p. 79). Ele “fala” como um capitalista, que gostaria de viver sob o signo do ter, do lucro e do capital, mas sem esses “atributos” representa-se como não-potente.

Observamos que houve maior recorrência dos *ethé* da credibilidade e da vitimização, uma vez que o idoso, por um lado, sente necessidade de se fazer acreditar no que diz; por outro lado, se mostra vitimizado, pela carência afetiva/familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria dos velhos recusam o tempo porque não querem decair; definem seu antigo eu como aquele que continuam a ser: afirmam a sua solidariedade com sua juventude. Mesmo que tenham superado a crise de identificação e tenham aceitado uma nova imagem deles mesmos – a boa avó, o aposentado, o velho escritor - cada um conserva intimamente a convicção de ter permanecido imutável: evocando lembranças, eles justificam essa segurança.

S. Beauvoir

Esta dissertação enfocou as análises tanto dos enunciados do Estatuto do Idoso quanto do discurso dos idosos no tocante ao *ethos* e suas representações.

No discurso do Estatuto do Idoso, observa-se que há a presença de vários *ethé*, sendo os mais recorrentes o da competência, o da credibilidade e o da solidariedade, especialmente porque constituem ou representam a imagem do Estado, num discurso político-institucional cujos efeitos evocam garantias legais.

Verificamos que o principal objetivo do governo, ao sancionar a Lei Nº 10.741, o Estatuto do Idoso, foi afirmar que esse era o meio legal e fidedigno de trazer o idoso de volta ao convívio social; assim, estaria aprovada e garantida a inclusão social e a qualidade de vida. Mas, nas análises do discurso do idoso, observamos que a Lei, apesar de sua existência, não contribuiu para a inclusão; pelo contrário, reafirma, cada vez mais, que, dentro da sociedade, o idoso é apenas um a mais e que o lugar dele continua o de antes, fora da sociedade. Noções a que nos encaminham algumas das contradições materializadas nos discursos analisados, atravessados, ainda, pela ideologia negada.

No Estatuto, verifica-se o discurso da promessa; promessa de proteção integral, de oportunidades e facilidades, preservação da saúde, aperfeiçoamento, liberdade e dignidade, itens lexicais que remetem a valores positivos, assegurar tudo isso significa reconhecer que, até a promulgação do Estatuto nenhum desses direitos

existia de fato, e que agora existe. O “sujeito” responsável pela efetivação das promessas, aparece no decorrer do Estatuto “disfarçado”, “camuflado”, de modo que o Poder Público seja o último a cumprir com as obrigações e a família, a primeira.

Entre os elementos da materialidade lingüística que se destacam na representação de ideologias e imagens, há o uso das categorias de pessoa, modalidade e tempo, bem como de certas estruturas e construções sintáticas, especialmente no texto do estatuto. A esses elementos vêm se agregar certos itens lexicais de valor circunstancial que, no discurso dos idosos, produzem efeito de oposição entre um passado “feliz” e um presente disfórico; um conflito entre o pertencimento à “classe” de ser humano e cidadão (garantia de identidade e liberdade), situado no “antes”, e a despersonalização (o estigma da desidentificação e subordinação), situada no “agora”.

Constatamos, quanto ao conhecimento pelos idosos dos direitos impressos no Estatuto, que a maioria dos sujeitos que vivem nas instituições asilares não conhecem o Estatuto do Idoso.

Verificou-se que a maioria dos idosos que vivem nos asilos (65,38%) possui uma média de idade entre 65 a 75 anos. No que diz respeito ao estado civil, declararam viver no asilo por não terem residência própria, sendo o estado civil, um forte indicador de ida do idoso para o asilo. Observa-se, também, que com a longevidade, a demanda de idosos à procura de benefícios e abrigos é uma realidade mostrada no perfil e nas entrevistas, em que esses sujeitos sentem-se desamparados, pois a prática continua sendo ilusória.

Constatou-se que a maioria dos idosos (76,92%) não recebe visitas de seus familiares. Esses dados indicam que a preocupação para com o idoso por parte de seus familiares é bem superficial, de que decorre que esses sujeitos representam-se como “excluídos”, “marginalizados” pela própria família. Antes de irem para o asilo, 61,53% dos idosos viviam sozinhos, alguns foram em busca do asilo por não terem outra alternativa, já que não tinham onde morar; alguns foram deixados nos asilos pelos próprios familiares. O que é um indício que a instituição familiar tradicional está em decadência.

Quanto ao período de estada no asilo, observa-se que 57,69% residem lá há mais de um ano e, quanto à questão se gostam de viver no asilo, verifica-se “desânimo”, “tristeza”, “melancolia”, “se vêem distante da liberdade, da fartura e da variedade de

alimentos”, sem direito a uma condição digna de vida, que sua idade exige, ao contrário do previsto no Estatuto.

No tocante ao acesso ao atendimento com o médico geriatra, verifica-se que 100% dos idosos disseram não haver esse tipo de especialista nos postos de saúde de suas cidades, embora no estatuto conste que a prevenção e a manutenção da saúde dos idosos serão efetivadas por meio desses profissionais que estarão exercendo suas funções nos postos de saúde. Ainda, nos relatos dos idosos, verificamos que os discursos são permeados pelo descaso (“senão eu já tinha morrido”) e marginalização. O trecho “doutor aqui é muito custoso”, desmente o discurso do Estatuto do Idoso, “o garantido” no - Art. 15 – Do direito à saúde.

Tratando-se do acesso a medicamentos gratuitos, verifica-se que 80,77% recebem algum tipo de medicamento, mas não os de uso continuado, pelos quais, na maioria das vezes, para ter acesso, têm que pagar, conforme pudemos averiguar nos dados do capítulo III. Na verdade, esses sujeitos representam-se “desamparados” e “abandonados” pelo Poder Público. É importante ressaltar que esses tipos de medicamentos, por serem de uso contínuo, normalmente custam mais caros. O que constitui um paradoxo em relação ao artigo 2 do Estatuto “preservação da sua saúde física e mental”.

No que diz respeito ao acesso a programas educacionais oferecidos pelo Poder Público, constata-se que 80,77% não têm acesso, uma vez que as instituições asilares não oferecem nenhum tipo de atividade física ou esportiva, lazer, passeio, embora conste no Estatuto que o idoso tem direito à educação, cultura, esporte, lazer, benefícios que devem ser assegurados e garantidos. Quanto ao acesso a cursos oferecidos pelo Poder Público, verifica-se que 100% dos idosos não têm apoio algum por parte do Poder Público para lhes proporcionar pelo menos o conhecimento básico, seja quanto ao uso de computadores, quanto ao conhecimento geral sobre as técnicas de comunicação e até mesmo o acesso às informações sobre os demais avanços tecnológicos que vêm surgindo ultimamente.

No que se refere ao acesso à escola, é relevante mostrar que 96,15% dos idosos disseram não ter acesso, apesar de constar no Estatuto do Idoso que o Poder Público oferecerá oportunidades de acesso ao idoso à educação “com metodologias e material didático condizentes com os programas educacionais a eles destinados”. Mesmo a maioria não sendo letrada, considera importante que o cidadão tenha acesso ao

conhecimento. Embora apareça nos artigos 20 e 21, Capítulo 5 do Estatuto, que o idoso tem “direito à educação, cultura, esporte e lazer”, na prática isso não ocorre conforme pudemos verificar nos formulários e nas entrevistas, nas seqüências (39) e (40). Ressaltamos que há pouco interesse por parte do Poder Público em estimular o idoso a exercitar a mente por meio de atividades de ensino-aprendizagem, criando nesses indivíduos estereótipos de que são “velhos” e que, “não aprendem mais nada”.

Ao questionar se os direitos são respeitados, observa-se que, por meio da memória, os sujeitos materializam discursivamente suas experiências históricas quanto ao conceito que têm sobre o que é ter seus direitos respeitados. Vê-se no discurso dos idosos que vivem em instituições asilares que a identidade deles se constrói ao se representarem como sujeitos “ultrapassados”, “abandonados”, “alienados” e “vítimas”.

Quanto à questão se são tratados com respeito e dignidade pela sociedade, deparamos com o discurso de vários sujeitos que se representam como: “pessoas íntegras”, porém “impotentes”, cujas identidades são fragmentadas. Em relação ao preconceito, os sujeitos representam-se como: “inertes”, “impotentes”, “sem ação”, “abandonados pela família”, “sem liberdade de ação”, “privados de alimentação adequada”, projetando a imagem de si como “excluídos”.

Quanto à justiça, os sujeitos representam-se como vítimas indefesas de um sistema injusto e parcial. No que concerne à cidadania, nota-se que os sujeitos apresentam um discurso patriota: sentem a necessidade de participar da escolha dos representantes políticos do nosso país, querem estar em contato com outras pessoas, ter acesso à recreação, a fim de sair da situação de deriva e aprisionamento. Em se tratando de cidadãos brasileiros, constatamos os efeitos de sentido de “caráter”, “responsabilidade”, “compromisso”, “confiança,” “patriotismo”. O idoso sente a necessidade de ser um participante ativo na vida da nação, significa que não deseja ser um “peso”, numa das fases do ser humano, que talvez seja, a mais importante, que é a transição entre a juventude e a velhice, a saúde e a doença e entre a ingenuidade e a sabedoria.

No que tange ao gosto pelo asilo, verifica-se que os sujeitos julgam o asilo como local impróprio para se viver; na maioria das vezes, moram lá por não terem para onde ir. Ali se sentem presos, às vezes desrespeitados, sem liberdade de ação, tendo que cumprir com o que lhes é imposto pela instituição; sentem a falta da família, e parecem sufocados pela Instituição.

Quando perguntamos sobre suas ocupações nos asilos, deparamos com sujeitos com identidades fragmentadas pelas diversas experiências vividas durante toda sua vida, confirmando o que afirma Hall (2005), a identidade não é única, há identidades múltiplas, que se fragmentam com o passar dos anos. Os sujeitos vêem-se “desiludidos”, “impotentes”, “desanimados”, “carentes afetivamente”, “sozinhos”, “sem perspectiva de uma vida melhor”, ou seja, sem forças para lutar em busca de um futuro melhor. Ao recorrerem à memória, os sujeitos retomam sua história de vida e a relatam materializando seu dizer por meio de expressões melancólicas, para expor concretamente o que pensam e sentem. E quando historicizam seu dizer, fazem-no acontecer “de novo”.

Enfim, observamos também a presença de vários *ethé* como o da credibilidade, da vitimização, do desamparo, da cidadania e o da identificação. Houve maior recorrência do *ethos* de credibilidade, pelo fato de os sujeitos julgarem-se dignos de crédito por seguirem as regras da sociedade, e o *ethos* de vitimização, uma vez que se representam “impotentes”, “abandonados”, “inertes”. Também aparece o *ethos* do desamparo, uma vez que os sujeitos se vêem “esquecidos” pela família e pelo governo, o que decorre o efeito de sentido de “morte”. Observamos que, nos temas “justiça” e “cidadania”, o *ethos* de humanidade aparece com mais frequência na fala dos idosos.

Verifica-se, ainda, que resgataram no interdiscurso lembranças que proporcionaram momentos predominantemente positivos, em contraposição ao que vivenciam na “prisão” asilar. A maioria se vê como sujeitos sem alternativa, sem opção de condições melhores de vida, à mercê de uma instituição que lhes impõe regras a serem cumpridas, mas que não cumpre a legislação quanto ao bem-estar físico e psíquico dos idosos, por não receberem apoio do Poder Público, desde o acesso à alimentação saudável, a consultas com geriatras, à educação, ao esporte e lazer. Além disso, esses idosos são obrigados a conviver com doentes físicos e mentais, independente da idade que esses indivíduos tenham, por não haver, na região do Bolsão, nenhuma cidade com instituições mantidas pelo governo para abrigarem esses indivíduos.

À exceção do Estatuto e das raras pesquisas, os idosos continuam sendo números, uma vez que, no orçamento da união, existem programas, conforme mencionamos no início deste trabalho, que contêm ações destinadas à população de idosos no Brasil, porém na prática isso não se confirma.

Com esta pesquisa, espera-se que os discursos apresentados pelo Estatuto do Idoso se convertam a cumprir os motivos e objetivos de sua elaboração. Temos a expectativa que essa investida alcance a conscientização do leitor, por meio da apresentação de como se estabelecem (e quais são) as identidades de uma parte do Brasil, que provavelmente deve corresponder ao todo. Metonímica realidade.

Aguarda-se, sobretudo, que se compreenda a urgência e a necessidade de que essa inquietação investigativa transpasse as linhas textuais e alcance outras investidas da sociedade em geral, do governo, da academia, cada vez mais e progressivamente, permitindo que este nosso trabalho não se destine ao fim específico de uma denúncia, mas se configure em uma preocupação muito maior, convoque outros e, especialmente, traga um olhar sobre esses idosos envelhecidos social e mentalmente, que merecem maiores reflexões quanto a sua condição de “objeto”. Nossos idosos continuam nos asilos. E continuam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fabiana de Souza. *Idosos em instituições asilares e suas representações sobre Família*. Goiânia – GO, 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás, 103 p. Disponível em <http://www.fchf.ufg.br>. Acesso em 07/06/07.

AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: *Imagens de Si no Discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 9-27.

BEAUVOIR, S. *A velhice*. Trad. Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luiza Neri . 4 ed. Campinas: Pontes, 1995.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1991.

_____. *Introdução à análise do discurso*. 2. ed. Campinas: Ed. Da Unicamp, 2004.

CHAIMOVICZ, Flávio. *A saúde dos idosos brasileiros às vésperas do século XXI: problemas, projeções e alternativas*, 1997. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 03/08/07.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. *O ethos, uma estratégia do discurso político*. In: *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2006.

DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: EDUSP; Fapesp, 2004.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. *Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa*. Universidade Estadual da Bahia, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2004.

GADET, Françoise; LÉON, Jacqueline; MALDIDIER, Denise et alli. A apresentação da conjuntura em lingüística em psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969. In: Gadet & Hak. *Por uma Análise Automática do Discurso: introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: UNICAMP, 1993, p. 39-60.

GOMES, Conceição Aparecida de Queiroz. *Economia leiteira do bolsão sul-mato-grossense*. Dissertação de Mestrado. Unesp/Presidente Prudente-SP, 1994.

GUEDES, Simoni Lahud. *A concepção sobre a família na geriatria e na gerontologia brasileiras: ecos dos dilemas das multidisciplinaridades*. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acesso em 03/08/07.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. *O direito à velhice: os aposentados e a previdência social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

KOCK, Ingedore Grunfeld Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.

MACHADO, Ofélia Gomes. *Proposta de universidade aberta para terceira idade em Joinville – SC*, 2003. 165 p. Disponível em <http://teses.eps.ufsc.br/pdf/3043.pdf>. Acesso em 03/08/07.

MALDIDIER, Denise. *A inquietação do Discurso: Re(Ler) Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. *O ethos*. In *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza e Silva; Décio Rocha. São Paulo – SP: Cortez, 2001.

_____. Primado do interdiscurso. In *Gênese dos Discursos*. Trad. Sírio Possenti. Curitiba-PR: Criar Edições, 2005.

_____. *Cenas da enunciação*. Trad. Cecília P. de Souza e Silva; Nelson Barros da Costa et. Al. Curitiba-PR: Criar Edições, 2006.

MAZZA, Márcia Maria Porto Rosseto. *Cuidar em família: análise da representação social da relação do cuidador em família com o idoso*. Dissertação (Mestrado em Saúde

Pública – USP), 2002, 103 p. Disponível em [http:// www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em 03/08/07.

MOITA LOPES, Luis Paulo (org.) *Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

NASCIMENTO. Celina Aparecida de Souza; CRUZ. Lorena Adami da. Discurso identidade e representação social do idoso. In: *Estudos Lingüísticos Vol XXXVI*, n.2 Lingüística Interfaces 54º Seminário do Gel, UNESP/UNIP, Araraquara, 2007. <http://gel.org.br/4publica-estudos>.

ORLANDI, Eni. P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de E.P. Orlandi et all. Campinas: UNICAMP, 1988.

_____. *Análise Automática do Discurso*. In *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: UNICAMP, 1993.

_____. *A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975)*. In: *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3 ed. Campinas: UNICAMP, 1997.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento?* Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas: Pontes, 2006.

POSSENTI, Sírio. Ainda sobre a noção de efeito de sentido. In: GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. 2 ed. São Carlos, 2003.

QUEIROZ, Ilza Alvez de; DURIGAN, Marlene. Discursos sobre a velhice: da campanha da fraternidade ao estatuto do idoso. In: GUERRA, Vânia M. L. (org.) *Olhares interdisciplinares na investigação sobre a linguagem*. Cáceres: UNEMAT, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SIQUEIRA, Renata Lopes de. A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. Artigo da dissertação de mestrado. Universidade Federal de Viçosa – MG. *Ciências & Saúde Coletiva*, 2002, vol. 7, n.4, ISSN 1413-8123. Disponível em <http://www.scielosp.org>. Acesso em 03/08/07.

SCHIRRMACHER, Frank. *A revolução dos idosos: o que muda no mundo com o aumento da população mais velha*. Trad. Maria do Carmo Ventura Wollny. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Em busca da história não contada ou: o que acontece quando o objeto começa a falar? In: INDURSKY, F; CAMPOS, M. do Carmo (orgs). *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2000.

VOGT, Carlos. *Linguagem, pragmática e ideologia*. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

Site: <http://pt.wikipedia.org>, acesso dia 16/08/07.

Site: <http://www.ibge.gov.br>, acesso em 16/08/07.

ANEXOS

ROTEIRO DO FORMULÁRIO

Este questionário tem por objetivo obter informações que consideramos relevantes para a nossa pesquisa, a respeito dos direitos do idoso que constam no Estatuto do Idoso.

Estas informações serão mantidas em caráter confidencial para utilização apenas para essa pesquisa. A casa de repouso da qual faz parte não terá acesso às respostas deste questionário e nem a qualquer outra informação que possivelmente possa ocorrer. Consideramos sua contribuição extremamente valiosa. Ficaremos, pois, gratos se responder a todas as questões formuladas.

Desde então, agradecemos, pois, sua colaboração, esperando saber utilizá-lo com espírito científico.

Instituição:

Cidade:

1 - Qual o seu nome?

2 - Qual a sua idade?

3 - É casado? Tem filhos? Quantos? Tem esposa(o)?

4 - Com que frequência seus filhos visitam o senhor (a) aqui?

5 - Como o senhor avalia seus filhos? (em se tratando de atenção, amor, respeito pelo senhor)

6 - O Senhor tem carinho por alguém de forma especial? Por quê?

7 - Morava com quem antes de vir para cá?

8 - De qual cidade o senhor veio? Por que veio?

9 - Há quanto tempo está aqui?

10 - O senhor tem acesso ao atendimento geriátrico (tratamento de doenças que ocorrem normalmente na terceira idade realizado por médico especialista em lidar com os Idosos), nos postos de saúde da sua cidade?

11 - O senhor tem acesso a medicamentos gratuitos, especialmente o de uso continuado, assim como prótese, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação?

- 12 - O Poder Público oferece algum tipo de programa educacional, tais como: lazer, curso, atividade física (esportiva), ginástica, passeio, etc. Comente.

- 13 - Há algum tipo de curso fornecido pelo poder público que tenha em seu conteúdo técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração social?

- 14 - O senhor tem acesso à escola? Considera importante a educação para o idoso? Por quê?

ROTEIRO DA ENTREVISTA

Instituição:

Endereço:

Cidade:

- 1 - O senhor tem conhecimento sobre os seus direitos que estão impressos no Estatuto do Idoso? Comente.
- 2 - Acha que seus direitos são respeitados? Por quê?
- 3 - O senhor é tratado com respeito e dignidade pela sociedade, dando-lhe preferência no atendimento seja nos bancos, na prefeitura, ou em qualquer órgão público que o senhor tenha acesso? Explique.
- 4 - O senhor sofre algum tipo de preconceito como idoso na sociedade? Explique.
- 5 - O que entende sobre justiça? Acha que há justiça no Brasil?
- 6 - O que o senhor entende sobre cidadania?
- 7 - O que é, para o senhor, “ser um cidadão brasileiro”?
- 8 - O senhor gosta de viver aqui? Por que (sim)? Por que (não)?
- 9 - O que o senhor faz aqui? e como se sente? É bem tratado?
- 10 - Como o senhor se vê?
- 11 - Conte um fato ou acontecimento que marcou a vida do senhor.

NORMAS PARA TRANSCRIÇÃO DOS DADOS ORAIS⁴⁰

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLIFICAÇÃO**
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	do nível de renda... () nível de renda nominal
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	E comé/e reinicia
Entonação enfática	maiúsculas	Porque as pessoas reTÊM moeda
Alongamento de vogal ou consoante (como s, r)	::podendo aumentar para::: ou mais	Ao emprestarem os...éh::: ...o dinheiro
Silabação	-	Por motivo tran-sa-ção
Interrogação	?	E o Banco...Central... certo?
Qualquer pausa	...	São três motivos... ou três razões... que fazem com que se retenha moeda... existe uma...retenção
Comentários descritivos do transcritor	((minúsculas))	((tossiu))
Comentários que quebram a seqüência temática da exposição; desvio temático	-- --	...a demanda de moeda –vamos dar essa notação—demanda de moeda por motivo
Superposição, simultaneidade de vozes	ligando as [Linhas	A. na casa da sua irmã [B. sexta-feira? A. fizeram lá... [B. cozinham lá?
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.	(...)	(...) nós vimos que existem...
Citações literais, reproduções de <i>discurso direto</i> ou leituras de textos, durante a gravação	“ “	Pedro Lima...ah escreve na ocasião... “O cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma baRREira entre nós” ...

⁴⁰ KOCH, Ingedore G. Villaça. A inter-ação pela linguagem, 1992.

Observações:

1. Iniciais maiúsculas; não se usam em início de períodos, turnos e frases.
2. Fáticos: *ah, éh, ahn, ehn, uhn, ta* (não por *está: tá? você está brava?*)
3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados.
4. Números: por extenso.
5. Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa).
6. Não se adota o *cadenciamento* da frase.
7. Podem-se combinar sinais. Por exemplo: *oh : : : ... (alongamento e pausa)*.
8. Não se utilizam sinais de *pausa*, típicos da língua escrita, como ponto-e-vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de *pausa*.

DOCUMENTO DE LÍNGUA ORAL: TRANSCRIÇÃO DOS DADOS

PESQUISADORA- (P)

DURAÇÃO DA GRAVAÇÃO: 2 horas e 30 minutos.

LOCAL DA ENTREVISTA: Obras Sociais do Centro Espírita Caibar Schutel.

CIDADE: Aparecida do Taboado - MS

ENTREVISTA 1

1- P: O senhor tem conhecimento sobre os seus direitos que estão impressos no Estatuto do Idoso? Comente...

OLI: "...NÃO...às vezes...certas partes...agente... até tem mais ou menos assim né..."

2- P: Acha que seus direitos são respeitados? Por quê?

OLI: "...viu...graças a Deus...sempre fui respeitado... e eu sei respeitá::... os outros também... né... porque da moda...do outro...eu não tenho estudo...MAS...a educação vem de berço né::... então... o que meus pais fez comigo...me bateu... certo...hoje ta servino...porque... se ele não me corrigisse...hoje eu era um malandro...qualquer coisa...né...então... o que ele fez pra mim...ele nõ me deu estudo...MAS...pelo menos educação... saber tratar os otos... isso aí..."

3- P: O senhor é tratado com respeito e dignidade pela sociedade, dando-lhe preferência no atendimento seja nos bancos, na prefeitura, ou em qualquer órgão público que o senhor tenha acesso? Explique.

OLI: "...graças a Deus aqui eles me tratam muito bem... eu trato eles muito bem... NÃO...banco... prefeitura... eu não vo em banco...em prefeitura...eles vão em banco...recebe pra mim...o povo da cidadi aí::...da moda do oto né::...tem muita liberdade com muita gente né..."

4- P: O senhor sofre algum tipo de preconceito como idoso na sociedade?

OLI: "...nada...eu ser idoso...não tem um pingu de malcriação por eu ser idoso...se eu vivi até nessa época...é porque da moda do oto...si eu não morri di novo...foi por isso que eu fiquei veio não é?..."

5- P: O que entende sobre justiça? Acha que há justiça no Brasil?

OLI: "...a justiça pra mim é um delegadu...um sordadu...é justiça pra mim... de um certo ponto não age não...porque...eu sou veio...vamo supô...se eu tiver com dinheiro...um mulequi aí na rua... me pega aí...me mete o corô...me toma o dinheiro...e eu não posso dá uma pancada nele que eu sô processado...e ele pode até mi mata:: e a lei é errada...não é...porque qui mesmo já aconteceu...matou um pobre de um veio por causa de dez conto...DEZ reais..."

6- P: O que o senhor entende sobre cidadania?

OLI: “...eu não entendo...eu sempre que agüenta...ir lá na rua...eu quero ser brasileiro...posso estar com oitenta ano...se eu agüentá...ir lá...eu voto...”

7- P: O que é , para o senhor, “ser um cidadão brasileiro”?

OLI: “pra mim...eu sou um cidadão brasileiro...não é?...eu considero muito...”

8- O senhor gosta de viver aqui? Por que (sim)? Por que (não)?

OLI: “bastanti... até já falei se eles pega minha mala e joga lá na rua ((risos)) eu volto pra cá...eu gosto do povo tudo aqui né...aqui pra mim tudo é amigo...pra mim tudo é amigo...que nem a TERE aí oh::...a companhia dela aí::...fais muitos anos que é o mandado dela...nóis conversa...”

9- P: O que o senhor faz aqui? E como se sente? É bem tratado?

OLI: “...óia...hoje o que eu faço...é só buscá um pão lá de manhã cedo...MAS...quando eu vim pra cá...di noite...era eu que oiava di noite...morria veio aí...era eu que dava banho...trocava...depois que ligava lá pra presidência.... se sinto muito contente....não se sinto mais contente agora...porque se acho doente né::...graças a Deus...”

10- P: O que o senhor faz aqui? E como se sente? É bem tratado?

OLI: “...eu no lugar que eu tô...eh:: MAS...um cara morar num asilo...tenho orgulho de morar nesse asilo....porque pra mim é bão...se fosse ruim eu não tava aqui mais....não é?...”

11- P: Conte um fato ou acontecimento que marcou a vida do senhor.

OLI: “...pra mim aqui da moda do oto....foi mió aqui pra mim...do que quando eu trabalhava....precisava martelá minha cabeça pra zela dos fios ((ele quis dizer filhos)) né...e hoje eu sei que como...bebo...durmo...”

ENTREVISTA 2

1- P: O senhor tem conhecimento sobre os seus direitos que estão impressos no Estatuto do Idoso? Comente.

BRA: “...estatuto?...não...esse negócio...eu não compreendo nada...”

2- P: Acha que seus direitos são respeitados? Por quê?

BRA: “...eu respeito todo mundo...eu respeito...eu respeito...”

3- P: O senhor é tratado com respeito e dignidade pela sociedade, dando-lhe preferência no atendimento seja nos bancos, na prefeitura, ou em qualquer órgão público que o senhor tenha acesso? Explique.

BRA: "...são respeitados..."

4- P: O senhor sofre algum tipo de preconceito como idoso na sociedade?

BRA: "...sofro nada...não...eu não sinto nada...as pessoas não respeita de jeito nenhum...eu não martrato ninguém...as pessoas pode me xinga:: pintá:: bordá:: eu não xingo ninguém...não bato...eu agüento o que eu pudé...güento...mas eu nõ tenho boca pra falá:: nada..."

5- P: O que entende sobre justiça? Acha que há justiça no Brasil?

BRA: "...uai...justiça nunca reclamei di justiça...claro que tem justiça aqui....tem justiça..."

6- P: O que o senhor entende sobre cidadania?

BRA: "...esse eu não compreendo..."

7- P: O que é , para o senhor, "ser um cidadão brasileiro"?

BRA: "...cidadão brasileiro?...esse eu não sei falar...isso pra mim tá por fora..."

8- O senhor gosta de viver aqui? Por que (sim)? Por que (não)?

BRA: "...eu gosto...porque o pobrema tá sendo na barriga...se não fosse esse pobrema eu não tava aqui não...tava na fazenda...trabaiando...eu tô aqui...por que do pobrema...da barriga..."

9- P: O que o senhor faz aqui? E como se sente? É bem tratado?

BRA: "...eu ajudo faxiná aqui...agora mesmo eu tava faxinando...eu hoje mesmo.... eu barri...eu graças ao bom Deus...eu se sinto bem aqui... bem...sô bem tratado..."

10- P: O que o senhor faz aqui? E como se sente? É bem tratado?

BRA: "...você vê...eu não como muito...minha comida é poca...no armoço você veja...eu como bem poquinho... na janta eu como mais um poquinho... pão eu não como porque resseca meu intistino..."

11- P: Conte um fato ou acontecimento que marcou a vida do senhor.

BRA: "...nada ruim nadinha...não tenho história nenhuma pra contar...eu só tenho alegria e amizade..."

ENTREVISTA 3

1-P: O senhor tem conhecimento sobre os seus direitos que estão impressos no Estatuto do Idoso? Comente.

JOS: "...conheço...não sei..."

2- P: Acha que seus direitos são respeitados? Por quê?

JOS: "...eu considero...por que considero..."

3- P: O senhor é tratado com respeito e dignidade pela sociedade, dando-lhe preferência no atendimento seja nos bancos, na prefeitura, ou em qualquer órgão público que o senhor tenha acesso? Explique.

JOS: "...sô...deve ser respeitado..."

4- P: O senhor sofre algum tipo de preconceito como idoso na sociedade?

JOS: "...não...as veis me dá atenção..."

5- P: O que entende sobre justiça? Acha que há justiça no Brasil?

JOS: "...eu não sei explicá...TER...tem né:::..."

6- P: O que o senhor entende sobre cidadania?

JOS: "...eu não entendo nada..."

7- P: O que é , para o senhor, "ser um cidadão brasileiro"?

JOS: "...ser brasileiro é respeitá todo mundo...é tê educação..."

8- O senhor gosta de viver aqui? Por que (sim)? Por que (não)?

JOS: "...eu gosto de viver...porque aqui trata a gente bem...dá pra comê... dá pra durmi..."

9- P: O que o senhor faz aqui? E como se sente? É bem tratado?

JOS: "...aqui não faço nada...aqui...não trabaio nada...eu não sei...tudo bem...porque meu pobrema é só a vista aqui... é todo dia pra operá...operá..."

10- P: Como o sehor se vê?

JOS: "...não sei explicá..."

11- P: Conte um fato ou acontecimento que marcou a vida do senhor.

JOS:"...não sei explicá..."

ENTREVISTA 4

1- P: O senhor tem conhecimento sobre os seus direitos que estão impressos no Estatuto do Idoso? Comente.

DIV: “...acho que mais ou menos né...tem um certo conhecimento...”

3- P: Acha que seus direitos são respeitados? Por quê?

DIV: “...mais ou menos né...nem sei o que seria isso né::nem todos segue direito né...”

3- P: O senhor é tratado com respeito e dignidade pela sociedade, dando-lhe preferência no atendimento seja nos bancos, na prefeitura, ou em qualquer órgão público que o senhor tenha acesso? Explique.

DIV: “...porque eu não saio mais né...aqui tem tudo né...”

4- P: O senhor sofre algum tipo de preconceito como idoso na sociedade?

DIV: “...não...aqui somos todos iguais...somos todos irmão...ninguém é melhor que o outro aqui...eu não pertenço a sociedade nenhuma eu não saio daqui::...”

5- P: O que entende sobre justiça? Acha que há justiça no Brasil?

DIV: “...pra alguns...não acho que é::...uma coisa geral não...pra alguns tem justiça...eu acho que para quem tem poder tem justiça....pra quem é humildi...não tem justiça nenhuma!...”

6- P: O que o senhor entende sobre cidadania?

DIV: “...uma pessoa que tem sentimento...que tem consideração...com quem ta com o nível mais baixo...cidadania...eu acho que as pessoas mesmo...ih::do lugar que está né...cheio de preconceito...é isso que é...”

7- P: O que é , para o senhor, “ser um cidadão brasileiro”?

DIV: “...é daqui do Brasil mesmo...um país humildi... um país cheio de preconceito...é isso que é...”

8- O senhor gosta de viver aqui? Por que (sim)? Por que (não)?

DIV: “...gosto sim...já vai pra dez anos né...se Deus quiser...pelo sossego né::...pela::...o conjunto que a gente tem...que às vezes a gente tá no meio da família... e tá excluída na família mesmo...e aqui é tudo igual...somos tudo irmão...tudo parente...”

9- P: O que o senhor faz aqui? E como se sente? É bem tratado?

DIV: “...ajudo na limpeza da manhã...o resto fico de papo pro r...ligo até a televisão na hora que eu quero...tenho liberdade aqui...aqui é bão...sô sim... todo mundo é bem tratado...”

10- P: Como o senhor se vê?

DIV: “... eu vejo que eu não sô ninguém né::...então...sou o que sou...não sou mais nem menos que ninguém...somos tudo igual...”

11- P: Conte um fato ou acontecimento que marcou a vida do senhor.

DIV: “...quando eu perdi os pais...que eu me vi só né::não tenho pai...nã tenho marido...não tenho ninguém...solitária...e só...”

ENTREVISTA 5

1- P: O senhor tem conhecimento sobre os seus direitos que estão impressos no Estatuto do Idoso? Comente.

IZO: “...NÃO...”

2- P: Acha que seus direitos são respeitados? Por quê?

IZO: “...são...por que eu trabaio...trabaiava né::...agora...fiquei doente...tá com cinco méis...que eu to doente...fiquei bobo da mão...deu uma dor nas perna...”

3- P: O senhor é tratado com respeito e dignidade pela sociedade, dando-lhe preferência no atendimento seja nos bancos, na prefeitura, ou em qualquer órgão público que o senhor tenha acesso? Explique.

IZO: “...não...aí fico mi devoeno...não sei responde pra senhora...”

4- P: O senhor sofre algum tipo de preconceito como idoso na sociedade?

IZO: “...eu não saio...sô bem tratado...sô...”

5- P: O que entende sobre justiça? Acha que há justiça no Brasil?

IZO: “...nada...sim...corre atrás duma...dum socorro...dá atenção o oto ((ele qui dizer outro))...”

6- P: O que o senhor entende sobre cidadania?

IZO: “...ai...num sei respondê ...ai eu num sei respondê pra senhora...”

7- P: O que é , para o senhor, “ser um cidadão brasileiro”?

IZO: “...ah::...também num sei respondê ((risos))...”

8- O senhor gosta de viver aqui? Por que (sim)? Por que (não)?

IZO: “...gosto por que aqui é bão...todo mundo mi trata bem...lá em casa eu tava jogado....”

9- P: O que o senhor faz aqui? E como se sente? É bem tratado?

IZO: “...nada...se sinto bem...sô...”

10- P: Como o senhor se vê?

IZO: “...ah:...fico deveno...eu não sei...”

11- P: Conte um fato ou acontecimento que marcou a vida do senhor.

IZO: “...num sei também...não sei...fico deveno pra senhora...”

ENTREVISTA 6

1- P: O senhor tem conhecimento sobre os seus direitos que estão impressos no Estatuto do Idoso? Comente.

ANT: “...nunca ouvi falá não...nunca...”

2- P: Acha que seus direitos são respeitados? Por quê?

ANT: “...são...acho né...”

3- P: O senhor é tratado com respeito e dignidade pela sociedade, dando-lhe preferência no atendimento seja nos bancos, na prefeitura, ou em qualquer órgão público que o senhor tenha acesso? Explique.

ANT: “...não...”

4- P: O senhor sofre algum tipo de preconceito como idoso na sociedade?

ANT: “...não...”

5- P: O que entende sobre justiça? Acha que há justiça no Brasil?

ANT: “...olha...a justiça é boa né...”

6- P: O que o senhor entende sobre cidadania?

ANT: “...assim...eu não sei respondê...”

7- P: O que é, para o senhor, “ser um cidadão brasileiro”?

ANT: “...bão...cidadão brasileiro tem que ser...”

8- O senhor gosta de viver aqui? Por que (sim)? Por que (não)?

ANT: "...acho bão...é porque a gente é sozinho né::...não tem pra onde ir né::pra ota ((ele quis dizer outra))...parti..."

9- P: O que o senhor faz aqui? E como se sente? É bem tratado?

ANT: "...bão...as veis varro...faço uma faxina aí::...né...tem dia que ajudo arrumá as camas...bem...sô..."

10- P: Como o senhor se vê?

ANT: "...satisfeito né::..."

11- P: Conte um fato ou acontecimento que marcou a vida do senhor.

ANT: "...bão...o acontecimento...é que deixei a família em oto lugar né::...vim pra cá né...só isso..."

PESQUISADORA- (P)

DURAÇÃO DA GRAVAÇÃO: 2 horas e 30 minutos.

LOCAL DA ENTREVISTA: Lar dos Idosos e Assistência Social São Francisco

CIDADE: Cassilândia - MS

ENTREVISTA 1

1- P: O senhor tem conhecimento sobre os seus direitos que estão impressos no Estatuto do Idoso? Comente.

FLA: "...não eu não tenho muito conhecimento...assim...já ouvi falá...MAS...não tenho conhecimento assim não..."

2- P: Acha que seus direitos são respeitados? Por quê?

FLA: "...ah::...são...porque eu acho que...os meus direitos que eu acho que é...é receber...a minha aposentadoria....pago certinho...me devolve o oto certinho pra mim né::...eu acho que é esse o direito que eu tenho aqui dentro do asilo..."

3- P: O senhor é tratado com respeito e dignidade pela sociedade, dando-lhe preferência no atendimento seja nos bancos, na prefeitura, ou em qualquer órgão público que o senhor tenha acesso? Explique.

FLA: “...sô...não...depois que eu entrei aqui...nunca fui em banco não...depois que eu entrei aqui...nunca fui na prefeitura...eles fais tudo pela gente né...”

4- P: O senhor sofre algum tipo de preconceito como idoso na sociedade?

FLA: “...ah::eu não me sinto não ((risos)0...ah::porque eu num sei...se é meu espírito...eu não sei...eu acho que eu sô jovem ainda::eu não me considero assim di idoso não...”

5- P: O que entende sobre justiça? Acha que há justiça no Brasil?

FLA: “...ah::filha agora você me pegou pela perna...eu não sei nada de justiça não...tem...mas acho que não tá obrando nada não...pelo que a gente vê na televisão...não tem justiça nenhuma...”

6- P: O que o senhor entende sobre cidadania?

FLA: “...não...isso aí...eu não entendo nada não...nem votando eu tô mais...”

7- P: O que é , para o senhor, “ser um cidadão brasileiro”?

FLA: “...ah::eu sinto muito brasileiro viu...e gosto da minha terra...”

8- O senhor gosta de viver aqui? Por que (sim)? Por que (não)?

FLA: “...gosto...porque...não tem o lugar pra mim ficá... e meu filho qué me levá:: pra São Paulo...e pra São Paulo eu não vô mais...e o povo aqui é tudo bão pra mim...”

9- P: O que o senhor faz aqui? E como se sente? É bem tratado?

FLA: “...aqui eu não faço nada...MAS...e quando eu tava bom da perna...eu ajudava as menina aí serví...a mesa...né...ajudava a lavá a casa...eu se sinto uma maravilha...eu tô sentindo ((ele chorou nesse momento da entrevista)) triste agora tudo por causa dessa perna agora...sô...”

10- P: Como o senhor se vê?

FLA: “...como se vê?...eu alegre...”

11- P: Conte um fato ou acontecimento que marcou a vida do senhor.

FLA: “...o que marcô a minha vida?...olha a única coisa que eu recordo...na minha vida...eu fui casado...a mulhé era...muito boazinha...MAS...só que depois que ela ficou muito braba comigo...aí...o que marcô na minha vida...aí eu vim pra Coxim... a coisa mais linda que marcô na minha vida foi vê o Pantanal...eu queria morá lá ((risos)) mas eu não podia...porque eu tinha a perna quebrada ((ele tem uma das pernas amputada))...eu não podia mora lá...o que marcô mais na minha vida foi aquele Pantanal...”

ENTREVISTA 2

1- P: O senhor tem conhecimento sobre os seus direitos que estão impressos no Estatuto do Idoso? Comente.

FIL: "...não..."

2- P: Acha que seus direitos são respeitados? Por quê?

FIL: "... não...oh::porque hoje...não existe respeito mais...se não me respeita...o asilo por exemplo...sô um internado...MAS...acho que sou mal respeitado...dana mais com a gente...chama a gente a atenção...por uma coisa que a gente não deve...então no meu modo de entendê...acredito que seja isso..."

3- P: O senhor é tratado com respeito e dignidade pela sociedade, dando-lhe preferência no atendimento seja nos bancos, na prefeitura, ou em qualquer órgão público que o senhor tenha acesso? Explique.

FIL: "...sô...nossa senhora::...em primeiro lugar...é...eu toda vida fui uma pessoa de nome limpinho...tive um bom crédito nos bancos...eu nunca deixei um negócio meu passar do dia pra acerta...quarquê lugar que eu chegar...quisé compra fiado eu tenho crédito...com toda especialidade...por toda vida...sempre tive nome bão::...e por toda vida sempre foi assim desse jeito..."

4- P: O senhor sofre algum tipo de preconceito como idoso na sociedade?

FIL: "...ah::sofro...ah::porque:: a farta das coisa que a gente passa né...tanta fartura que já possuí na minha vida...coiseira e hoje a minha família...fazê isso om a gente...que eu fiquei velho...e ninguém ligá:: a gente tem vontade de possuí aquelas coisa...comê bem ...as comida que a gente usava...e hoje tudo é diferente...hoje tudo é diferente...hoje tudo é mandado...se mandá a gente come lavagem tem que comê...desse jeito..."

5- P: O que entende sobre justiça? Acha que há justiça no Brasil?

FIL: "...ói di justiça...já expliquei pra senhora que eu não tenho estudo né...as veis nem tem como respondê pra senhora...que eu não intendo né...eu acredito que tem...pra quem tem dinheiro...pra quem não tem...não tem justiça..."

6- P: O que o senhor entende sobre cidadania?

FIL: "...então...é uma consideração de amizade que eu tenho com o povo...essa parte aí..."

7- P: O que é, para o senhor, "ser um cidadão brasileiro"?

FIL: "...ué::...orque::eu nasci aqui::...né...criei aqui...minha vida...foi uma vida mais ou menos...porque a gente tinha muita saúde...muita amizade...toda vida...foi uma vida controlada...e agora depois de velho..."

8- O senhor gosta de viver aqui? Por que (sim)? Por que (não)?

FIL: "...de jeito nenhum...ah::porque::a vida aqui é muito preso..."

9- P: O que o senhor faz aqui? E como se sente? É bem tratado?

FIL: "...nada...contrariado...bem tratado..."

10- P: Como o senhor se vê?

FIL: "...eu me vejo assim...um pessoa acoagido ((quis dizer coagido)...num tenho...minhas brincadeira que eu usava tanto...a gente fica aqui oh::até sem jeito de brincá...é danado pra toma rebocada ((quis dizer ser chamado a atenção))...é danado pra pessoa inventá coisa...reclamá pra ela...chama a gente a atenção...tem muita dificuldade..."

11- P: Conte um fato ou acontecimento que marcou a vida do senhor.

FIL: "...liche tem muita coisa que a gente guarda por lembrança ((risos))...possuí muita coisa boa...possuí fazenda...possuí gado...possuí muita casa...possuí crédito...eu...quando::...eu quebrei eu tinha um nome tão grande:: que eu peguei mais de 200 mil de endosso...aqui em Cassilândia... e esse filho que me largou na tapera...me comeu o resto do meu capital tudinho...porque sobrou dinheiro de cento e poucas vacas que eu tinha...eu emprestei duas folhas de cheque que eu tinha...pro meu genro...ele foi no banco catô meu dinheiro tudinho...eu tive que procura o asilo mesmo...não teve jeito..."

ENTREVISTA 3

1- P: O senhor tem conhecimento sobre os seus direitos que estão impressos no Estatuto do Idoso? Comente.

JOS: "...não...não..."

2- P: Acha que seus direitos são respeitados? Por quê?

JOS: "...eu tô desconfiado né...é porque fica tudo aí...eu acho que...eu acho...porque eu nãoo entendo nada né..."

3- P: O senhor é tratado com respeito e dignidade pela sociedade, dando-lhe preferência no atendimento seja nos bancos, na prefeitura, ou em qualquer órgão público que o senhor tenha acesso? Explique.

JOS: "...eu não vou em banco...nunca mexi com isso aí..."

4- P: O senhor sofre algum tipo de preconceito como idoso na sociedade?

JOS: "...não..."

5- P: O que entende sobre justiça? Acha que há justiça no Brasil?

JOS: “...eu não entendo o que a senhora está falando...que existe...existe né...eu acho...”

6- P: O que o senhor entende sobre cidadania?

JOS: “...eu não entendo nada...eu não entendo...”

7- P: O que é, para o senhor, “ser um cidadão brasileiro”?

JOS: “...é que eu nasci no Brasil...”

8- O senhor gosta de viver aqui? Por que (sim)? Por que (não)?

JOS: “...eu vivo aqui porque é preciso...eu não gosto...porque aqui...a gente não manda na gente...”

9- P: O que o senhor faz aqui? E como se sente? É bem tratado?

JOS: “...eu não faço nada...só comê...deitá...e tomá banho...eu sinto é isso aqui::qui não tá certo...não senhora... porque eu vô explicá certo pra senhora...porque não vem ninguém aqui pra jantá...aqui:: MAS...mistura não tem...carne que é bom...nem...”

10- P: Como o senhor se vê?

JOS: “...ah:: eu penso que pra mim tá errado...pra mim ta ((percebe-se que ele não entendeu a pergunta))...”

11- P: Conte um fato ou acontecimento que marcou a vida do senhor.

JOS: “...o que marcô pra mim...foi meu casamento...”

ENTREVISTA 4

1- P: O senhor tem conhecimento sobre os seus direitos que estão impressos no Estatuto do Idoso? Comente.

ORL: “...tenho...direitos?...”

2- P: Acha que seus direitos são respeitados? Por quê?

ORL: “...que aqui::trata assim a gente bem...não é assim...sem educação assim com a gente...trata a gente bem...com respeito...”

3- P: O senhor é tratado com respeito e dignidade pela sociedade, dando-lhe preferência no atendimento seja nos bancos, na prefeitura, ou em qualquer órgão público que o senhor tenha acesso? Explique.

ORL: “...sô...banco eu não tenho conhecimento com banco...eu não mexo com deposita dinheiro né::ih:: com cheque...com essas coisas eu não mexo com isso né...MAS...na parte bancária...eu acho que eles trata a gente bem...”

4- P: O senhor sofre algum tipo de preconceito como idoso na sociedade?

ORL: “...não...”

5- P: O que entende sobre justiça? Acha que há justiça no Brasil?

ORL: “...justiça é um procedimento di direito...di lei...lei é um direito né:: e justiça no Brasil é bão...”

6- P: O que o senhor entende sobre cidadania?

ORL: “...cidadania::...eu não entendo essa palavra...”

7- P: O que é , para o senhor, “ser um cidadão brasileiro”?

ORL: “...é...agora não sei respondê...né...”

8- O senhor gosta de viver aqui? Por que (sim)? Por que (não)?

ORL: “...di viver aqui::...não tô gostando muito não...porque eu trabaiava em fazenda...era sarado das vistas né...aí eu trabaiava em fazenda...”

9- P: O que o senhor faz aqui? E como se sente? É bem tratado?

ORL: “...aqui além do servicinho que tem lá no novo ((se refere ao asilo novo que está sendo construído em Cassilândia))...ajudá a fazer um cigarro aí...algum dia discascá uma verdura...MAS...ela leva nós pra trabaiá lá...lá eu sinto melhor do que aqui...porque lá tá distraindo a gente...somos...sobre alimento não é muito bão não...MAS...alimento...carne que é bão mesmo...na janta assim é abroba ((quis dizer abóbora))...”

10- P: Como o senhor se vê?

ORL: “...tá bom pra mim...alegre...”

11- P: Conte um fato ou acontecimento que marcou a vida do senhor.

ORL: “...marcou?...que eu tô lembrado... nada não...”

ENTREVISTA 5

1- P: O senhor tem conhecimento sobre os seus direitos que estão impressos no Estatuto do Idoso? Comente.

JOS: “...não...eu sô novato aqui...”

2- P: Acha que seus direitos são respeitados? Por quê?

JOS: “...não quer dizer...respeitado sim...como a gente tá di idadi um véi ((quis dizer velho))...tem que respeita o oto né...”

3- P: O senhor é tratado com respeito e dignidade pela sociedade, dando-lhe preferência no atendimento seja nos bancos, na prefeitura, ou em qualquer órgão público que o senhor tenha acesso? Explique.

JOS: “...graças a Deus sô...”

4- P: O senhor sofre algum tipo de preconceito como idoso na sociedade?

JOS: “...não...graças a Deus aqui dentro da cidadi...eu sô bem rspeitado...igual na prefeitura...em tudo quanto é lugar que eu chego sô...bem tratado né...”

2- P: O que entende sobre justiça? Acha que há justiça no Brasil?

JOS: “...justiça?...eu não sei compreende nada né...tem que tê né...”

6- P: O que o senhor entende sobre cidadania?

JOS: “... isso aí...eu não compreendo de jeito nenhum...”

7- P: O que é, para o senhor, “ser um cidadão brasileiro”?

JOS: “...eu também não compreendo isso aí...”

8- O senhor gosta de viver aqui? Por que (sim)? Por que (não)?

JOS: “...é que eu ocupo isso aqui...mas eu gosto mesmo é da minha casinha né...”

9- P: O que o senhor faz aqui? E como se sente? É bem tratado?

JOS: “...nada...e enquanto eu tive perrengado e a minha casinha lá abandonada...tem dia que se sinto bem...tem dia que se sinto mal...tem dia que eu sinto fraqueza...dói aqui ((ele pôs a mão na cabeça))...graças a Deus sô bem tratado aqui...”

10- P: Como o senhor se vê?

JOS: “...não...só alegre...porque...não tem tristeza comigo...”

11- P: Conte um fato ou acontecimento que marcou a vida do senhor.

JOS: “...não...se alguém me joga pedra...só que aí eu não dô confiança...só quero amizade...amizade que eu gosto...”

PESQUISADORA- (P)

DURAÇÃO DA GRAVAÇÃO: 2 horas e 30 minutos.

LOCAL DA ENTREVISTA: Lar Paraíso dos Velinhos

CIDADE: Inocência- MS

ENTREVISTA 1

1- P: O senhor tem conhecimento sobre os seus direitos que estão impressos no Estatuto do Idoso? Comente.

JOA: "...ah::...eu não tenho né...MAS acredito que tem né...mas eu não tenho...eu não avalio nada disso aí..."

2- P: Acha que seus direitos são respeitados? Por quê?

JOA: "...ah:: dona...eu vou falar pra senhora...eu tô meio confuso...porque::meus direitos respeitados...aqui dentro é bom né...eu não sei respondê..."

3- P: O senhor é tratado com respeito e dignidade pela sociedade, dando-lhe preferência no atendimento seja nos bancos, na prefeitura, ou em qualquer órgão público que o senhor tenha acesso? Explique.

JOA: "...aqui dentro...aqui dentro sô graças a Deus...bem tratado em todo canto a muié ((quis dizer mulher)) leva nós aí pra festa...festinha...e todo mundo trata a gente bem...falá o que é verdade né...em banco ainda não fui não é...num sei..."

4- P: O senhor sofre algum tipo de preconceito como idoso na sociedade?

JOA: "...não...não sei..."

5- P: O que entende sobre justiça? Acha que há justiça no Brasil?

JOA: "...sobre justiça?...como eu vô tê idéia de respondê isso aí hein?...eu acho que a justiça é boa...porque tem que tê justiça... o mundo pega fogo...porque com a justiça é do jeito que é::...e se não tivé?...óia::muito poça em?...muito poça...eu avalio porque a justiça as veis tira o direito de um pra dá pro oto...e não pode né..."

6- P: O que o senhor entende sobre cidadania?

JOA: "...cidadania::...a cidadania é boa né::...é bom sendo que a gente vai lá e vota...é bom né...tá passando...tá andando né...então é bom..."

7- P: O que é, para o senhor, "ser um cidadão brasileiro"?

JOA: "...é bom... acho bom...a coisa melhó do mundo é ser cidadão brasileiro...ele vai pra onde ele qué...ele vai pra onde ele qué...ele sai...pra onde ele qué...ele...fais a vida dele né...ué...tem que fazê com respeito e educação né...porque andá no mundo tem que andá direito..."

8- O senhor gosta de viver aqui? Por que (sim)? Por que (não)?

JOA: "...aqui no asilo?...Dona?...eu gosto porque sô obrigado... o povo é tudo bom...mas eu num sô contente...porque que eu diguisso? ((ele quis dizer digo isso)) que sô obrigadu...porque eu num tem lugá pra í ((ele quis dizer para ir))... eu num tenho família aqui...eu num tenho primo...eu num tenho parenti...eu num tenho subrinhu...eu num güentu trabaiá... eu tava trabaiando...e elas são muito boa...então...eu tenho que ficá é aqui mesmo...eu não tenho oto lugá..."

9- P: O que o senhor faz aqui? E como se sente? É bem tratado?

JOA: "...nada...aqui dentro eu não faço nada...não güento tamém...eu me sinto um homem morto...vou falá pra senhora bem a verdade...eu tem dia que eu choro dentro do quarto...eu me sinto um homem morto...porque eu trabaiava aqui perto mesmo...ia daqui pra Água Clara...minha vida era trabaiá...chegava da rua era cuzinhero...dava certo né...que eu era sortero...não tinha mulhé na época...vortava e agora não güento trabaiá...um home desse é morto né?...sô bem tratado...eu me sinto morto assim...porque não tem diversão...tem diversão assim porque elas leva...hoje não tenho dinheiro...não tenho nada..."

10- P: Como o senhor se vê?

JOA: "...como eu me vejo?...eu num sei respondê pra senhora...eu me vejo um home morto...falá bem a verdade...não tenho alegria mais...pra mim a alegria acabô...com toda a bondade deles aqui dentro...pra mim a alegria acabô...pra mim alegria eu não tenho...eu já falei pra ela aí mesmo ((ele se refere à diretora do asilo))..."

11- P: Conte um fato ou acontecimento que marcou a vida do senhor.

JOA: "...ah::só doença...eu já tive essa doença uma vez em São Paulo...a capital né,,lá::eu tava quase morto...dessa mesma doença ((essa doença que ele fala é o derrame))...fui no hospital das clínicas...lá graças a Deus fiquei bonzinho...e depois que chegue aqui arruinô...lá nesse tempo eu era novo ainda né...e agora:: diz o médico que é difíci...e eu tê cuidado pra não dá ota...se dé eu não escapo...ou alejo duma veis..."

ENTREVISTA 2

1- P: O senhor tem conhecimento sobre os seus direitos que estão impressos no Estatuto do Idoso? Comente.

JOSI: "...se eu conheço o estatuto do idoso?...tô por fora..."

2- P: Acha que seus direitos são respeitados? Por quê?

JOSI: "...olha::...tem que ser respeitado...e eu também sô respeitado...porque eu respeito todo mundo e todo mundo eu respeito...e ota...o povo da lei eu respeito cada vez mais...entendeu? ((fala com um tom áspero))...sei que merece todo mundo...tê respeito...mas se a pessoa for da lei...não tem nem como...né..."

3- P: O senhor é tratado com respeito e dignidade pela sociedade, dando-lhe preferência no atendimento seja nos bancos, na prefeitura, ou em qualquer órgão público que o senhor tenha acesso? Explique.

JOSI: “...olha graças a Deus tenho...uma que eu não frequento a sociedade...tendo gente graúda eu não vô lá ((risos)) disculpa eu falá assim né...tendo gente graúda...eu nunca fui di sociedade...eu nunca fui assim di trabaiá em firma...”

4- P: O senhor sofre algum tipo de preconceito como idoso na sociedade?

JOSI: “...é...tem uns que as veis a gente precisa fala pra ele não...não...o nome que o meu pai e a minha mãe mi pois é esse assim...assim...foi J B da Silva...inda onti mesmo eu respondi::um di quarenta e quatro anos...o meu nome...que o meu pai e minha mãe mi pois...foi J B da Silva...que eu gosto sempre quando eu converso com quarquê um...eu acho que a gente tem o direito de perguntá...o direito de ser tratad pelo nome certo que o pai e a mãe POIS ((ele frisou muito isto))...bom eu tô falando assim...mas não repara não...que eu ignoro...”

5- P: O que entende sobre justiça? Acha que há justiça no Brasil?

JOSI: “...bem pocas coisas...eu intendo muito...pocas coisa...parece que vem escorregando muito...eu acho que devia ser uma coisa mais sincero...uma coisa sei lá...”

6- P: O que o senhor entende sobre cidadania?

JOSI: “...isso aí eu tô por fora né...porque farta di estudo né...”

7- P: O que é, para o senhor, “ser um cidadão brasileiro”?

JOSI: “...eu acho que é tê::...que é assim né...a pessoa ter palavra né...fala...coisa...sim...sim...sim...né...quando...é...não...é...não...não...não...né::ninguém é obrigadu a trata uma coisa com a pessoa e não cumpri...ninguém é obrigadu...mas depois que trata é obrigadu a cumpri...não é?...”(IN)

8- O senhor gosta de viver aqui? Por que (sim)? Por que (não)?

JOSI: “...eu gosto né...é aqui que eu tô comendotô bebendo...tô dormindo...é aqui...eu acho que tem que gostá... graças a Deus sô estimado né...”

9- P: O que o senhor faz aqui? E como se sente? É bem tratado?

JOSI: “...nada...só comê...dormí...se sinto bem... graças a Deus sô liberado toda quarta-feira...dia de sábado...domingo...hoje se Deus quiser quero ir...vô na Congregação Cristã do Brasil...entendeu?...sô...”

10- P: O que o senhor faz aqui? E como se sente? É bem tratado?

JOSI: “...olha...eu mi vejo assim::...sozinho...ô meu Deus...eu não tenho filho...eu não tenho pai...não tenho mãe...irmão...sumidu pra lá...não sei pra onde...nem sei notícias

deles...eu tive esse negócio...sei lá não sei o que foi...como eu falo...um espírito de andarilho no mundo né...um espírito de andarilho no mundo...saí pro mundo...e fico pensando...hoje em dia eu fico aí oh::não tenho mãe...não tenho filho...”

11- P: Conte um fato ou acontecimento que marcou a vida do senhor.

JOSI: “...hoje eu não tô recordano muito bem das coisas...hoje eu tô meio gagá...parece que a pressõ atacô um poco na cabeça...e esses dias mesmo graças a Deus eu tava tão bom da pressão...tava bom mesmo...mas hoje eu tô...eu acho que já sô cabeçudo... e parece que a tal da pressão tem hora que enche...tem hora que esvazeia...”

ENTREVISTA 3

1- P: O senhor tem conhecimento sobre os seus direitos que estão impressos no Estatuto do Idoso? Comente.

NAS: “...não...não...não...”

2- P: Acha que seus direitos são respeitados? Por quê?

NAS: “...ah::é respeitado né...é porque a gente respeita todo mundo...e eu acho que a pessoa tem o direito de ser respeitado...não tem?...não é verdade?...”

3- P: O senhor é tratado com respeito e dignidade pela sociedade, dando-lhe preferência no atendimento seja nos bancos, na prefeitura, ou em qualquer órgão público que o senhor tenha acesso? Explique.

NAS: “...tenho...então eu sei porque a gente dá o respeito...a gente trata bem...e a sociedade trata a gente bem também...”

4- P: O senhor sofre algum tipo de preconceito como idoso na sociedade?

NAS: “...é...não eu não sinto nada...porque isso aí::a gente considera todos né...eu acho que as pessoas considera...pelo jeito que a pessoa trata a gente né...”

5- P: O que entende sobre justiça? Acha que há justiça no Brasil?

NAS: “...a justiça é o direito né...que a pessoa tem...qué dizê se ele andá errado...não tem justiça com ele não é?...hoje né...se não tivé justiça...como age no mundo?...”

6- P: O que o senhor entende sobre cidadania?

NAS: “...isso aí agora eu não entendo...viu...agora eu não posso explicá pra senhora viu...”

7- P: O que é, para o senhor, “ser um cidadão brasileiro”?

NAS: “...cidadão brasileiro...ai...ai...ai...é porque a gente tem que...tem que andá certo no mundo não é verdade?... pra mode pudê ser cidadão pra todo lugar...”

8- O senhor gosta de viver aqui? Por que (sim)? Por que (não)?

NAS: “...óia a gente vive aqui...porque é obrigado...mas que é bom não é né...sabe o pobrema é que a gente gosta de vivê trabaiano né...e aqui a gente vive só parado né...e não vira...e a gente que vive com saúde pra mode a gente se vê com as coisa...a gente ñ é acostumado a ficar queto...”

9- P: O que o senhor faz aqui? E como se sente? É bem tratado?

NAS: “...aqui quer dizer...que aqui só aguardo repouso...eu...eu...sento na hora que eu tô trabaiano eu sento pobrema de pé...porque eu sento doraiada nos pé sabe...graças a Deus...”

10- P: Como o senhor se vê?

NAS: “...eu se vejo contente...alegre né...eu sô uma pessoa que não gosta de tristeza sabe...eu quero vivê sempre alegre...”

11- P: Conte um fato ou acontecimento que marcou a vida do senhor.

NAS: “...minha vida foi...ih::eu quando eu perdi meus pais...muito tempo depois eu saí pelo mundo...com dezessete anos di idadi...então dessa época pra cá só andando...então quer dizer que...sempre tive vida boa...MAS...por causa de doença...então acabei...né...entendeu...porque eu...aqui em Inocência eu já tive recurso bom...mas como fica doente...”

ENTREVISTA 4

1- P: O senhor tem conhecimento sobre os seus direitos que estão impressos no Estatuto do Idoso? Comente.

SEB: “...não senhora...não...”

2- P: Acha que seus direitos são respeitados? Por quê?

SEB: “...eu acho que é...porque tem que respeitá né...respeitando assim né...eu acho que a gente...a hora que o pessoal respeita a gente...a gente respeita ele também...”

3- P: O senhor é tratado com respeito e dignidade pela sociedade, dando-lhe preferência no atendimento seja nos bancos, na prefeitura, ou em qualquer órgão público que o senhor tenha acesso? Explique.

SEB: “...sô sim senhora...sô bem atendido...não sei...não senhora...”

4- P: O senhor sofre algum tipo de preconceito como idoso na sociedade?

SEB: “...não...não senhora...não sei...”

5- P: O que entende sobre justiça? Acha que há justiça no Brasil?

SEB: "...a justiça pra mim...bão...não sei se eu vou falá errado...eu acho que eu entendo...é a gente respeita né...é respeitá a justiça...existi muito...porque se não existissi a justiça o que nós ia fazê então...de forma que a gente tem que respeita né..."

6- P: O que o senhor entende sobre cidadania?

SEB: "...esse eu não sei...cidadania?...eu não sei..."

7- P: O que é, para o senhor, "ser um cidadão brasileiro"?

SEB: "...sê um cidadão brasileiro?...eu acho que isso aí pra mim é bão...porque eu sô bão pros oto...é os zoto ((ele quis dizer outros)) é bão pra mim né..."

8- O senhor gosta de viver aqui? Por que (sim)? Por que (não)?

SEB: "...ichi!dimais...é porque eu sô bem trtado né..."

9- P: O que o senhor faz aqui? E como se sente? É bem tratado?

SEB: "...eu aqui...eu faço::...eu ajudo na cozinha...eu ajudo servi mesa...eu ajudo tirá mesa...as veis quando... o funcionário não tá aí...eu ajudo leva eles no banheiro...quando a chefe tá aí sozinha que não tem quem dá banho...eu ajudo dá banho nos di cadeira...eu se sinto bem graças a Deus...sô bem tratado graças a Deus..."

10- P: Como o senhor se vê?

SEB: "...porque eu si vejo bem...graças a Deus...alegre com todo mundo...nõ tem mal amizadi com ninguém..."

11- P: Conte um fato ou acontecimento que marcou a vida do senhor.

SEB: "...na minha vida?...quando eu tava com a minha família...a vida era ruim...porque a minha família tinha um filho né home...e ele quase não incomoda comigo...e ele bebia muito...e além dele bebe...ele mandava eu bebe...e eu bebia também junto né...aí depois apartô uma casinha pra mim lá aonde eles mora... aí eu comecei a leváa bebida e pô debaixo da cama...e eu levantava de madrugada...bebia até...ficava bêbado...e aí eu ficava ruim...rui...ruim... aí essa mulhé ((ele se refere à diretora do asilo))...me pegô...me levô... pra lá pro hospitá...eu fiquei lá...e aí nisso eu fiquei...mais de vinte dias...e o médico falo pode tiráa ele daqui que não tem mais jeito...que esse vai morrê mesmo...e graças a Deus ta com quatro anos que eu larguei...e eu não quero mais bebida nenhuma..."

ENTREVISTA 5

1- P: O senhor tem conhecimento sobre os seus direitos que estão impressos no Estatuto do Idoso? Comente.

VIL: "...sei lá tá muito difícil..."

2- P: Acha que seus direitos são respeitados? Por quê?

VIL: “...acho que uma parte sim...ah::essa justiça de hoje sabe como é que é...”

3- P: O senhor é tratado com respeito e dignidade pela sociedade, dando-lhe preferência no atendimento seja nos bancos, na prefeitura, ou em qualquer órgão público que o senhor tenha acesso? Explique.

VIL: “...sou respeitada...ah::que nem no posto...no hospital...nos bncos...muitos lugares...o idoso tem a preferência né...”

4- P: O senhor sofre algum tipo de preconceito como idoso na sociedade?

VIL: “...não...porque sô idosa né...”

5- P: O que entende sobre justiça? Acha que há justiça no Brasil?

VIL: “...a gente sabe...mas não sabe explicá...há muito poca ((quis dizer pouca))...”

6- P: O que o senhor entende sobre cidadania?

VIL: “...ah::eu não entendo...nenhuma idéia...”

7- P: O que é, para o senhor, “ser um cidadão brasileiro”?

VIL: “...sei lá...como é que eu vou dizer? ...é muito difícil a pergunta...”

8- O senhor gosta de viver aqui? Por que (sim)? Por que (não)?

VIL: “...gosto porque o clima é bom...a gente não sofre da seca...da geada...e é muito gostoso aqui...e a gente já morou em região assim da seca...da geada...e isso não aconteceu aqui...”

9- P: O que o senhor faz aqui? E como se sente? É bem tratado?

VIL: “... só doméstica...eu me sinto feliz...descansada...antes a vida era sofrida...trabalhava na roça...hoje estou descansada...recebo minha aposentadoria...a cada trinta dias...”

10- P: Como o senhor se vê?

VIL: “...eu me sinto feliz...além de não ter saúde...eu me sinto feliz...vou levando a vida assim...”

11- P: Conte um fato ou acontecimento que marcou a vida do senhor.

VIL: “... o que eu não me esqueço...quando fiquei mal...quase morri...fiquei trinta dias no hospital...quando me deu tétano...aí gastei muita coisa das era que meu pai me dera de herança...não fico pensando nisso aí...eu vou levando...”

PESQUISADORA- (P)

DURAÇÃO DA GRAVAÇÃO: 2 horas e 30 minutos.

LOCAL DA ENTREVISTA: Obra Social Nossa Senhora Sant' Ana.

CIDADE: Paranaíba- MS

ENTREVISTA 1

1- P: O senhor tem conhecimento sobre os seus direitos que estão impressos no Estatuto do Idoso? Comente.

JOS: "...conheço...eu sô analfabeto...viu eu não compreendi não...meu estudo é muito poco... e agora fiquei surdo...e tenho também agora as vista minha direita apagô mesmo..."

2- P: Acha que seus direitos são respeitados? Por quê?

JOS: "...meus direitos é...respeitado... graças a Deus...pelo carinho que eu tenho...da minha família..."

3- P: O senhor é tratado com respeito e dignidade pela sociedade, dando-lhe preferência no atendimento seja nos bancos, na prefeitura, ou em qualquer órgão público que o senhor tenha acesso? Explique.

JOS: "...sô...oh:: eu sempre vô com o nosso presidente...ele me leva lá...seu zé o senhor tem que falá lá alguma palavra...pra eles lá grava...o que o sinhô ta falando...então vamo comigo...então eu chego lá...é o sinhô J Q?...é esse aqui...então ele veio assisti...falaa com vocês aqui do banco do Brasili...que é aqui que eu pego o dinheiro dele..."

4- P: O senhor sofre algum tipo de preconceito como idoso na sociedade? Explique.

JOS: "...ruim tem demais...tem muita gente ruim...que é ota nação di gente...di modo que aqui tem um baiano...ele tem um apelido de baiano chapéu preto...que nós dormi num quarto só...ele já brigô comigo lá...o sinhô não devia vir pra cá...que é amigo do sinhô...e pois eu aqui..."

5- P: O que entende sobre justiça? Acha que há justiça no Brasil?

JOS: "...eu não sei dá resposta...acho que precisa tê...se não tem...precisa tê..."

6- P: O que o senhor entende sobre cidadania?

JOS: "...eu não sei responde viu...olha uma veis eu tava num asilo em AT...chegô um parente meu...ele candidatô a prefeito...chama o José...como é que é o nome dele...eu tem hora que eu vacilo...ah::minha cabeça ta muito fraca já...é o douto JM... agora

lembrei...foi mi buscá no asilo...J você é parente meu aí...eu candidatei prefeito...eu quero ganha...então as veis por falta de um voto mais...eu quero ti levá lá...eu falei...mas eu sô analfabeto...eu não sei assina...NÃO mas tem a folha de votação...o sinhô vota sem precisa assina....é...porque se fô depende de assinatura eu não dô conta...”

7- P: O que é, para o senhor, “ser um cidadão brasileiro”?

JOS: “...um cidadão brasileiro?...é que quando eu fui pra servi o exército em 1914...o comandanti falou pra mim...olha você é bom di tiro...você vai na guerra briga...só que ocê não tem denti...cê vai morre di fome...em veis di morre você morre crivado de bala...cê vai morre di fome...porque você não tem denti...porque lá ce ta brigando...ocê vai comer carne de cavalo...é o que tem lá...”

8- O senhor gosta de viver aqui? Por que (sim)? Por que (não)?

JOS: “...gosto...mesmo contrariado sem grande amizade com todos...eu tenho prazer...ui...pelo carinho que a nossa diretora teve ni mim...eu fiquei aqui um ano e pedi as contas ela mi deu as contas...fui pra fazenda...fiquei aqui um ano e um méis...tronei a voltar...porque a J minha filha caçula falô pai o sinhô tem que ir imhora...porque o partor falô...não quer que o senhor seja um católico...então o senhor tem que ir imhora meu pai...”

9- P: O que o senhor faz aqui? E como se sente? É bem tratado?

JOS: “...aqui é só contá causo mesmo...pros zoto ((quis dizer para os outros))...eu sento bem di contá...bem tratado...”

10- P: Como o senhor se vê?

JOS: “...bom é que eu enxergo...eu enxergo que eles tão fazendo tudo pra mim...comê...bebê e durmi...conforme eu tenho que sê...”

11- P: Conte um fato ou acontecimento que marcou a vida do senhor.

JOS: “...e os fato...foi muito os fato que me aconteceu...perdi pai e mãe...perdi padrinho...madrinha tudo que mi carinhava...então né...quando eles morreu eu chorei como se eles fosse um legítimo meu...não é que era pai...mãe...padrinho...madrinha...quando eu dei baxa no exército em 1945...a minha madrinha ficô sabendo que eu cheguei...sendo um grande reservista falô Jô...eu quero que você vai trabalhá na estrada di ferro...meu filho...você é um home que precisa pegá um grande dinheiroe na estrada di ferro você tem uns parenti...que tão trabalhando lá...ganha bem...então eu quero ti colocá lá...e a única vaga que tinha era di tatuzeiro...se sabe que é tatuzeiro? ((não eu disse))...pegá trilho pesado di cimento...di ferro...e pô os grampo...ela falô... Jô...você não agüenta esse serviço...mas cê entra...porque a vaga que tem é essa...e di vagar eles vai arrumá uma vaga melhó pra você...aí cê vai aposentá pela estrada di ferro...não aposentei...só tive que aposentá pelo tempo di era minha...sessenta e cinco ano...”

ENTREVISTA 2

1- P: O senhor tem conhecimento sobre os seus direitos que estão impressos no Estatuto do Idoso? Comente.

JOSI: "...eu não conheço...eu não entendo nada disso..."

2- P: Acha que seus direitos são respeitados? Por quê?

JOSI: "...não deve sê não..."

3- P: O senhor é tratado com respeito e dignidade pela sociedade, dando-lhe preferência no atendimento seja nos bancos, na prefeitura, ou em qualquer órgão público que o senhor tenha acesso? Explique.

JOSI: "...graças a Deus...sô graças a Deus...eu sô uma pessoa que não saio da minha casa pra nada..."

4- P: O senhor sofre algum tipo de preconceito como idoso na sociedade?

JOSI: "...não...eu sô uma pessoa que não saio de casa..."

5- P: O que entende sobre justiça? Acha que há justiça no Brasil?

JOSI: "...eu não entendo nada di justiça...deve tê né::se não tivé justiça...acaba com o povo

6- P: O que o senhor entende sobre cidadania?

JOSI: "...nada não..."

7- P: O que é, para o senhor, "ser um cidadão brasileiro"?

JOSI: "...sabe qui eu nem sei respondê..."

8- O senhor gosta de viver aqui? Por que (sim)? Por que (não)?

JOSI: "...gosto...porque eu sô bem tratado..."

9- P: O que o senhor faz aqui? E como se sente? É bem tratado?

JOSI: "...eu não faço nada...eu me sinto bem graças a Deus...graças a Deus..."

10- P: Como o senhor se vê?

JOSI: "...Cuma?...((ficou em silêncio))..."

11- P: Conte um fato ou acontecimento que marcou a vida do senhor.

JOSI: “...eu não sei nem respondê...falá a verdade eu não sei di nada...”

ENTREVISTA 3

1- P: O senhor tem conhecimento sobre os seus direitos que estão impressos no Estatuto do Idoso? Comente.

JOC: “...não tenho...não tenho...”

2- P: Acha que seus direitos são respeitados? Por quê?

JOC: “...não é...porque eu to aqui e muitas coisa...passa batido...nos meus direito...”

3- P: O senhor é tratado com respeito e dignidade pela sociedade, dando-lhe preferência no atendimento seja nos bancos, na prefeitura, ou em qualquer órgão público que o senhor tenha acesso? Explique.

JOC: “...não...eu sô respeitado lá fora...mas aqui dentro não...”

4- P: O senhor sofre algum tipo de preconceito como idoso na sociedade?

JOC: “...eu soffro farta de fôlego...farta de resistência nas perna...minhas perna veve tremendo...soffro dos nervo das perna...e a pressão alta...”

5- P: O que entende sobre justiça? Acha que há justiça no Brasil?

JOC: “...a justiça é orde e progresso...hoje...hoje...é que eu acho que desde quando a pessoa jurô a bandera brasileira... é porque tem orde e progresso...e se é orde e progresso...faz parte da justiça brasileira...porque se não respeito a bandera...vai respeitá o quê?...porque só as forças armada?...”

6- P: O que o senhor entende sobre cidadania?

JOC: “...é uma pessoa de bem...”

7- P: O que é , para o senhor, “ser um cidadão brasileiro”?

JOC: “...é orde e progresso...”

8- O senhor gosta de viver aqui? Por que (sim)? Por que (não)?

JOC: “...não tem o to recurso...bom eu convivo...quer dize...pra mim tanto fais eu ta aqui ou em o to lugar...e o to lugar eu não conheço e o único lugá que eu to conhecendo de asilo é aqui...não sô bem...MAS... mais ou menos sô bem atendido né...”

9- P: O que o senhor faz aqui? E como se sente? É bem tratado?

JOC: "...aqui o que eu faço é comê::e dormi e tomá remédio...porque eu já trabalhei muito quanto eu cheguei nisso aqui..."

10- P: Como o senhor se vê?

JOC: "...como se vejo?...é porque quando eu procuro para pega o café...bate a porta...bate a janela...na cara da genti...quer dizer que isso aí eu relevo...porque formação deles é uma...e a minha formação é ota...faço di conta que é um pobre coitado..."

11- P: Conte um fato ou acontecimento que marcou a vida do senhor.

JOC: "...ah:: eu conheci uma pessoa...que eu nasci de família fraca do estado da Bahia de Minas Gerais...da Bahia de Minas...e eu fui criado por uma família de genti di bens...mas depois de criado...com dezessete anos...ajuntô um jagunço da fazenda pra mim traí::pra eu larga o pessoal que me criou e saí pelo mundo...predê tudo o que eu tinha direito..."

ENTREVISTA 4

1- P: O senhor tem conhecimento sobre os seus direitos que estão impressos no Estatuto do Idoso? Comente.

LUI: "...tenho...an...a isso aí eu não sei não..."

2- P: Acha que seus direitos são respeitados? Por quê?

LUI: "...aé::...sei lá..."

3- P: O senhor é tratado com respeito e dignidade pela sociedade, dando-lhe preferência no atendimento seja nos bancos, na prefeitura, ou em qualquer órgão público que o senhor tenha acesso? Explique.

LUI: "...sô...sô respeitado e respeito os zoto também..."

4- P: O senhor sofre algum tipo de preconceito como idoso na sociedade?

LUI: "...não...tá certo..."

5- P: O que entende sobre justiça? Acha que há justiça no Brasil?

LUI: "...aha:: ((risos)) não sei não...se tem?...tem..."

6- P: O que o senhor entende sobre cidadania?

LUI: "...ah::isso aí eu não sei não..."

7- P: O que é , para o senhor, “ser um cidadão brasileiro”?

LUI: “...não sei...”

8- O senhor gosta de viver aqui? Por que (sim)? Por que (não)?

LUI: “...gosto...é porque é tudo bão...”

9- P: O que o senhor faz aqui? E como se sente? É bem tratado?

LUI: “...nada...só comê...bebê e dormi...é tudo bão...bem tratado...”

10- P: Como o senhor se vê?

LUI: “...oh::satisfeito...”

11- P: Conte um fato ou acontecimento que marcou a vida do senhor.

LUI: “...nunca aconteceu nada não...”

ENTREVISTA 5

1- P: O senhor tem conhecimento sobre os seus direitos que estão impressos no Estatuto do Idoso? Comente.

CAT: “...mais ou menos...sobre passe de viagem...”

2- P: Acha que seus direitos são respeitados? Por quê?

CAT: “...não...acho que não...porque as pessoas não faz como deve ser né...aí como que fala...não faz por ser respeitado...”

3- P: O senhor é tratado com respeito e dignidade pela sociedade, dando-lhe preferência no atendimento seja nos bancos, na prefeitura, ou em qualquer órgão público que o senhor tenha acesso? Explique.

CAT: “...ah::não né ((risos))...claro que não...a gente vai consultá...tem que ficá na fila...se é idoso...o tamanho que fô a fila tem que fica esperando até chegá a sua veis...”

4- P: O senhor sofre algum tipo de preconceito como idoso na sociedade?

CAT: “...ainda não...”

5- P: O que entende sobre justiça? Acha que há justiça no Brasil?

CAT: “...pra umas coisas sim...pra outras não...porque às vezes a pessoa fais coisa que não é muito grave e é punido e outras fais uma coisa que é grave e não é punido...”

6- P: O que o senhor entende sobre cidadania?

CAT: “...acho que não entendo de nada...”

7- P: O que é, para o senhor, “ser um cidadão brasileiro”?

CAT: “...ah::eu não acho nada pra pensar...depois que eu vou...”

8- O senhor gosta de viver aqui? Por que (sim)? Por que (não)?

CAT: “...eu gosto...porque eu acho bom...porque o clima aqui é fresco...não é calor...”

9- P: O que o senhor faz aqui? E como se sente? É bem tratado?

CAT: “...nada...bem...sô”

10- P: O que o senhor faz aqui? E como se sente? É bem tratado?

CAT: “...eu acho que sou uma pessoa boa...sei lá...”

11- P: Conte um fato ou acontecimento que marcou a vida do senhor.

CAT: “...não me lembro não...agora não...”

PESQUISADORA- (P)

DURAÇÃO DA GRAVAÇÃO: 2 horas e 30 minutos.

LOCAL DA ENTREVISTA: Vila Vicentina

CIDADE: Três Lagoas- MS

ENTREVISTA 1

1-P: “...o senhor tem conhecimento sobre os seus direitos que estão impressos no Estatuto do Idoso?...comente...”

ROS: “...Não...”

2- P: “...acha que seus direitos são respeitados?...por quê?..”

ROS: “...((balançou com a cabeça negativamente))...não né::...fazê o que...((risos))...porque já começa pelos fios::...não respeita...não respeita a gente que é di idade::ainda...MÃE...”

3- “...o senhor é tratado com respeito e dignidade pela sociedade...dando-lhe preferência no atendimento seja nos bancos, na prefeitura...ou em qualquer órgão público que o senhor tenha acesso?...explique...”

ROS: “...tem veis que sim...tem veis que NÃO...as veis eles fala assim que os idosos...tem que ir na frente né...eu fui na frente no bancu e a moça me falou:...asnera né:...qué dizê quem tava na fila...que era mais nova que eu...agora eu vô::e fico lá trás porque...eu fico com vergonha de levar chateada no mei di gente...”

4- P: “...o senhor sofre algum tipo de preconceito como idoso na sociedade?...explique?...”

ROS: “...NÃO...não...”

5- P: “...o que entende sobre justiça?...acha que há justiça no Brasil?...”

ROS: “...Ai ahn::(.) como assim ser injustiçada também num sei...”

6- P: “..o que o senhor entende sobre cidadania?...”

ROS: “...((risos)) nada...”

7- P: “...o que é para o senhor, ser um cidadão brasileiro?...”

ROS: “...bão né:...”

8- “...o senhor gosta de viver aqui?...por que (sim)... por que (não)?...”

ROS: “...gosto...”

9- P: “...o que o senhor faz aqui?...é bem tratado?...”

ROS: “...só o dever de casa...que eu sou doente né...tem poblema di respiratório...bem...sô...”

10- P: “...como o senhor se vê?...”

ROS: “...bem...só:...”

11- P: “conte um fato ou acontecimento...que marcou a vida do senhor...”

ROS: “...nada não...”

ENTREVISTA 2

1-P: “...o senhor tem conhecimento sobre os seus direitos que estão impressos no Estatuto do Idoso?...comente...”

MAR: “...não...mais ou menos né...mas quase nada né...porque eu não tenho o estatuto do idoso pra mim lê...”

2- P: “...acha que seus direitos são respeitados?...por quê?..”

MAR: bom...acho que são respeitado...assim sobre a maneira das pessoas me tratarem...porque eu to achando...que não ta sendo respeitado pela minha idade...é que eu não consigo incostá no INSS...e eu tenho problema de saúde sério:...e eles não tão me dando uma força lá...e então eu acho que isso daí...tá me prejudicando...que eu to precisando...e eu preciso...”

3- “...o senhor é tratado com respeito e dignidade pela sociedade...dando-lhe preferência no atendimento seja nos bancos, na prefeitura...ou em qualquer órgão público que o senhor tenha acesso?...explique...”

MAR: eu consulto com qualquer médico que tiver a disposição...quando eu ou nos postos...não tem médico assim::...a minha disposição...aliás eu tenho a maior dificuldade pra ir nos médicos né...porque no postinho [...] é muito longe pra mim::...vou de bicicleta...estou com problema sério nas pernas de drenagem linfática...ou então vou lá no postão...que agora ta lá na vila alegre...vou faze uma cirurgia de visicla ((quis dizer vesícula))...já ta praticamente marcada...falta terminá de faze uns exames...vou faze eletro do coração e mais sois exames sério...que o doutor[...] pediu...”

4- P: “...o senhor sofre algum tipo de preconceito como idoso na sociedade?...explique?...”

MAR: “...ainda não percebi isso...onde eu andei...”

5- P: “...o que entende sobre justiça?...acha que há justiça no Brasil?...”

MAR: “...a justiça pra mim é::...tudo o que eu vejo na televisão::... né... sobre os advogados... é sobre as autoridade maior... né... e um pouco tá de uma banda certa...e um pouco pra mim... tá do lado errado... ta havendo muita coisa que a gente já vê na televisão... que a gente vê que tá muito errados... quase tudo que eu posso entendê::... há muito pouca... porque eu tiro assim::... né... eu tiro assim... quando eu assisto televisão... eu assisto jornal né... então eu tiro assim sobre esses colarinho branco::... que se diz né... vão preso hoje... amanhã já tão na rua::... né... não tem justiça pra eles... e porque que o pobre...como eu tenho um filho né... que já cumpriu a pena dele no presídio daqui de [...] e faz muitos anos que tá preso... e vai morrê... lá dentro... porque não tem advogado competente pra tira... meu filho de lá...porque que o pobre...é que não pode pagá um advogado... os filhos::... o marido que seja... eu não tenho marido... mas::... vejo muitas... por que que o pobre tem que morre... pagando a pena dos ricos... porque eles tem esse aqui ((gesticula com os dedos))... então a justiça é comprada... pelo que eu posso entende...ela é comprada...”

6- P: “..o que o senhor entende sobre cidadania?...”

MAR: “...é todo o significado...a pessoa tem que ser cidadã...porque a pessoa é documentada...a pessoa é::...”

7- P: “...o que é para o senhor, ser um cidadão brasileiro?...”

MAR “a pessoa::...tem direito de ir e vir em qualquer lugar...ser respeitada...ela é cidadã...pra mim é uma coisa muito importante...por que eu tenho o direito de ir e vir onde eu quiser...entrar::...falar com qualquer pessoa né...”

8- “...o senhor gosta de viver aqui?...por que (sim)... por que (não)?...”

MAR: “...eu gosto...porque é o lugar que me ampara::com dois netos que eu crio...que são abandonado pelos pais...é a minha casa...”

9- P: “...o que o senhor faz aqui?...é bem tratado?...”

MAR: “...quando eu não tava com muito problema de saúde...eu lavava roupa...pra fora... passava...entendeu?...pra né...pra ajuda né...um pouquinho no orçamento da minha casa...porque eles ajuda em tudo aqui...MAS agora eu to com muito problema de saúde...né...e não to tendo mais condições de trabalhá fora...é bem tratada...porque o presidente daqui...é maravilhoso...o seu [...] faz tudo pra ajuda::...a gente aqui na vila...me ampara...ampara esses dois netos que eu tenho...né...então aqui pra mim...é maravilhoso...eu não tenho uma casa própria...eu não posso pagá um aluguel...não tenho condições de vida né...não tenho nenhuma renda mensal...né...a não ser a bolsa escola...que os meus menininhos...recebe...que acha até que ta...pra pifa...que o [...] vai saí né...que eles recebe do [...] né...então tirando esse dinheirinho...não tem mais nenhuma renda...só que aqui pra mim...é a minha casa eu lugar...enquanto eu pude fica aqui...”

10- P: “...como o senhor se vê?...”

MAR: “...uma pessoa alegre...”

11- P: “conte um fato ou acontecimento...que marcou a vida do senhor...”

MAR: “...quando eu tinha saúde e podia trabalhá... ter meu dinheirinho...”

ENTREVISTA 3

1-P: “...o senhor tem conhecimento sobre os seus direitos que estão impressos no Estatuto do Idoso?...comente...”

SEB: “...não tenho base né...nem finalidades...”

2- P: “...acha que seus direitos são respeitados?...por quê?..”

SEB: “...eu acho que sim...devido eu ser idoso...”

3- “...o senhor é tratado com respeito e dignidade pela sociedade...dando-lhe preferência no atendimento seja nos bancos, na prefeitura...ou em qualquer órgão público que o senhor tenha acesso?...explique...”

SEB: “...nunca tive...chega lá...sabe que você é idoso...passa pra frente ...na fila...passa lá...é sempre assim...”

4- P: “...o senhor sofre algum tipo de preconceito como idoso na sociedade?...explique?...”

SEB: “ ...pra mim nunca teve isso...”

5- P: “...o que entende sobre justiça?...acha que há justiça no Brasil?...”

SEB: “...eu acho que justiça...ah::...é como anda...anda direito com a justiça...é claro que tem que te::...né...tem que te justiça...mas infelizmente...tá meio derramado...”

6- P: “..o que o senhor entende sobre cidadania?...”

SEB: “...eu não entendo nada...”

7- P: “...o que é para o senhor, ser um cidadão brasileiro?...”

SEB: “...eu tenho orgulho de ser cidadão brasileiro... a gente é analfabeto...não sabe...explica...as coisas tudo direitinho...eu acho que é uma grande vantagem...”

8- “...o senhor gosta de viver aqui?...por que (sim)... por que (não)?...”

SEB: “...aqui é bão...aqui não tem tanta querência...nada que perturbe...”

9- P: “...o que o senhor faz aqui?...é bem tratado?...”

SEB: “...já fiz muito ...e agora não faço nada...daqui pra frente não vou fazê mais...eu so bem tratado aqui...porque a gente é aposentado né::...tem um dinheirinho...MAS aqui ninguém é bem tratado...aqui não tem um médico...aqui não tem uma ambulância...se precisa saí...sai carregado aí...chama o corpo de bombeiro...é daqui uma hora...se precisa morre daqui uma hora...deixa morre aqui mesmo...aqui não tem nada...aqui devia ter uma visita...numa semana...num segunda-feira...medi uma pressão do idoso...vem médico aqui oh::...eu não me lembro...passa por lá oh::...() aqui é só no pano quente...”

10- P: “...como o senhor se vê?...”

SEB: “...bem...né...”

11- P: “...conte um fato ou acontecimento que marcou a vida do senhor...”

SEB: “...bom...fui um home...que trabalho muito...que luto muito...e que apesar de tudo nunca tive oportunidade de estuda e ter um serviço mais leve pra trabalha...e mesmo assim...so um home honesto...de nome limpo...”

ENTREVISTA 4

1-P: “...o senhor tem conhecimento sobre os seus direitos que estão impressos no Estatuto do Idoso?...comente...”

JOA: “...não...por enquanto eu to por fora...”

2- P: “...acha que seus direitos são respeitados?...por quê?..”

JOA: “olha...falando a verdade...eu não tenho queixa de ninguém...todo mundo me respeita...eu não sei matratá ninguém....sabe...a minha vida é trabaiaá ()ajudo um ajudo oto...no que eu posso faze...porque que eu não to agüentano trabalha mais...mais faço alguma coisinha que posso...sabe...”

3-“...o senhor é tratado com respeito e dignidade pela sociedade...dando-lhe preferência no atendimento seja nos bancos, na prefeitura...ou em qualquer órgão público que o senhor tenha acesso?...explique...”

JOA: “...eu quase não ocupo prefeitura...toda veis trabalhei...em firma:: é::chaca...roça...toca café....café de a meia...”

4- P: “...o senhor sofre algum tipo de preconceito como idoso na sociedade?...explique?...”

JOA: “...sofro...” não sei explica...”

5- P: “...o que entende sobre justiça?...acha que há justiça no Brasil?...”

JOA: “...a justiça é uma coisa boa pro mundo...que a gente tem lei...que óia o povo né...e hoje quanto maIS...eu respeito faze...mió... se apessoa que intendi...respeito faze...mió...não faça coisa errada...que certo é complicado...”

6- P: “..o que o senhor entende sobre cidadania?...”

JOA: “...não entendo isso aí não...”

7- P: “...o que é para o senhor, ser um cidadão brasileiro?...”

JOA: “...o brasileiro assim...que o:: desde esse mundo assim...que eu so um brasileiro...me acho com Jesus...não tenho mal...com ninguém...não tenho maldade nenhuma...o melhó é trabalha...enquanto pode...fais uma coisinha....ota...ajudo um ajudo...oto...não digo assim::trabalha de inxada mais...que eu não güento né...”

8- “...o senhor gosta de viver aqui?...por que (sim)... por que (não)?...”

JOA: “...gosto...((tosse)) to contente...que aqui tem...um...um presidenti muito ótimo...ele e a dona [...] aqui dentro...”

9- P: “...o que o senhor faz aqui?...é bem tratado?...”

JOA: “...a atividade que eu faço aqui...faço aqui a limpeza aqui dentro...eu que faço a limpeza aqui dentro...era oto veio que fazia...sou bem tratadu...não vo minti né...eu ganhei casa...água...luz...que eu não pagu nada...que o nosso salário...num dá pra pagá

alugú...sabe...qui o quantu mais baratu que tem é cem contu...e cem contu a parte que nós que ganha...trezentus e cinqüenta...agora pagá cem contu o quartu...tira cem contu...duzentos e cinqüenta...com que vai fica...vamos supô...duzentos de água...porque vai pagá luz...água...o que...que fica pra nós...”

10- P: “...como o senhor se vê?...”

JOA: “...muito contente...”

11- P: “...conte um fato ou acontecimento que marcou a vida do senhor...”

JOA: “...agora não tô lembrano de nada...”

ENTREVISTA 5

2- P: O senhor tem conhecimento sobre os seus direitos que estão impressos no Estatuto do Idoso? Comente.

NOE: “...muita não...pouca coisa...ah::certas coisas que eu penso assim...que nem negócio de viagem...essas coisas né...o direito de passagem...”

2- P: Acha que seus direitos são respeitados? Por quê?

NOE: “...eu pra mim sim...eu me sinto que sou respeitada né...”

3- P: O senhor é tratado com respeito e dignidade pela sociedade, dando-lhe preferência no atendimento seja nos bancos, na prefeitura, ou em qualquer órgão público que o senhor tenha acesso? Explique.

NOE: “...tudo graças a Deus...a aonde eu vou...eu sô respeitada...”

4- P: O senhor sofre algum tipo de preconceito como idoso na sociedade?

NOE: “...eu que eu sei não...nunca sofri isso aí...”

5- P: O que entende sobre justiça? Acha que há justiça no Brasil?

NOE: “...sobre justiça entendo muito pouca coisa...eu acho que a justiça não é muito boa não...porque não...eu acho porque a justiça puxa mais pra::...pra::pra gente pobre ela não puxa muito não...”

6- P: O que o senhor entende sobre cidadania?

NOE: “...isso aí não entendo nada não...”

7- P: O que é, para o senhor, “ser um cidadão brasileiro”?

NOE: “...pra mim é muito orgulho...”

8- O senhor gosta de viver aqui? Por que (sim)? Por que (não)?

NOE: “...gosto...adoro...eu gosto deste lugar...”

9- P: O que o senhor faz aqui? E como se sente? É bem tratado?

NOE: “...eu aqui é só é::passear...é brincar...e dançar...e bordar...e fazer crochê...eu me sinto muito bem...”

10- P: Como o senhor se vê?

NOE: “...eu me vejo bonita...linda ((risos)) eu me sinto bem...eu falo a verdade ((risos)) eu me sinto bem...eu não me sinto velha...pra mim eu estou com os meus trinta...trinta e cinco anos...”

11- P: Conte um fato ou acontecimento que marcou a vida do senhor.

NOE: “...três fatos...uma que a minha filha mais velha morreu...meu filho de dezessete anos morreu e agora perdi o meu marido...foi as três coisas que marcou e marcou muito...eu continuo a minha vida... e do jeito que tava tá...”